

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

IP - Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social

BEATRIZ ACETI LENZ CESAR

AS CONTADORAS DE HISTÓRIAS: QUANDO A NARRATIVA FEMININA REVELA
INVISIBILIDADES SOCIAIS

Rio de Janeiro

2011

BEATRIZ ACETI LENZ CESAR

AS CONTADORAS DE HISTÓRIAS: QUANDO A NARRATIVA FEMININA REVELA
INVISIBILIDADES SOCIAIS

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa EICOS, Instituto de Psicologia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos necessários para
obtenção do grau de Doutora em
Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social

Orientadora:
Prof. Dra. Maria Inácia D'Ávila Neto

Rio de Janeiro

2011

C421 Cesar, Beatriz Aceti Lenz.

As contadoras de histórias: quando a narrativa feminina revela invisibilidades sociais / Beatriz Aceti Lenz Cesar. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

150f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2011.

Orientadora: Maria Inácia D'Ávila Neto.

1. Violência contra as mulheres. 2. Violência familiar. 3. Mulheres – Condições sociais. 4. Gênero. I. D'Ávila Neto, Maria Inácia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 305.4

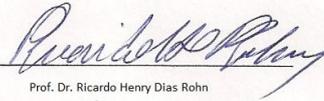
FOLHA DE APROVAÇÃO

As Contadoras de Histórias: quando a narrativa feminina revela invisibilidades sociais

Beatriz Aceti Lenz Cesar

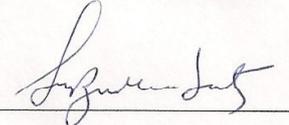
Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Prof.



Prof. Dr. Ricardo Henry Dias Rohm

Prof.



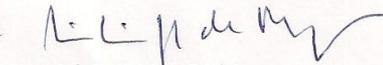
Profa. Dra. Sônia Regina Mendes dos Santos

Prof.



Profa. Dra. Nilma Figueiredo de Almeida

Prof.



Profa. Dra. Marie Louise T. C. de Bayssac

Rio de Janeiro

2011

À todas as mulheres do Grupo de Mulheres da Unidade de Tratamento de Alcoolistas do Instituto Philippe Pinel – RJ, pela força feminina de cada uma delas na sua luta cotidiana pela saúde e autonomia.

Agradecimentos

Às cinco mulheres que se dispuseram a participar desta pesquisa, expondo detalhes tão delicados de suas vidas. Pela sua confiança no meu trabalho e pelo carinho, meu eterno e afetuoso agradecimento.

À professora Maria Inácia D'Ávila Neto, minha orientadora, por ter me proporcionado o contato com reflexões teóricas que vem sendo campo para significativas discussões no trabalho com mulheres, principalmente em condições desfavorecidas.

A Ricardo Fernandes e Carmem Martins, pela presteza e competência com que sempre me atenderam e ajudaram nos assuntos da secretaria

À professora Sônia Mendes, pela amizade e incentivo, e ainda, pela competência, respeito e afeto, qualidades que sempre nortearam seu trabalho e suas relações

Ao professor Ricardo Rohn, pela amizade, carinho, e pela competência profissional, a qual contribuiu muito para este trabalho a partir de suas considerações como membro da banca de qualificação.

Às professoras Sônia Regina Mendes, Nilma Figueiredo de Almeida, Marie Louise de Beyssac e ao professor Ricardo Henry Dias Rohn pela participação na banca da defesa da tese.

Aos colegas do grupo de estudos, Gabriel Sena Jardim, Cláudio Cavas, Juliana Nazareth, Marie de Beyssac e Catalina Revollo.

Ao colega de curso, professor Cláudio Cavas, pelo caminho que percorremos juntos

À professora Ruth Barbosa, pelas aulas no curso de metodologia e pelas contribuições na banca de qualificação

À Monica Levy, pelo carinho, amizade, paciência, pelas trocas intelectuais e pelo apoio, fundamentais neste percurso.

Às minhas “sisters psis”, Adriana Mussalem, Ana Cláudia Manhães, Ana Lúcia Dutra, Ione Ayres, Monica Levy, Sandra Oliveira e Silvia Elias, pelo carinho e cumplicidade neste processo.

Ao meu pai (in memoriam) e à minha mãe, pelo afeto e apoio aos meus estudos.

A Conrado Mariano, querido amigo, pela força e apoio constantes, que ajudaram a manter firme meu propósito.

À Suelena Werneck, por acreditar em mim.

À Luciana Pinheiro, Flávia Guimarães, Tereza Neuman, Maria José Cerqueira, Marcos Miceli, Bárbara Dias, Antônio Correa, Ester Castilho e toda equipe da UTA – IMPP, pelo carinho e apoio nestes quatro anos, permitindo que eu pudesse seguir o caminho solitário de uma pesquisa, sem contudo perdermos o que de mais precioso temos em comum, que é o trabalho que construímos juntos durante anos na UTA, com técnica e acima de tudo, afeto e respeito, receita fundamental para qualquer êxito.

À Ângela Fernandes, Cecília Coimbra e Regina Benevides, pela influência que tiveram na minha formação de psicóloga, visíveis numa amizade que se mantém ainda hoje. Com elas aprendi que a psicologia não está isenta do social e do político, abrindo assim as perspectivas de lidar com a humanidade de cada um. À Ângela Fernandes ainda agradeço, pelo fluir de sua competência, atravessado neste trabalho pelo efeito disparador de uma única conversa.

Resumo:

Lenz Cesar, Beatriz Aceti. As contadoras de histórias: quando a narrativa feminina revela invisibilidades sociais. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a narrativa de mulheres de camada social desfavorecida, o modo como as relações de gênero aparecem nessas narrativas e se estas podem provocar tomadas de consciência e empoderamento para espaço de atuação na sociedade. Trabalhar narrativas com mulheres visando a possibilidade de revelar fenômenos culturais das opressões de gênero, vem sendo sugerido pelas estudiosas feministas, considerando este um caminho que pode favorecer tal situação. Dentro desse quadro, dois aspectos foram alvo de análise: o trabalho com narrativas e as relações de gênero. Para este propósito foi utilizada a técnica de entrevista narrativa, com gravações feitas através de audiovisual, utilizando-se do recurso do vídeofeedback, com cinco mulheres entrevistadas. O tema que surgiu como principal no fluir das narrativas foi a violência doméstica, indicando que a opressão ainda se encontra por trás das invisibilidades sociais, apontando para quadros mais amplos das relações hegemônicas de gênero no contexto sócio cultural. O estudo parece indicar, baseado nesses resultados, para a abrangência do trabalho narrativo com mulheres, em especial, mulheres de grupos desfavorecidos, promovendo mudanças e tomada de consciência, através de formas de expressão e experiências, que não estariam necessariamente no âmbito da pesquisa científica, como a música e a arte em geral.

Palavras chave: gênero, opressão de gênero, narrativas, violência doméstica, nomadismo.

Abstract:

Lenz Cesar, Beatriz Aceti. As contadoras de histórias: quando a narrativa feminina revela invisibilidades sociais. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

This research aims to investigate the story of women from disadvantaged social class, how gender relations appear in these narratives, and whether these can cause awakenings and empowerment for work space in society. Questioning narratives about working with women in order to reveal the possibility of cultural phenomena of the oppressions of gender, has been suggested by feminist scholars, considering this a way that may favor such a situation. Within this framework, two aspects were targeted for analysis: working with narrative and gender relations. For this purpose we used the technique of narrative interview with recordings made through audiovisual, using the resource videofeedback, with the five women interviewed. The main theme that emerged in the flow of the narrative was domestic violence, indicating that the oppression is still behind the social invisibility, pointing to pictures of broader hegemonics relations in the socio cultural. The study seems to indicate, based on these results, for the narrative scope of work with women, particularly women from disadvantaged groups, promoting change and awareness, through forms of expression and experience that they would not necessarily within the scope of scientific research such as music and art in general.

Keywords: gender, gender oppression, narratives, domestic violence, nomadism

Sumário

Dedicatória	
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Introdução	10
Capítulo 1: Contextualizando o movimento de mulheres	19
1.1 Gênero e naturalização do feminino	21
1.2 Dados descritivos sobre gênero e raça	30
1.3 A mudança de paradigmas através do diálogo da perspectiva dos estudos pós-coloniais	39
Capítulo 2: Narrativas sua perspectivas e abrangências	55
2.1 Difusão sócio cultural das relações hegemônicas de gênero	56
2.2 Sobre as narrativas	61
2.3 Narrativas e estudos com mulheres: uma perspectiva pós-colonial	66
2.4 Nomadismo e narrativas ou narrativas nômades	78
Capítulo 3: Os caminhos da pesquisa	86
3.1 Apresentação da pesquisa	86
3.2 O campo da pesquisa	90
3.3 O sujeitos da pesquisa	92
3.4 Sobre os procedimentos metodológicos	98
3.5 Sobre a análise das narrativas	101
3.6 Análise das narrativas	105
3.6.1 As narrativas e as relações hegemônicas de gênero	105
3.6.2 As narrativas e o nomadismo	124
Capítulo 4: Considerações finais	128
Referências bibliográficas	139
Apêndice I: Tabela com perfil etnográfico das entrevistadas	148

Apêndice II: Termo de Consentimento	149
Anexo I: Memorando de aprovação do CEP/IMPP	150

Introdução

Este trabalho tem como objetivo investigar a narrativa de mulheres de camada social desfavorecida, o modo como as relações de gênero aparecem nessas narrativas e se estas podem provocar tomadas de consciência e empoderamento para espaço de atuação na sociedade, partindo do pressuposto de que as narrativas, sejam elas, orais, visuais ou corporais, revelam as construções sociais.

Entendemos que a opressão sofrida pelas mulheres foi se disseminando, produzindo valores e comportamentos, que acabaram por naturalizar a condição feminina. Assim, temas cuja consequência está nesta opressão, como violência contra a mulher, dupla jornada, entre tantos outros, estão escondidos, mas em ação, invisíveis, porém pertencentes à cultura, já que permeiam as ações no social. É exatamente neste sentido que falamos em invisibilidades sociais.

A utilização da narrativa como campo de estudo no sentido relacionado acima, vem sendo discutida na literatura, mais especificamente a de estudos feministas, por estudiosas como Francis (2002), Hirsch (2002), dentre outras, apontando que ainda estamos diante de quadros de opressão, trazidos à superfície pelas narrativas femininas.

O interesse pelas questões relacionadas à opressão de gênero surgiu do meu trabalho como psicóloga da Unidade de Tratamento de Alcoolistas (UTA) do Instituto Municipal Philippe Pinel (IPP), onde venho estudando as relações de gênero, estimulada pelas observações a partir de meu trabalho com mulheres.

O aprofundamento deste tema se deu no curso de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo

Cruz, onde pude abordar que a questão do alcoolismo feminino estava de fato atravessada pelas questões de gênero (LENZ CESAR, 2005).

O alcoolismo traz danos e prejuízos de várias ordens: psicológicos, clínicos, sociais e morais. Associa-se a acidentes de automóvel, afogamentos, suicídio, homicídio, doenças cardiovasculares, gastrointestinais, endocrinológicas, imunológicas, hepáticas e pulmonares, constituindo-se num dos mais graves problemas de saúde pública. Uma situação preocupante, que coloca centenas de pessoas numa posição excludente de seu meio social, na medida em que, entregues ao alcoolismo, freqüentemente distanciam-se de sua responsabilidade pessoal, perdendo o cuidado de si, perdendo o trabalho e muitas vezes a família, alguns chegando a mendicância, ficando à margem na vida social.

Isto leva a uma questão preocupante do ponto de vista de gênero, pois que observamos ser a marginalização sobre a mulher muito maior e ainda, já nos primórdios dos estudos sobre alcoolismo, a identificação deste apenas com os homens e a ausência de dados sobre mulheres, apontavam para uma invisibilidade do feminino que passava por argumentos atravessados por papéis de gênero, deixando portanto, a mulher à margem, numa questão grave de saúde pública (LENZ CESAR, 2005).

Observamos que em alguns estudos como os de Vannicelli e Nash (1984) os autores ao revisarem 530 estudos avaliativos de tratamento de alcoolismo, constataram que apenas 7% da população estudada eram mulheres. Também nos trabalhos de Hagnell e Tunving (1972) num estudo que realizaram nos EUA com uma amostra de 2612 indivíduos, os autores disseram ter encontrado apenas uma mulher alcoolista. Para esses autores, esses dados sugeriam ser o alcoolismo uma doença predominantemente masculina.

Outro autor, Keller (1980) considerando a causa do alcoolismo um distúrbio de personalidade ou um distúrbio no desenvolvimento psicosssexual, sugeriu que este era um problema que afetava principalmente os homens em cujas culturas a masculinidade e a capacidade de beber estavam diretamente relacionadas.

Segundo Blume (1986), houve um aumento do número de mulheres com problemas associados ao consumo de álcool a partir da Segunda Guerra. Isto já era um dado significativo que apontava a relação do contexto social com o problema. Por outro lado, vimos que esse aumento apontado pela autora não poderia nem ser considerado por alguns estudos, já que as mulheres não eram incluídas como população alvo. O alcoolismo nas mulheres era, como ainda é, mais carregado de estigma do que nos homens e não podemos distanciar esse estigma das relações hegemônicas de gênero. Preconceitos nesta perspectiva são encontrados dentro da própria literatura a respeito.

Nos EUA, Wilsnack (1984) não encontrou evidências de crescimento do alcoolismo feminino porém, aponta como exceção às suas observações, um aumento na percentagem de mulheres alcoolistas na faixa etária entre 35 e 64 anos. É interessante que o autor não considere o que chama de “exceção” um fato relevante. Por que o aumento do alcoolismo nessa faixa etária não foi considerado significativo a ponto de refletir um crescimento do alcoolismo em mulheres e sim uma exceção? Um aumento detectado numa faixa etária de 30 anos de extensão, como a citada, poderia também levantar considerações que nos remeteriam à reflexões sobre as ideologias de gênero (LENZ CESAR, 2005).

Na ocasião da pesquisa do mestrado, entre 2003 e 2005, encontramos apenas duas pesquisas sobre alcoolismo feminino que informavam dados sobre essa população, ou seja, que não excluía as mulheres de suas investigações no

âmbito desse tema. É interessante notar que ambas foram realizadas por pesquisadoras mulheres.

A pesquisa de Santana e Almeida Filho (1987) subdividiu os dados epidemiológicos sobre o consumo entre as mulheres da seguinte maneira: de 1969 para 1970, houve um aumento considerável no consumo moderado; de 1970 para 1972, houve diminuição do consumo moderado e aumento do consumo exagerado; de 1972 para 1973, inverte novamente, aumentando o consumo moderado e diminuindo o consumo exagerado. Por último, em 1983, aumentaram os dois modos de consumo, moderado e exagerado. Segundo as autoras, na América Latina, o aumento do alcoolismo em mulheres estaria ligado à mudança no papel da mulher com relação ao mercado de trabalho e a vida política.

A outra pesquisa foi a de Hochgraft (1995), compreendendo o período de 1983 a 1985, onde a autora observou um aumento significativo no número de mulheres alcoolistas no Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcoolismo e Farmacodependências (GREA) da Universidade de São Paulo (USP). Hochgraft constatou que as mulheres estudadas começaram a beber e aumentaram a ingestão de álcool com mais idade que os homens. A idade média das mulheres que chegaram ao serviço foi de 41 anos. No período em questão, a porcentagem de mulheres alcoolistas em tratamento foi de 13% a 33%.

Dados recentes sobre alcoolismo feminino ainda são difíceis de encontrar, o que ainda pode sugerir aspectos das questões de gênero atravessando o tema, ou mesmo, sinalizar um reflexo das questões hegemônicas de gênero em vários âmbitos.

Em pesquisa realizada no Serviço de Estudos e Atenção a Usuários de Álcool e outras Drogas (SEAD) no Hospital Universitário ligado à Universidade de

Brasília (UNB), no período de 1990 a 2001, Vargas e Dytz (2010) constataram que a idade média das mulheres que se tratavam no SEAD é de 40 anos. Todas possuem baixa escolaridade, com baixa renda, consomem álcool em níveis considerados de risco para a saúde e em geral, viveram ou ainda viviam na ocasião da pesquisa em ambientes violentos.

Em outra pesquisa, Monteiro et al. (2011) apontam que das 10 mulheres entrevistadas, todas iniciaram o consumo de bebidas a partir dos 10 anos de idade e tinham como padrão de comportamento, beberem em família ou isoladas. Lenz Cesar (2005) também constatou em seus resultados que para a maioria das mulheres que entrevistou, o local escolhido para beberem, no sentido do problema do alcoolismo era em casa, completamente isoladas.

Num estudo onde procuraram investigar a violência física ou psicológica associada ao alcoolismo em residências no Brasil, Moreira et al. (2011) entrevistaram 454 indivíduos, com idade entre 12 e 65 anos. Desse total, 26% referiram violência psicológica e 16% referiram violência física, onde 50% dos agressores estava sob efeito do álcool. Os entrevistados também relataram que 77% das vítimas eram parentes dos seus agressores, dados que se assemelham aos encontrados por Lenz Cesar (2005) na sua pesquisa com mulheres, alcoolismo e gênero. De acordo com Moreira et al. (2011), tanto homens quanto mulheres relataram sofrerem violência, mas o estudo ainda aponta que os homens são atualmente os principais agressores e as mulheres as principais vítimas.

Nota-se que durante 14 anos nosso atendimento na Unidade de Tratamento de Alcoolistas (UTA) do Instituto Municipal Philippe Pinel, onde trabalho, foi basicamente com homens, com pouquíssimas mulheres sendo atendidas em ambulatório. Não possuíamos leitos para mulheres e a procura por atendimento na

emergência do Instituto pelas mulheres também era bem menor do que a dos homens. Nos casos em que havia indicação para internação para redução dos sintomas, seja pelo abuso do álcool ou por crise de abstinência, as mulheres permaneciam na emergência, sendo transferidas posteriormente para outro serviço ou recebiam alta. Muito poucas procuravam o Instituto para tratamento ambulatorial.

A partir da introdução dos leitos femininos em 1999, ou seja, foram atribuídos cinco leitos para mulheres e mantidos 12 leitos para os homens, o atendimento ambulatorial às mulheres passou de esporádico para sistemático, atingindo em média 50 mulheres em 2011. Com o atendimento intensivo à mulheres, constatamos alguns aspectos que sugeriam, naquele momento, diferenças de gênero no alcoolismo. Houve por parte das mulheres, uma menor adesão ao tratamento ambulatorial e um número significativo de reinternações e resistência ao tratamento após a alta.

Essas constatações nos fizeram indagar à época, se as mulheres que procuram os serviços de saúde em busca de tratamento para o abuso de bebida muitas vezes não conseguem dar continuidade ao mesmo, por estarem os tratamentos muito identificados com o alcoolismo masculino. O próprio fato da UTA só ter leitos masculinos até aquele momento, embora algumas mulheres fossem atendidas em ambulatório, já sugeria questões em relação à visão que se tinha sobre o alcoolismo feminino. Entendemos naquele momento, que as mulheres denunciavam com suas ausências, a possibilidade dessas questões, ou seja, a ausência apontava que o modelo de tratamento que oferecíamos parecia não se adequar àquela população de mulheres.

A partir dessas invisibilidades apontadas, tal como o alcoolismo feminino ser visto na percepção masculina, de forma marginal nos estudos científicos, refletido

portanto, na estrutura de atendimento das instituições de saúde, observa-se nessa trajetória, que as mulheres acabam por não aparecer nas estatísticas, correndo o risco de não serem contempladas nas políticas públicas de saúde.

A partir de então, outras demandas e questões foram surgindo, apontando a necessidade de novas investigações, que ampliavam os estudos das relações de gênero para além do problema do alcoolismo.

Neste sentido, o presente estudo pretende captar o fenômeno da invisibilidade a partir das narrativas das mulheres onde emerge a dinâmica cultural, social, hegemônica de gênero, que vai interferir nas trajetórias dos sujeitos em questão.

Desta forma portanto, o caminho desta pesquisa surgiu a partir de questões como: Como as entrevistadas se percebem narrando a própria história? Essa percepção provoca reflexões e possibilidades de mudança? Será que a entrevista narrativa provocaria uma tomada de consciência individual causando impacto nas dinâmicas sociais e nas relações hegemônicas de gênero?

Existem poucos trabalhos que relacionam empiricamente as “vozes” das mulheres com o corpo teórico com o qual a academia estuda os fenômenos de gênero.

As narrativas estão presentes na mídia, no cinema, teatro, artes em geral, fotografia, literatura e nas falas cotidianas das pessoas, registradas ou não. De certa forma, podemos pensar que tudo a nossa volta fala algo, representa alguma coisa, tem um significado explícito ou implícito. A presença ou ausência informa algo também, mas isto está longe de ser uma obviedade. Ou seja, se dermos um foco, se aproximarmos essas cenas cotidianas ou narrativas e olharmos investigativamente

para elas, podemos nos deparar com os atravessamentos políticos, sociais, as relações de poder, etc.

Os estudos feministas enfatizam a importância de se focar na questão da narrativa de mulheres como o lugar onde se expressam as relações de poder no seu entorno e como forma de apontar o quanto estas relações ainda podem estar prenhas na vida das mulheres.

Assim, a capacidade de evocação da memória, através das narrativas pessoais, de tornar visível ou de certa forma revelar aspectos de uma situação social e cultural, vem se tornando um importante instrumento de reflexão e investigação das questões hegemônicas de gênero.

Que sentido podemos atribuir aos nossos corpos em movimento no cotidiano de nossas vidas? O que a narrativa das mulheres de carne e osso, daquelas que julgamos trazer um sentido na sua expressão – seja ela oral ou corporal – quer nos dizer? Afirmamos que as narrativas nos contam. Temos a literatura e a arte corroborando isso. Mas ainda carecemos de pesquisas de campo nessa área, que se aproximem das mulheres de “carne e osso” e que procurem discutir o tema nesse prisma.

A perspectiva pós-colonial, bem como autoras(es) contemporâneas que transitam nesse contexto, como Francis, Fraser, Spivak, Braidotti, Butler, Hirsch, Bhabha, tem sido importantes aliados no diálogo com essas novas formas de articular e olhar para essas questões. Bahri (2006) enfatizou que as questões de gênero são inseparáveis do projeto de crítica pós-colonial.

Assim, a perspectiva pós-colonial, que tem no seu cerne a busca pelo protagonismo social, articulada às noções da narrativa a que nos pretendemos e as discussões de gênero, dá suporte conceitual à presente pesquisa, considerando as

temáticas abordadas pelo seu prisma. Essas temáticas vem sendo articuladas por diferentes autores(as) desde o final da década de 1980 e hoje tomam força como relativizadoras, com um olhar conceitual abrangente para diversas questões sociais e políticas do cotidiano, principalmente, o diálogo permanente com a teoria feminista e a ênfase dada às questões de gênero.

Sobre os sujeitos a serem estudados, sua escolha deveu-se ao fato de ser um grupo apenas de mulheres, com o qual venho trabalhando há alguns anos e que vem demandando através da práxis, estudos acadêmicos com focos diferenciados.

Utilizamos a análise narrativa, focando nos aspectos orais, corporais e visuais, utilizando o recurso de gravação por vídeo, que vem sendo corroborado como técnica fundamental nesse campo.

Dividimos este trabalho em quatro partes. Na primeira, procuramos contextualizar historicamente o movimento de mulheres e focar em aspectos que ainda são pertinentes à mulher, provenientes da opressão de gênero, como violência doméstica e dupla jornada, por exemplo, adicionando dados de pesquisa nesse campo. Procuramos contextualizar também a dialética do movimento de mulheres com a relativização dos autores pós coloniais.

A parte dois aborda as perspectivas e abrangências das narrativas e suas formas, discutindo noções importantes que atravessam a compreensão da performance narrativa como um todo. Uma delas é a maneira como as construções sociais são formadas através do que nos é passado no cotidiano e vão sendo assimiladas e instituídas. Por fim, a questão do pensamento e sujeito nômade.

Na parte três nos atemos aos caminhos da pesquisa, incluindo a técnica de entrevista narrativa e a análise das narrativas colhidas com as mulheres do grupo pesquisado. A parte quatro é composta pelas considerações finais.

Capítulo 1: Contextualizando o movimento de mulheres

Contextualizar o movimento de mulheres implica inicialmente, tanto historicizar a naturalização do feminino, cujas consequências sociais são as relações de poder e dominação sobre o corpo da mulher, quanto historicizar a construção do próprio conceito gênero. Fazer esse caminho pela história permite que se compreenda as nuances que culminaram com essa construção do conceito, assim como entender o quanto o contexto social e cultural é significativo nessas relações e na trajetória dos processos hegemônicos de subjetivação de gênero.

Dessa forma, podemos contextualizar indicadores que surgiram nesta pesquisa em maior ou menor escala, como violência contra a mulher, maternidade e relações de trabalho, apontando suas referências históricas e políticas.

Adicionamos dados de pesquisa relacionados às questões de gênero, a fim de proporcionar uma visão geral concreta de como os aspectos consequentes da opressão de gênero ainda tem significativa presença na cultura de muitos países e diretamente na vida das mulheres.

Em seguida, trouxemos uma questão que passou a atravessar a discussão das feministas a partir dos estudos pós estruturais e pós coloniais. A quebra de paradigmas trazida por autoras como Butler (2001,2010), Spivak (2010) , Fraser (1996, 2001, 2005, 2007) e Braidotti (2000, 2002, 2004), foi fundamental para mudanças de olhares e uma relativização das questões.

Como buscamos nas narrativas das mulheres, indícios de invisibilidades sociais, que estão diretamente ligadas aos indicadores citados, entendemos que essas questões não poderiam ser compreendidas fora desse contexto.

A luta das mulheres por direitos iguais aos dos homens foi-se generalizando mundialmente, tomando força e adquirindo o status de movimento feminista. A partir de então muitas foram as discussões levantadas e muitas foram as mudanças conquistadas.

Muito tempo já faz desde que Olimpia de Gouges, em 1791, no contexto da Revolução Francesa, escreveu uma declaração que, embora não tenha sido aceita, tornou-se emblemática para as lutas posteriores das mulheres. Naquele documento, ela afirmava terem as mulheres os mesmos direitos naturais que os homens e, justamente por isso, tinham o direito de participar da elaboração de leis e da política.

De acordo com Cancian (2008), já no século XIX, diante do surgimento de uma Europa liberal, mas ainda contraditória pois trazia um conservadorismo protagonizado por leis que cristalizavam as diferenças entre homens e mulheres, pode-se ver na Inglaterra, um movimento emancipatório, cuja luta seria pelo direito ao voto, direito de trabalhar e obter uma profissão, direito à educação, ou seja, uma luta por igualdade jurídica.

A partir do final da década de 1960, nos Estados Unidos, ainda segundo o autor, surge o movimento feminista contemporâneo, cujo mote é a libertação da mulher. Os valores atribuídos a essa libertação foram baseados no princípio da alteridade, objetivando transformações nas relações sociais como um todo.

Direitos naturais, direitos jurídicos emancipatórios e direito à liberdade da diferença. As discussões e lutas foram se ampliando até se colocar o dedo numa ferida gigantesca chamada “opressão”. De fato, o movimento contemporâneo trouxe isso à tona de forma contundente, denunciando que, independente de classe social, sistemas econômicos, de qual cultura pertencemos, a opressão tem suas raízes, e estas, são mais profundas do que se possa imaginar.

A partir daí, o que se pode ver, principalmente nos países industrializados, foi um arsenal enorme de produções e ações importantes que contabilizam mudanças de comportamento, mudança de posturas e mudanças políticas.

1.1 Gênero e naturalização do feminino

A discussão sobre a naturalização do feminino foi uma das mais significativas como reflexão para a produção social da opressão e controle da mulher.

A concepção da divisão sexual, amplamente explorada por muitos anos, estava associada e arraigada à naturalização do feminino, fortalecendo assim a estratégia que colocava a mulher ligada à natureza, ao cuidado do lar, dos filhos, aos instintos, diferenciando-a do homem, este ligado à cultura, às atividades fora do lar. Nesse sentido, apontou D'Ávila Neto:

“A atribuição da idéia de “natureza” à mulher, como “princípio imanente”, tem sido tomada como um fator ideológico que justifica uma relação de poder, marcada pela apropriação do tempo, dos produtos do corpo, e uma apropriação sexual da mulher pelo homem. A própria idéia de tornar “natural” o que é “cultural”, impediria a discussão das questões sociais que envolvem a questão do signo sexual, razão pela qual a academia preferiu trocar a expressão identidade sexual por questões de gênero” (D'ÁVILA NETO, 1995, p.209).

Considerar as categorias sociais como separadas era tratar as mulheres segundo suas especificidades, não levando em conta as relações sociais, os modos de vida; fazendo um distanciamento.

Foi com a introdução do conceito de gênero na década de 1960, que o movimento feminista procurou romper com essa visão naturalista fazendo, portanto, um deslocamento teórico radical, introduzindo o debate sobre os papéis sociais dos

sexos e a divisão sexual do trabalho. A introdução do conceito “gênero” fez-se a partir da visão e postura política e ideológica de que as categorias feminino e masculino, deveriam ser compreendidas através das relações sociais, pois como categorias isoladas, não esclareceriam as nuances construídas no social e seriam categorias estanques (RANGEL & SORRENTINO, 1994). Essa conceituação contribuiu efetivamente, para um melhor entendimento da opressão contra à mulher e do conjunto das relações sociais (DEVREUX, 2000).

Nesse aspecto, saiu-se de um foco específico sobre a opressão da mulher, para uma visão mais abrangente que abarcava a idéia de relações opressoras de sexo e gênero. Essa visão permitiu olhar-se para além da exploração entre as classes sociais visualizando a existência de uma divisão sexual, da mesma forma desigual.

Dentro desse contexto sócio-político, lidando com a força de uma concepção cristalizada socialmente, o movimento de mulheres apresentou ações que objetivavam tentar frear os desdobramentos das relações de opressão cujas conseqüências eram entre outras, a violência contra a mulher, contra seu corpo, estupro, prostituição e agressão física, como apontou Mies (1993).

A naturalização do feminino foi sem dúvida, o ponto crucial das relações de poder em torno da mulher. Historicamente vemos que a influência da concepção grega, como apontou Lacquer (2001), na filosofia galênica, que considerava a mulher um homem invertido e a parte inferior do sexo masculino, preponderou até o século XVIII. A partir de então, com o advento dos ideais da democracia burguesa e a formação de uma nova ordem familiar no sentido dado por Ariès (1981), a sexualidade da mulher passa a ser interpretada pela racionalidade médica ocidental.

Com a noção biologizante do corpo feminino (COSTA, 1995), baseada na sua capacidade de gerar e amamentar, o corpo feminino tornou-se objeto da medicina e a função reprodutiva da mulher se constituiu na chave para a naturalização do feminino, explicando assim, a concepção de fragilidade que foi atribuída à mulher. Estabeleceu-se então uma relação entre a condição orgânica feminina e a condição social de gênero.

A ênfase na função materna, portanto, na mulher enquanto cuidadora, reforçou a importância de se situar a mulher no lar. Segundo Costa (1995) retomando os ideais democrático-burgueses estabelecidos dentro da teoria jurídica do jusnaturalismo, de que todos somos naturalmente iguais, essa foi uma das formas de não permitir a mulher ter os mesmos direitos que o homem. Através da desigualdade natural entre homens e mulheres, ou seja, através do sexo.

O sexo veio, portanto, ainda segundo o autor, estabelecer as desigualdades morais e políticas entre homens e mulheres, num contexto diferente da Grécia antiga, onde as desigualdades sexuais existiam e as mulheres também eram consideradas inferiores, porém sem a concepção do sexo feminino, enquanto tal, diferente do masculino.

Os efeitos dessa concepção, fortemente delineados na noção de natureza relacionada à mulher e ao mesmo tempo, associando essa noção à mulher, numa relação dialética, impulsionou essa noção atravessando teorias e práticas e ainda com efeitos no comportamento das mulheres, cujas relações sociais e culturais estavam relacionadas ao paradigma da racionalidade médica de então.

Para Giffin (2002) foi a partir do fato do determinismo biológico aparentar justificar amplamente as questões sociais diretamente relacionadas ao corpo da

mulher, que ele passou a ser dominante, considerado como explicação legítima para esses fenômenos.

O destino biológico, no entanto, anunciado no discurso sóciocientífico, como apontou Giffin (2002), foi rejeitado pelo movimento de mulheres, que desenvolveram um conceito de gênero constituído socialmente, como vimos. Porém, apesar dos muitos estudos nessa área, permaneceu uma concepção biologizante do feminino, mesmo sob críticas significativas.

Nesse aspecto, D'Ávila Neto (1997) trouxe uma questão importante ao refletir sobre o fato da inserção do conceito de gênero nos estudos da mulher, não ter conseguido deslocar completamente para o social os avatares da sexualidade feminina, no seu sentido mais sociológico. Ainda era possível observarmos situações de opressão em relação à mulher, mesmo com tantas mudanças e conquistas, afirmou a autora.

Se isto está diretamente ligado à articulação do conceito “gênero” não podemos afirmar categoricamente, mas sem dúvida que essa articulação, como vimos no questionamento de D'Ávila Neto foi motivo para muitas reflexões a esse respeito.

E isso não era privilégio de países em desenvolvimento. Ainda segundo a autora (idem), mesmo nas sociedades mais desenvolvidas persistiam modelos de dominação.

Dados recentes indicam que ainda hoje persistem graves diferenças sociais, como invisibilidade do trabalho feminino, jornada dupla ou quádrupla e o discurso ainda pautado na naturalização do corpo feminino, denuncia D'Ávila Neto (2006) em seminário proferido sobre “Mulheres, Participação e Desenvolvimento”. E essas

discrepâncias são ainda maiores quando falamos de mulheres de países mais pobres.

A dificuldade de deslocamento do conceito gênero no seu senso mais sociológico também encontrou obstáculos no poder científico e em sua representação nas sociedades em que se inserem. Na realidade, não se pode separar o caminho percorrido pela ciência das discussões levantadas até agora. Se falamos de construção de conceitos estamos também falando da construção epistemológica, apontando a relação dialética entre ambos.

Berman (1997) já apontava esse fato ao enfatizar que a quantidade de aparições na mídia moderna de hipóteses a respeito de condições biológicas deterministas, que ressurgem repetidas vezes com novos disfarces, era conseqüência da expressão da ideologia de uma sociedade pela sua ciência, ciência esta também considerada construída socialmente e com relação constitutiva em relação aos gêneros.

Seu argumento foi reforçado por Jaggar (1997) para quem havia toda uma construção histórico-epistemológica da emoção associada ao feminino, embutida de valores que contribuíram para distorções e visões pré concebidas como naturais para as mulheres.

Tanto as conquistas quanto as dificuldades, como é sabido, estenderam-se às mulheres de uma maneira geral nas mais diversas sociedades. No entanto, a complexidade das questões de gênero que envolvem a condição feminina, tem um aspecto transversal que implica que não podemos analisá-la isoladamente sem considerar diferenças geracionais, culturais, classe social, raça e etnia. Estes aspectos são importantes visto que apontam para diferenças dentro da própria diferença.

Como apontou Mies (1993) levando-se em conta as necessidades e especificidades de cada cultura, a demanda das mulheres do Norte é diferente das mulheres do Sul e a demanda que mais se aproxima de ambas é a luta contra a violência sexual e doméstica.

A despeito da especificidade de cada cultura, da forma como isso se concretiza, a violência doméstica se apresenta, trazendo-nos a evidência de uma tentativa de controle e poder sobre o corpo da mulher. Já em termos de trabalho, as diferenças apontadas no aspecto transversal de gênero são mais significativas.

Mundialmente, ainda encontramos mulheres com salários diferenciados em relação aos homens, no entanto, em países em desenvolvimento isso é ainda mais evidente. Na América Latina, por exemplo, as mulheres tem o mais baixo índice de tempo livre segundo D'Ávila Neto (2006). O que significa ausência de infra-estrutura que lhes possibilite organizar a função materna (esta ainda em sua grande maioria, delegada à mulher) e o cuidado da casa com o trabalho.

Nesse contexto, mesmo na América Latina havendo essas diferenças em relação aos países mais ricos, também encontramos diferenças entre as mulheres de acordo com classe social, raça, etnia, valores culturais e diferenças geracionais. Mulheres desfavorecidas socialmente tem muito menos recursos para conciliar a carga que lhes é atribuída socialmente.

Fazendo um pequeno retorno à história no aspecto das relações de trabalho e reprodução, vemos que historicamente, o capitalismo influenciou para a transformação das mulheres como força de produção.

Silva (2000) nos fala da relação contraditória do papel feminino no Brasil Colônia - que era um papel importante - com a invisibilidade social desse papel. O trabalho feminino era amplamente utilizado. No entanto, mesmo exercendo o papel

de mães, de trabalhadoras dos cafezais, de trabalhadoras da roça, aquelas mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas porque seus trabalhos estavam inseridos no trabalho familiar, ou seja, a organização do trabalho cabia ao homem.

Segundo Silva (2000) as mulheres e crianças entravam como trabalhadoras dos homens, mascarando assim o trabalho realizado pelas mulheres, pois o homem era o chefe da família e era ele quem fazia os contratos com o dono das terras para quem trabalhavam.

No último século, com a industrialização, acrescenta a autora, a produção que antes centrava-se no âmbito da família, passou a ser organizada fora do lar, ocasionando uma maior dependência da família e um maior isolamento social do lar, bem como uma desvalorização do trabalho doméstico. Com esta desvalorização e maior dependência financeira da família, a mulher foi impulsionada para a força de trabalho, agora de forma diferenciada da colônia.

No entanto, a exigência social de que a mulher cumprisse o seu papel de mãe incondicionalmente, dentro de uma concepção naturalista, ainda continuou. As mulheres, mesmo sendo mães, foram entrando na vida pública e com isso, para elas, estabeleceu-se a dupla jornada. Com esta, veio a exigência tanto do meio, quanto aquela que ela mesma passa a se impor, de dar conta dessa relação público/privado.

No sentido de ampliar essa crítica e reflexão para a questão do desenvolvimento, D'Ávila Neto já apontava que:

“Os modelos de desenvolvimento devem, sem dúvida, levar em consideração o bem-estar de homens e mulheres, entendidos em um grau ótimo de equilíbrio entre as relações que os regem em suas respectivas culturas. Inserir as mulheres nas lavouras, no pequeno comércio ou indústria não é a questão. A questão é como ficará sua

jornada de trabalho, se lhes será permitido mais tempo livre para que efetivamente possam usufruir dos bens culturais, da educação, e de tudo que, por pressuposição, traz o projeto de desenvolvimento, a fim de que elas tenham condições de igualdade, não só em relação à opressão masculina, mas em relação também às opressões sociais, de seu grupo econômico, de sua cor, e a hegemonia dos grupos internacionais – chamem-se eles cooperações técnicas ou sejam as poderosas ONGs de mulheres”. (D’ÁVILA NETO, 1994, p.17)

Segundo Giffin (2002), a atualização ideológica dos gêneros na figura da nova mulher independente que controla sua fecundidade, trabalha fora e tem seu dinheiro próprio, permite o ocultamento do aprofundamento da dupla jornada, da exploração e da forma em que estas estratégias contribuem para a reprodução da desigualdade em nível de gênero e de classe social.

Mies (1993) já havia denunciado que as mulheres podiam ser empreendedoras, mas não podiam desviar-se das suas responsabilidades para com suas famílias. O que acarretava e ainda acarreta uma sobrecarga envolta em cobranças e portanto, sentimentos contraditórios diante dos papéis sociais.

Neste processo, aumentou-se também o abismo social existente entre as possibilidades das mulheres burguesas e as dificuldades das mulheres da classe trabalhadora (SIMÕES BARBOSA, 2001). Desta forma, as mudanças relacionadas às questões de gênero ocorridas após a década de 1980, apontam situações contraditórias do ponto de vista transversal das atualizações de gênero.

As distribuições hegemônicas de papéis não tornam excludentes a exaltação do papel materno e o recrutamento das mulheres para a força de trabalho. Ao contrário, ideologicamente, a questão da reprodução ainda parece ter muita força na determinação das obrigações às mulheres, como temos visto.

Assim, as mudanças pelas quais passaram as mulheres com sua entrada no mercado de trabalho, precisam ser compreendidas dentro da conjuntura econômica

a que pertencem e das atualizações dessa conjuntura, onde observamos as diferenças de acordo com a cultura.

Nesse contexto as diferenças transversais foram se impondo, trazendo um quadro social da condição social e econômica feminina bastante complexo. No entanto, sabemos, temas como naturalização, maternidade, aborto, trabalho, violência sexual e doméstica, entre tantos outros que protagonizam a condição da mulher, permanecem como temas comuns às mulheres, globalmente.

Isso se dá, seja pelas suas próprias representações da questão, seja pela representação do entorno social, que obriga à lutas incessantes dentro do espaço social, diferenciando-se em maior ou menor grau, dependendo da sociedade a que pertencem, e, se na mesma, dependendo de outras categorias, como classe social, raça e etnia, como vimos.

Diversas autoras (D'ÁVILA NETO, 2006, MIES, 1993, GIFFIN, 2002, SIMÕES BARBOSA, 2001) tem apontado contradições e lacunas nas mudanças pelas quais vem passando as mulheres ao longo das décadas.

Mudanças significativas sem dúvida. Não podemos negar os avanços e conquistas que tivemos, principalmente dando um corte na concepção naturalista. Assim como as discussões que envolvem a condição feminina, já apontadas aqui, que ainda perduram, gerando ações transformadoras. Porém, como apontam essas autoras, com lacunas e contradições.

Nesse aspecto, o quadro que se apresenta é que conseguimos conquistar o reconhecimento, porém ainda com contradições gravíssimas. E sobretudo, ainda não conseguimos romper o abismo econômico, em maior ou menor grau, entre mulheres e homens e mesmo entre mulheres e mulheres. No tópico seguinte apresentaremos alguns dados estatísticos significativos relacionados a esta questão.

Posteriormente, daremos ênfase a outros aspectos que vem atravessando a discussão sobre a condição feminina que temos visto neste capítulo. Eles são trazidos por autoras que focam na desconstrução de conceitos e noções caras ao movimento de mulheres, provocando não só tentativas de mudanças efetivas de ações, como um verdadeiro turbilhão teórico.

1.2 Dados descritivos sobre gênero e raça:

Neste tópico procuramos trazer as pesquisas mais recentes que indicam quadros ainda discrepantes em relação à mulheres e homens, bem como entre mulheres de classes e raças diferentes. Estes dados não só apontam a permanência da opressão de gênero em diversas culturas, como também podem ser articulados às narrativas apresentadas pelas nossas entrevistadas, dentro do contexto das invisibilidades sociais que investigamos.

Pesquisa do Instituto Sangari¹ através do Mapa da Violência, apresenta dados que revelam que na década referente ao período de 1998 a 2008 a violência contra a mulher continuou sem registrar queda. Estatísticas dos 27 estados revelam que o número de assassinatos de mulheres no mesmo período está estacionado há mais de uma década. Grande parte dos crimes é passional e ocorrem dentro de casa, colocando a violência doméstica como a principal causa dos assassinatos.

Nesse período, revela o estudo, foram assassinadas no Brasil 42 mil mulheres, num ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina.

¹ O Instituto Sangari é uma instituição que pretende divulgar a cultura científica no Brasil. O Mapa da Violência é realizado em conjunto com o Ministério da Justiça. A pesquisa em questão encontra-se no seguinte link http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/homicidio_mulheres.pdf

Dados revelados também pelo Anuário das Mulheres Brasileiras 2011² mostram que 43,1% das mulheres já foram vítimas de violência em sua própria residência. Entre todas as mulheres agredidas no país, dentro e fora de casa, 25,9% foram vítimas de seus cônjuges ou ex-cônjuges. Registrou-se um aumento significativo no número de atendimentos realizados, tendo passado de 46 mil atendimentos em 2006 para 734 mil em 2010. Desse total, 108 foram denúncias de crimes contra a mulher, sendo a maioria constituída por casos de violência.

Em março deste ano (2011) a Organização das Nações Unidas (ONU) denunciou a gravidade da violência doméstica no mundo, comunicando terem sido assassinadas no âmbito doméstico 5 mil mulheres, com o pretexto de se proteger a honra e família. Estes crimes são cometidos tanto contra mulheres adultas quanto mulheres jovens.

Segundo a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos Navi Pillay, as mulheres são vítimas de arma de fogo, apedrejamento, punhaladas, estrangulamento e asfixia. Esses crimes, assim como as inúmeras violências a que são submetidas mulheres e meninas por seus maridos, pais, irmãos, tios, outros homens e até mesmo seus próprios filhos, dificilmente saem nas primeiras páginas dos jornais, enfatiza.

Outra questão grave nos dados da ONU é a estimativa de que uma a cada três mulheres já foi agredida de alguma forma e abusada sexualmente, como apontam outras pesquisas, dentro da própria família.

Um aspecto importante a acrescentar é que a questão financeira costuma aparecer como aprisionamento à situação de violência, no entanto, afirma Pillay, a

² O Anuário das Mulheres Brasileiras é uma publicação que reúne dados de diversas fontes como OIT (Organização Internacional do Trabalho), PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), TSE (Tribunal Superior do Trabalho) e DataSus, com o objetivo de subsidiar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero.

violência doméstica também está em alta em países onde mulheres conseguiram um alto status econômico, sendo completamente independentes financeiramente, como executivas, parlamentares, médicas, jornalistas, segundo seus dados.

Com relação ao trabalho doméstico, o Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, revela que a dedicação das mulheres é bem superior a dos homens, independente do status de sua ocupação fora, numa relação de 22 horas aproximadamente por semana pelas mulheres contra 9 horas pelos homens.

No caso das mulheres que não trabalham fora, a dedicação aos afazeres domésticos aumenta em relação aos homens que se encontram nessa mesma situação. A média passa para 28 horas por semana, contra 11 horas despendidas pelos homens.

Outra grande discrepância entre os gêneros apontada pela pesquisa apresentada pelo Anuário é a relação entre grau de instrução e remuneração: as mulheres representam a maior parte da população economicamente ativa (PEA) com nível superior (53,6%), enquanto que entre os homens esse total equivale a 51,3%. Apesar disso, nos cargos com nível superior completo, as mulheres recebem apenas 63,8% do salário dos homens.

Ainda que os valores sejam menores que os obtidos pelos homens, a renda feminina é importante para a composição da renda familiar: no Brasil, em 2009, as mulheres contribuíram, em média, com pouco menos da metade (47,9%) do total dos rendimentos da família. Entre os segmentos com faixas de renda menores, em especial nas famílias com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, percebe-se uma participação significativa da renda mensal das mulheres no total da renda mensal familiar, principalmente na região Centro-Oeste (61,2%).

As mulheres também têm mais probabilidade de ter um trabalho não remunerado do que os homens, além de maior chance de, na agricultura, trabalhar em terrenos menores e em cultivos menos lucrativos e, na indústria, de dirigir empresas menores e em setores com menos remuneração.

No Relatório de Desenvolvimento Mundial 2012: igualdade de gênero e desenvolvimento, divulgado pelo Banco Mundial (Bird) em setembro de 2011, destacam-se avanços e atrasos com relação à participação da mulher no mercado de trabalho. O relatório enfatiza que o crescimento sustentável foi particularmente eficiente para reduzir as disparidades entre homens e mulheres no mundo, mas que sozinho, não resolverá as questões das diferenças no futuro.

Os países em desenvolvimento que tiveram um avanço mais acelerado em suas economias, apresentaram uma evolução mais rápida, embora as desigualdades ainda sejam enormes. A demanda das economias dos países em desenvolvimento acabou por colocar mais mulheres no mercado de trabalho.

Com relação à educação, o relatório aponta que as mulheres estão estudando cada vez mais. No mundo, as mulheres já são mais numerosas nas universidades e, segundo o relatório, tiram notas melhores que os homens.

Em 1970, o número de universitários homens era de 17,7 milhões tendo em 2011 subido para 77,8 milhões. Em relação às mulheres havia em 1970, 10,8 milhões de universitárias, enquanto que em 2011 esse número saltou para 80,9 milhões. A diferença a mais de mulheres nas universidades foi observada inclusive no Brasil.

Mesmo mais preparadas, de acordo com o relatório, seus salários continuam mais baixos em todo o mundo. No caso de alguns países como o Brasil, a diferença

é de 25%, na Argentina, 12 % e no México 20%. Assim como ainda há uma dificuldade evidente das mulheres ascenderem nas empresas.

Segundo o Instituto Ethos, dados do IBGE (2011) e do IPEA confirmam os resultados citados acima pelo Bird. Assim como os dados do Bird corroboram em termos mundiais os resultados apresentados em pesquisa realizada no Brasil, em 500 empresas, pelo Instituto Ethos e Ibope. Esses dados informam que, em 2010, as mulheres ocupavam 13, 7% dos cargos executivos; 22,1% dos cargos de gerência; 26,8% da supervisão; e 33,1% do quadro funcional.

Levando-se em conta a participação feminina na sociedade brasileira, constata-se de acordo com o Ethos, uma subrepresentação das mulheres em todos os cargos das maiores empresas.

Ainda de acordo com o relatório do Bird, com relação à política, há uma desproporcionalidade muito grande com relação aos países, embora tenha havido aumento da população feminina nessa área. Na Holanda, por exemplo, as vagas no parlamento em 2010 foram de 41%, enquanto que na África do Sul, 45%. Já na América Latina a média de vagas foi de 24%. Na Arábia Saudita não há vagas no parlamento para mulheres.

Também em 2010, apenas 6 países em desenvolvimento e 11 países ricos tinham mulheres ministras, o que pode vir a mudar um pouco em termos de Brasil para o próximo relatório, pois que para o atual não foi computado o governo da presidenta Dilma Houssef, onde para um total de 39 cargos de ministro, 10 são preenchidos por mulheres.

Também no Brasil, a falta de acesso das mulheres a serviços básicos, como creche, foi evidenciada como importante fator que prejudicaria ainda mais a mobilidade da população feminina para ter acesso ao emprego e melhores salários.

No mercado de trabalho brasileiro, os homens ainda correspondem a 70% dos empregadores, 53% dos trabalhadores por conta própria e 53% dos assalariados. Já no mercado informal, 72% são mulheres. A desigualdade de gênero também aparece no meio rural, onde apenas 11% dos proprietários de terra no país são mulheres.

Dois fatos chamaram a atenção nas conclusões do Bird: ao mesmo tempo em que aumentou a participação das mulheres em governos no mundo todo, a distância entre a média de salários pagos para homens e mulheres ainda é bem significativa.

De acordo com pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo, comparando dados de 2001 a 2010, 52% das mulheres em 2010 pertence à população economicamente ativa, contra 79% dos homens. Mesmo tendo havido avanços quanto ao fato do aumento de mulheres como provedoras da casa, elas continuam sendo responsáveis pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com os filhos.

Assinala-se também que a jornada semanal média de trabalho doméstico declarada pelas mulheres é de aproximadamente 30hs contra 9hs declaradas pelos homens, o que vai de encontro ao Anuário das Mulheres Brasileiras.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2008, referente ao período de 1993 até 2007, sobre as desigualdades de gênero e raça no Brasil, revelou que a expectativa de vida dos brasileiros aumentou, mas que quando comparando brancos e negros, identifica-se que essa expectativa dá-se de forma desigual, para menos, em relação aos negros. Isso é mais significativo entre os homens negros do que entre as mulheres, provavelmente, segundo o Ipea, pelo alto índice de violência urbana e ausência de acesso a procedimentos médicos.

Houve um aumento considerável nesses quinze anos analisados, de famílias chefiadas por mulheres, tanto na zona rural, totalizando 19,3% dos lares, quanto

urbana, com 35,4% dos lares. Verifica-se entretanto que o grau de crescimento foi maior nas zonas urbanas com 11,1 pontos percentuais do que nas zonas rurais, com 5,8 pontos.

Com o impacto das políticas educacionais dos últimos quinze anos, de acordo com o Instituto, houve melhoras nos indicadores sociais. No entanto, embora esses parâmetros relacionados à inserção na educação entre brancos e negros esteja mudando, observou-se que ainda há discrepâncias. Como constatado também em outros países pela pesquisa do Bird, no Brasil o número de mulheres que frequentam universidades é maior do que os homens.

No caso da diminuição do analfabetismo isso também é fato, ou seja, há mais mulheres alfabetizadas que homens. Entretanto, ao comparar mulheres brancas e negras, nota-se que, mesmo tendo havido uma diminuição do analfabetismo também entre as mulheres negras, ainda persistem desigualdades significativas entre ambas, de aproximadamente 7 pontos percentuais.

Analisando-se simultaneamente as clivagens de gênero e raça, observa-se que a melhoria universal verificada neste indicador não só não foi capaz de reduzir as desigualdades, como produziu uma situação em que negros apresentavam, em 2007, média de anos de estudo inferior à verificada para brancos em 1993. Verifica-se portanto, que, enquanto a média de anos de estudo era de 7,1 para brancos e de 4,7 para negros no início do período analisado, em 2007, estes valores subiram para, 8,8 e 6,8, respectivamente, o que representa uma redução de apenas 0,4 anos na desigualdade em um período acumulado de quinze anos.

Com relação ao acesso à saúde verificou-se que entre os brancos, 54% dos atendimentos e 59% das internações foram cobertos pelo SUS; e para os negros as

proporções foram de 76% e 81,3%, respectivamente. Já com relação aos planos de saúde privados a situação inverte.

Também foi observado que o número de mulheres brancas e negras que ainda não realizaram os exames específicos ainda é alta e há desigualdades no acesso ao exame entre brancas e negras. Os dados mostram que, no Brasil, 36,4% das mulheres de 25 anos ou mais de idade nunca fizeram o exame clínico de mamas, sendo que entre as brancas a proporção é de 28,7% e entre as negras a proporção sobe para 46,3%.

Segundo o relatório do IPEA, isto poderia indicar, num primeiro momento, que esta desigualdade seria explicada pelo fato de que as mulheres negras têm menos educação formal e menores rendimentos – o que dificultaria seu acesso aos serviços. No entanto, mesmo entre as mulheres que têm mais de 12 anos de estudo, as desigualdades permanecem: 10,5% das mulheres brancas com este nível educacional e 18% das negras nunca fizeram exame clínico de mama.

Estes números apontam para desigualdades na qualidade do atendimento relacionadas às práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes de preconceitos e estereótipos racistas, próprios do racismo institucional, afirma o estudo. De acordo com o Ipea, o Ministério da Saúde já teria tomado conhecimento dessas condições diversas dentro do SUS, a partir de seminário realizado em 2006 sobre o tema no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Com relação aos índices na localidade de domicílio, a diferença entre as mulheres que não realizaram exames específicos sobe para o dobro. Neste aspecto, os dados revelam situação de grande precariedade vivenciada pelas mulheres negras.

As mulheres negras apresentam as mais altas proporções no trabalho doméstico (21,4%) e na posição de produção para próprio consumo e trabalho não remunerado (15,4%). No entanto, apresentam as menores proporções de trabalho com carteira assinada (23,3%) e de empregador (1,2%), ocupando, dessa forma, a pior posição na escala social.

Outro dado apresentado pelo Ipea é que as mulheres e os negros apresentam os maiores níveis de desemprego, onde as mulheres negras se encontram em situação mais precarizada, apresentando uma taxa de 12,4% em 2007, enquanto que as mulheres brancas apresentam uma taxa de 9,4%. Já os homens negros 6,7% e os brancos 5,5%.

Pesquisa das características étnico-raciais da população, buscando um estudo das categorias de classificação de cor e raça, realizada pelo IBGE e divulgada em julho de 2011, aponta que 63,7% dos entrevistados acreditam que a cor ou a raça influenciam nas suas vidas.

Segundo o IBGE, as cores da pele abordadas pelos entrevistadores foram branca, preta, parda, amarela e indígena. No entanto, afirma a pesquisa, boa parte dos entrevistados acrescentou os termos “morena”, incluindo as variantes morena clara e morena escura, e “negra”, que não foram descartados pelo estudo. Foi no Amazonas inclusive, que foi detectado o maior percentual do termo pele morena (49,2%) e no Distrito Federal o maior percentual da resposta para pele negra (10,9%).

O maior percentual de resposta afirmativa sobre a influência da raça ou cor da pele em suas vidas foi encontrado no Distrito Federal (77%) e o menor no Amazonas (54,8%). Destaca-se também o fato do percentual de respostas afirmativas ser maior

entre as mulheres (66,8%) do que entre os homens onde esse percentual cai para 60,2%.

A sequência por ordem de importância sobre o que ou onde os entrevistados acreditam que a cor da pele ou a raça influenciam em suas vidas foi a seguinte segundo os dados do IBGE: trabalho (77%), relação com justiça/polícia (68,3%), convívio social (65%), escola (59,3%) e por último, repartições públicas (51,3%).

1.3 A mudança de paradigmas através do diálogo da perspectiva dos estudos pós-coloniais

Autoras como Judith Butler (2001, 2010), Fraser (1996, 2001, 2005, 2007), Spivak (2010) e Braidotti (2000, 2002, 2004) atualizaram o pensamento sobre as questões do feminino, levantando uma série de questionamentos que passaram inclusive pela desconstrução do conceito de gênero e pela visão crítica da unificação das mulheres pelo mundo, gerada pela globalização.

Embora elas não estejam sozinhas em vários aspectos de seus pensamentos, são autoras que se destacaram por colocar em relevância alguns temas considerados fundamentais na construção do movimento de mulheres, bem como levantar questões polêmicas e ainda, introduzirem novas formas de pensar e articular diante das ações que se faziam presentes.

Alguns aspectos dessa discussão não são recentes, embora permaneçam no campo atual das reflexões devido à sua complexidade. Desconstruir o conceito gênero não foi e nem é tarefa das mais simples, considerando a importância de sua

“descoberta” para o rompimento efetivo da noção perversa de naturalização, que colocou por anos a mulher num lugar delegado pela opressão patriarcalista.

Apesar dos dilemas que vimos sinalizados por D’Ávila Neto (1997), a respeito do conceito de gênero nos estudos da mulher não ter conseguido deslocar completamente para o social os avatares da sexualidade feminina no seu sentido mais sociológico, a separação entre natural (sexo) e cultural/social (gênero) deu uma guinada fundamental não só nas discussões, mas principalmente nas ações cotidianas, devido à politização da questão.

Mas foi também essa dificuldade apontada por D’Ávila Neto (1997), que contribuiu e muito, para críticas posteriores que acabaram por trazer uma mudança de perspectiva significativa na teoria e prática dos estudos sobre a questão da mulher mundialmente.

A discussão de Butler (2001, 2010) sobre sexo e gênero é bastante representativa do seu pensamento, destacando uma visão bem específica que a diferencia de alguma forma das demais autoras feministas. É importante ressaltar que ela lançou pela primeira vez essas questões no final da década de 1980.

O ponto principal desta especificidade está no fato de que para Butler (2010) sexo e gênero são intercambiáveis. Ela estabeleceu uma relação entre sexo e gênero que veio a subverter de maneira radical os estudos feministas de então. A autora problematizou o “ pilar fundacional ” da política feminista que tem como ponto de partida o sexo como natural e o gênero como construído socialmente.

Assim, Butler (2010) desmonta completamente qualquer fundamento biológico e foca na forma como os atributos de gênero são regulados, gerando padrões identitários relativamente estáveis, ou identidades de gênero inteligíveis. A partir de uma perspectiva genealógica a autora vai em busca das condições de possibilidade

da emergência de determinados discursos ou formulações de sexo/gênero; ou seja, daqueles elementos sociais/culturais que garantem a inteligibilidade de certas formulações do que seja masculino ou feminino, ao passo que impede outras (por torná-las inconcebíveis, ou impossibilidades lógicas, como a existência de outros sexos ou identidades de gênero).

Sua teoria é que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero são o resultado de um constructo social. Assim, para a autora, não existem papéis sexuais na essência ou biologicamente inscritos na natureza humana, mas sim formas socialmente diferentes e variáveis de se desempenhar estes papéis. Esta aliás, é uma definição advinda da teoria queer³ que tem em Butler uma importante protagonista (BUTLER, 2010).

Butler tem uma forte influência de Foucault, para quem o poder cria os sujeitos que o vem representar. Já no final da década de 1980 ela soma à perspectiva pós estruturalista que começava a se tornar forte na teoria feminista ocidental, questionando alguns pressupostos.

De fato, para Butler não deveria nem haver a categoria “mulher”. A categoria “homem” e a categoria “mulher” são para ela duas opções prontas, que nos são dadas pela representação política e linguística sem que possamos questionar.

A tarefa política não é recusar a política representacional – como se pudéssemos fazê-lo. As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação. Assim, o ponto de partida crítico é o presente histórico E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam. ... Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. (BUTLER, 2010, p.22 - 23)

³ A teoria queer teve sua origem na década de 1980 nos EUA, sob influência significativa de Michel Foucault, tendo adquirido notoriedade no final do século passado.

A própria Butler reconheceu que não havia como se distanciar naquele momento, do pilar do movimento, que era a concepção do natural/social, pois se colocaria em risco toda a política feminista.

Num momento de grandes mudanças e discussões, com o movimento de mulheres em plena luta contra a opressão (nota-se que estamos falando do início da década de 1990), lançar mão de uma postura, aparentemente bastante extrema, não seria nada estratégico.

Mas o fato é que o pensamento de Butler contribuiu para demarcar o território da relativização dos conceitos nessa área, amparada no forte argumento da produção social destas mesmas noções.

Era uma época onde as produções teóricas borbulhavam, no auge da globalização, onde autoras, como vimos em Mies (1993) já procuravam questionar a visão generalizada do pensamento em termos continentais. Era preciso ouvir o que outras vozes femininas tinham a dizer e sair daquele lugar absoluto, rendendo-se ao saber produzido em outras fontes culturais e políticas.

Mesmo dentro da chamada por Mies (1993) divisão Norte/Sul, já era bem evidente posturas políticas no discurso dominante do Norte, naquele período, que se traduziam na produção intelectual de então, caracterizando correntes de pensar diversas e específicas.

Por isso a contundência de algumas autoras, ou a radicalidade aparente de suas posturas, é importante, pela própria quebra do foco, sem tampouco descaracterizar ou eliminar a existência da opressão. É atualizar a luta, num mundo repleto de contradições, contradições estas que também atravessam as diversas vozes femininas, seja pela intelectualidade, seja pela vida cotidiana anônima de dezenas e dezenas de mulheres.

Nesse contexto, também surge a voz e as reflexões de Gayatri Spivak, com uma repercussão polêmica, devido à sua argumentação fortemente crítica sobre o poder que se estabelece pela fala do outro.

Spivak (2010), de origem indiana, quando lança sua discussão já morava nos Estados Unidos. É uma autora com uma forte base literária, que vem de um país que foi colonizado pela Inglaterra. Ela própria faz questão de ressaltar seu hibridismo identitário, pela própria relevância com que isso demarca seu olhar e o lugar que ocupa na discussão e crítica intelectual. Inclusive os estudos subalternos, que tem em Spivak, uma importante protagonista.

Também é significativo sinalizar que a discussão levantada por Spivak foi iniciada na década de 1980, ao publicar o artigo “Can the subaltern speak?”⁴ em 1985, e depois com outras versões posteriores, já com uma repercussão bem mais ampla.

Spivak (2010), assim como Butler (2010), entende que a categoria mulher é histórica e discursivamente construída e que vista como estanque é estritamente essencialista. No entanto, Spivak receia que a introdução dessa concepção radicalmente, possa colaborar para o fortalecimento do contexto patriarcal. Assim, defende uma invocação pública da mulher como essencialismo positivo. Para ela isto seria uma versão prática do pós estruturalismo, com o objetivo de oferecer resistência estratégica e temporária à mentalidade patriarcal.

Spivak (da mesma forma como Butler se preocupou em não abolir completamente a noção de gênero como meio para evitar riscos) chama atenção para o fato de não se esquecer que isso é uma estratégia e que portanto, deve ser

⁴ Tradução da autora: “Pode o subalterno falar?”

vigiada de forma crítica, sob o risco de transformá-la num essencialismo congelado (SPIVAK, 2010).

Spivak (2010) questionou de forma contundente, tornando-se inclusive polêmica, a questão da fala do subalterno, ou da representatividade dessa fala, pelos intelectuais. De fato, Spivak, nessa crítica, não focou apenas na questão do binarismo, embora ele possa estar implícito, mas na impossibilidade, segundo ela, de uma real representatividade daquelas vozes, sem uma mudança no *modus operandis* que desconstrua a estrutura social hierárquica.

A autora coloca o intelectual num lugar incômodo pelo fato de deixar à mostra essa relação constituída intelectual/subalterno, onde o primeiro julga poder falar pelo segundo e ainda entende que o subalterno pode construir um discurso de resistência através dele, intelectual.

Spivak (2010) também não poupa a literatura, onde pode-se encontrar testemunhos de sujeitos subalternos escritos por terceiros. Segundo ela, isso tudo seria uma forma de colonialismo ou mesmo de neo colonialismo, já que indicaria uma repetição da postura de antropólogos tradicionais diante do informante nativo.

Estes cenários, para Spivak, são inviáveis, pois que mantém o subalterno silenciado, visto que continua a reproduzir as estruturas de poder e opressão, sem nenhuma mudança de posição onde possa realmente ser ouvido. Segundo a autora, a gravidade disto está no risco do subalterno tornar-se objeto de conhecimento por aqueles que objetivam apenas falar pelo outro.

Spivak (2010) indica duas maneiras principais de representar. Uma em que se endossa os hábitos do outro, quando damos aval para alguém nos representar. A outra, em que procura-se retratar o outro, onde este outro é representado por um

porta voz e ao mesmo tempo se auto representa como sujeito histórico em todo esse processo. Algo como representação por procuração ou por retrato.⁵

Ou seja, para a autora, esse representar o outro ou sua voz está arraigado a uma estrutura de poder, que mesmo com muito esforço, não se pode fugir quando na manutenção desse modelo.

Sua crítica ainda se constitui no fato do intelectual achar que pode sempre ser o intermediador e aquele que poderá reivindicar pelo outro. Com isso, esse outro, que é o subalterno, não é realmente ouvido como deveria ser. Assim, Spivak sugere que o intelectual pós-colonial, ao invés de buscar falar pelo outro, procure criar espaços onde o subalterno possa de fato falar e ao fazê-lo, possa assim de fato ser ouvido.

Nesse contexto, portanto, como pensar representação, fora dos parâmetros hegemônicos? Fora do aspecto essencializante e binário? De fato, a questão não é pensar fora desses aspectos, mas ter-se em conta essa relação de forças para que se possa conceber um novo *modus operandis*.

A própria Spivak (2010) acrescenta que seu maior interesse é que as feministas pós-coloniais possam ter essa crítica e assim mudar o modo de atuar para que de fato, como dissemos, desconstrua essa estrutura social hierárquica.

Bahri (2006) chamou a atenção sobre a comunhão entre o feminismo e o pós-colonialismo enfatizando a importância de se aprender a ler as representações das mulheres na literatura, focando em especial, tanto no sujeito quanto na representação, através de um olhar crítico sobre o mundo e as relações de gênero.

A autora frisa, inclusive, a confusão possível de ser gerada em função das várias conotações possíveis que o termo representação demanda e alerta para o

⁵ Respectivamente, definição utilizada por Spivak oriunda das palavras *Vertretung* e *Darstellung*

fato que, de posse dessa visão crítica, temos o caminho aberto para a compreensão dos debates inerentes à teoria pós-colonial e/ou feminista (SPIVAK, 2010).

Nessa reflexão é interessante lembrarmos da questão levantada por Boaventura Santos (2006) a respeito de sua discussão sobre a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Embora Santos coloque essas questões num contexto bem mais amplo, num projeto que denominou “A Reinvenção da Emancipação Social”, suas reflexões atravessam com efetividade os questionamentos apontados.

Utilizando apenas um pequeno aspecto de sua conceituação da sociologia das ausências observamos que Santos procura, através de um movimento transgressivo e insurgente, como ele mesmo classifica, tornar clara essa relação perversa que faz dos ausentes, algo que não existe, ou seja, o que não existe é produzido ativamente como não-existente, invisível à realidade hegemônica do mundo.

Ao criar essa noção, Santos (2006) quer exatamente subverter essa relação de forças num cenário de produção de ausências, para transformá-las em objetos presentes e visíveis. Associa a isso, a noção de sociologia das emergências, onde propõe um novo parâmetro de reflexão, desfazendo a visão até então articulada sobre indicadores seguros e introduzindo o pensar sobre parâmetros ainda não articulados sobre a realidade.

Assim, Santos (2006) afirma a possibilidade de se produzir uma grande quantidade de realidades antes não existentes, mais fragmentadas, caóticas e plurais do que aquela antes vivida.

Nesse contexto, intenciona Santos desfazer visões rígidas formatadas num contexto binário. Dessa forma, o autor indaga sobre qual seria, por exemplo, nossa visão sobre o futuro, sem o binarismo essencializante.

Nas palavras de Santos:

“O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte-Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalternidade? É possível que os países menos desenvolvidos sejam mais desenvolvidos que os desenvolvidos em domínios que escapam à dicotomia hegemônica?”
“(SANTOS, 2006, p.102)

O autor considera imprescindível que se proponha um novo modelo de racionalidade, levando-se em conta que o modelo proposto pelas ciências sociais tal qual conhecemos, desacredita alternativas importantes para a ampliação do mundo.

E acrescenta:

“Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Em segundo lugar, esta riqueza social está a ser desperdiçada... Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a concebemos”.
(SANTOS, 2006, p. 94)

De fato, o que podemos observar, é que a palavra/ação que traduz de forma bem específica a “nova” postura crítica intelectual produzida pelas autoras citadas é a desconstrução. Desconstrução do “ser” mulher, desconstrução do conceito de gênero, desconstrução das ações globalizantes que ignoravam especificidades como etnia, classe social, raça, etc., desconstrução de uma forma de olhar e pensar, que vai de encontro ao movimento transgressivo e insurgente proposto por Santos.

Nancy Fraser (1996, 2001, 2005, 2007) é uma dessas pensadoras, cuja preocupação está em situar as questões de gênero dentro de um universo maior acerca dos impasses da justiça no mundo atual, principalmente nas democracias ocidentais. É uma autora cujo campo de estudo e crítica se define dentro da era pós socialista, onde as identidades grupais substituiriam as de classe como principal instrumento de mobilização política.

O foco na justiça social foi inclusive, a razão do polêmico debate que mantém ainda nos dias atuais com Axel Honneth, filósofo e sociólogo alemão, que aponta o reconhecimento como uma importante questão moral dos conflitos sociais.

O debate de Fraser com Honneth não se dá pelo viés das questões de gênero exatamente, mas sim pelo o que cada um compreende como formas de justiça, focados na questão do reconhecimento social trazida por Honneth e na introdução da redistribuição nessa discussão, trazida por Fraser.

Para Honneth (2003, 2006), há três formas de reconhecimento que seriam o núcleo normativo de uma concepção de justiça, visto que definem as condições intersubjetivas da integridade pessoal de todos os sujeitos.

A primeira delas, o amor, presente nas relações primárias, produz o bem estar do outro nas suas necessidades individuais porque as pessoas se reconhecem como sujeitos necessitados. A segunda, o Direito, faz com que se transcenda o caráter particular e emocional do amor, produzindo, nas pessoas em sociedade, o reconhecimento da igualdade e da liberdade. A terceira, a estima social, está ligada ao fato dos indivíduos sentirem-se valorizados naquilo que acreditam serem suas qualidades, ou em ações pessoais que os distinguem dos demais. Ou seja, a existência de um padrão ético social, capaz de valorar positivamente as ações.

Honneth (2003) coloca essas três dimensões com relevância teórica chave contra a violação do amor, a privação dos direitos e a degradação, provocadas por relações de desrespeito.

As desigualdades passaram portanto, a serem tratadas como uma questão moral, pela ausência de reconhecimento, pela presença do desrespeito às diferenças. Nesse contexto, encontramos a luta de grupos étnicos, de grupos raciais, das mulheres, dos homossexuais, etc., ou seja, grupos que trazem na sua trajetória lutas contra às invisibilidades a que foram e estão sujeitos socialmente. Dessa forma, podemos compreender que a ausência de reconhecimento social explicitada por Honneth, traz no seu bojo, as marcas, os efeitos e a própria construção das invisibilidades sociais.

Fraser procurou atualizar essa discussão, introduzindo nos estudos e reflexões sobre feminismo e demais grupos, a noção de reconhecimento associada à noção de redistribuição. Assim, descreve uma realidade social, na qual déficits de reconhecimento convivem com déficits distributivos.

Para Fraser (1996), reconhecimento seria basicamente uma questão de justiça, onde o não reconhecimento estaria ligado a práticas discriminatórias institucionalizadas e não tanto às atitudes depreciativas sofridas pelos outros.

Para a autora, existem duas dimensões dos conflitos sociais associadas uma a outra, que são a dimensão cultural e a econômica. Nesse aspecto, afirmar, enfatizar o reconhecimento, seria negligenciar a redistribuição, deixando as desigualdades econômicas minimizadas e vice versa. Seu objetivo é que se procure reintegrar essas duas dimensões, sem que uma abafe a outra.

No caso das questões de gênero, das lutas e movimentos, há que se enfatizar tanto igualdade quanto diferença, afirma Fraser (2001). Ou seja, quando falamos em

divisão sexual do trabalho, denunciando trabalho doméstico não remunerado, políticas ocupacionais que privilegiam homens, seja em cargos ou salários, e ainda condições desiguais entre mulheres, afetando negativamente mulheres de camada desfavorecida, estamos falando em modificação da política econômica e da exploração ligadas ao gênero. Consequentemente falamos em diminuir as diferenças.

Já quando falamos em androcentrismo e sexismo cultural, a autora aponta que estamos falando em combater a injustiça cultural, a fim de se desconstruir essas noções tão arraigadas. Desta forma o que se quer é afirmar as diferenças de gênero (FRASER, 2001).

Isto nos remete à discussão de Boaventura Santos (2006), sobre o universalismo, onde o autor questiona sobre qual universalismo queremos hoje, afirmando ser aquele que tenha em comum a dignidade humana. Nesse contexto, coloca Santos, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. De fato, Santos tem como parâmetro a noção de direito a ter direitos e é a partir daí que constrói a concepção de que “temos direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza, e o direito a ser diferentes, sempre que a igualdade nos descaracteriza (SANTOS, 2006, p. 199)

Nesse sentido, não é suficiente e nem resolveria a questão se através da redistribuição, eliminássemos as diferenças. O problema da condição feminina não se fecha nesse contexto. O reconhecimento é fundamental para o combate a injustiça cultural.

A tese de Fraser (2007) é que hoje o feminismo, voltado para uma política transnacional, tem plenas condições de fazer uma sinergia entre reconhecimento e redistribuição.

É nesse contexto que ela critica a política unilateral do reconhecimento, sem contudo negar sua importância. Segundo a autora, o movimento de mulheres, na dificuldade de resolver os problemas de distribuição econômica, se afastou das lutas por equidade social, investindo suas energias nas mudanças culturais.

Fraser não nega o fato da transformação cultural englobar todas as “fases” do feminismo. Mas faz essa diferenciação, enfatizando que a questão crucial nesse aspecto é o fato desta transformação, conhecida por uma política da identidade, caracterizar uma relativa autonomização do projeto cultural.

Enfatizando não ter sido essa a intenção original do movimento de mulheres, Fraser acrescenta:

“Por um lado, a nova orientação para o reconhecimento deu atenção às formas de dominação masculina que antes estavam enraizadas na ordem do status da sociedade capitalista. Se tivesse sido combinado com o foco anterior dado às desigualdades sócioeconômicas, nosso entendimento da justiça de gênero poderia ter se aprofundado”. (FRASER, 2007, p. 5)

No transnacionalismo, rejeitam o quadro do Estado territorial, onde, sob a égide de Estados desempoderados, em alguns casos, o espaço político acaba por bloquear a contestação pelas mulheres das forças que as oprimem.

Da mesma forma, afirma a autora, este quadro isola os poderes exteriores da crítica e do controle. E ainda, há os Estados predadores, a governança da economia mundial, os especuladores, que ficam protegidos na sua territorialidade. O Estado territorial conclui, acaba “excluindo a tomada de decisão democrática transnacional nas questões de justiça de gênero” (FRASER, 2007 p.10).

Hoje, de acordo com Fraser (2007) o movimento de mulheres está muito mais próximo das demandas por reconhecimento e redistribuição, voltadas para a

transnacionalização. Isso resulta numa nova fase, que reenquadra a justiça de gênero, enfatizando “o desafio às injustiças – interligadas- de má distribuição e não reconhecimento”. (FRASER, 2007 p.10)

O movimento de mulheres, como temos apontado, vem há muito chamando a atenção para a importância do reconhecimento cultural de gênero associado às mulheres, no sentido de se estabelecer um parâmetro para as diversas lutas por mudanças.

Assim, a discussão de Fraser sobre reconhecimento/redistribuição reforça essas questões, atualizando-as, apontando suas lacunas, bem como trazendo propostas para o contexto atual, e sobretudo nos faz crer ainda mais que, com todas as mudanças conquistadas, ainda há muito o que se fazer, do ponto de vista da condição feminina.

Ainda temos muitas invisibilidades naturalizadas, fluindo no social imperceptivelmente, como se assim o fossem constituídas, sem nenhuma ligação com as relações de poder e injustiças de gênero.

Não se pode negar que o movimento de mulheres, na busca pela igualdade, pelo reconhecimento das diferenças, lutando contra à opressão, contra o desrespeito, estava a seu modo, buscando por direitos iguais. E lutar por direitos está atrelado à concepção de justiça social.

Na luta contra o desrespeito e a opressão, conseqüentemente na luta pelo reconhecimento social, o movimento de mulheres buscava impor sua identidade cultural, que hoje entende-se não como a identidade cultural do movimento feminista, mas sim a identidade cultural de grupos de mulheres, considerando as diferenças regionais, culturais, nacionais, etc.

Colocar a justiça social como foco, como objetivo, impõe formas de pensar e agir que estejam circunscritas no que se entende como concepção de justiça, que para Fraser (2005), compreende a intersecção entre reconhecimento e redistribuição.

Assim a proposta era forçar uma reflexão, que procurasse desconstruir aqueles caminhos formados dentro das mudanças políticas e econômicas impostas pelo fim do Estado de Bem Estar Social e a entrada na globalização. Digamos que desconstruir a lógica do pensar daquele momento que parecia obrigada a seguir um caminho específico pela força da mudança política mundialmente.

Rosi Braidotti, outra importante autora nesse processo, embora sem a polêmica de Butler e Spivak, traz a tona uma concepção bem interessante sobre o agir e pensar feminista, o sujeito nômade. Partindo desta noção, Braidotti (2000, 2002, 2004) propõe outro cenário na proposta feminista, a partir da concepção da diferença sexual como projeto político nômade, que significa a desconstrução do lugar comum atribuído à mulher por anos, apontando que a teoria feminista pode ir além da crítica ao universalismo do sujeito. Na parte dois discutiremos melhor este tema.

O grande legado dessas autoras é portanto, produzirem rupturas e a partir destas rupturas, produzirem guinadas teóricas abrindo espaço para outras ações, certamente menos cristalizadas. Uma vez que a identidade feminina não é mais algo dado desde sempre, é possível pois, construí-la e desconstruí-la.

A contextualização acima apresenta-nos trajetórias diversas do movimento de mulheres, agregando inclusive pensadoras de correntes diferentes. O diálogo entre essas diferentes vozes aponta uma linha tênue e contínua, que representa aspectos importantes da opressão feminina, como a questão da maternidade, o trabalho e

principalmente a violência contra a mulher, que acabou por se constituir um indicador importante desta pesquisa. Esta linha está presente, seja de forma clara ou subjacente, nos conceitos que produzem.

A mudança de paradigmas e a relativização mencionada pelas autoras pós coloniais, não exclui a importância dos aspectos da opressão que foram apresentados. Ao contrário, eles continuam presentes e essas autoras estabelecem caminhos mais abrangentes, menos rígidos e mais dinâmicos na discussão. É como se formassem uma imensa cartografia, de característica nômade, formada por múltiplas vozes de mulheres, como afirma Braidotti (2000).

Capítulo 2: Narrativas: suas perspectivas e abrangências nos estudos com mulheres

Nesta parte, tendo como pressuposto de que as narrativas revelam as construções sociais, consideramos importante discutir os aspectos midiáticos e narrativos da difusão das construções hegemônicas no meio social, ou seja, como elas são formadas através do que nos é passado no cotidiano. Isto é ainda mais significativo na nossa discussão, pois que já introduz as reflexões das várias formas narrativas.

Intencionamos refletir a partir de autoras (es) que estão no centro das discussões da perspectiva pós-colonial e outras (os) que tiveram e tem importante papel nesse debate.

A perspectiva pós-colonial trabalha com a “periferia”, com as minorias étnicas, com os oprimidos. Consideramos ainda o fato de que as reflexões trazidas nessa perspectiva, atualizam as questões de gênero em constante diálogo tanto com as teóricas feministas, como apontamos, quanto com as demandas no âmbito da discussão contemporânea.

A literatura pós-colonial vem atravessando discussões que passam pela migração e pelas discussões feministas transnacionalmente. O binarismo e por consequência, o essencialismo, tão questionados pelos estudos feministas, são efetivamente combatidos, acompanhados de uma visão ampla e relativista que busca romper com paradigmas.

Seguindo essa linha de reflexão, apontamos para o nomadismo, a partir dos conceitos de pensamento e sujeito nômade, que foi desenvolvido a fim de deixarmos clara a nossa forma de olhar, tanto para as análises quanto para a própria pesquisa.

Portanto, sendo a narrativa nosso método de análise nas entrevistas e também parte de nosso foco de reflexão quanto a sua eficácia pelo que pode nos trazer sobre as relações sociais e, no caso desta pesquisa, as relações de gênero, optamos por essa discussão conceitual, que vem cada vez mais, emprestando o sentido de narrativa, aos diversos dispositivos textuais, imagéticos, sonoros e artísticos.

2.1 Difusão sócio cultural das relações hegemônicas de gênero

As construções sociais se dão no bojo de uma determinada sociedade e cultura. Atravessam gerações e muitas vezes fronteiras. São esses atravessamentos que podem dar corpo à opressão, formatar construções hegemônicas e propagá-las socialmente. Todas as nossas ações, sejam elas através da escrita, da fala, da expressão corporal, só tem sentido porque são percebidas, representadas, absorvidas muitas vezes subliminarmente através dos signos sociais.

De acordo com Guattari & Rolnik (1986), ao intervirmos no plano identitário chegamos ao público. Este revela o que nos atravessa vinculado aos processos de subjetivação, pois que a subjetividade é construída a partir das diversas conexões sociais, ou seja, a partir dos atravessamentos ou entrecruzamentos dos acontecimentos sociais.

Com isto, aproximamo-nos da noção de produção das relações hegemônicas, onde determinadas concepções sociais atravessam os indivíduos, gerando valores e comportamentos numa determinada cultura e sociedade.

Sabemos que o aprendizado da construção do feminino no social pode ser assimilado das relações, dos simbolismos, das imagens. Podemos encontrá-lo nas

artes visuais, na propaganda, na literatura científica, na literatura em geral, na narrativa oral, nos símbolos que circulam pelas cidades, na TV e principalmente nas ações cotidianas - seja das mulheres ou não - que passam os estereótipos como que já naturalizados socialmente e portanto, sem nem se dar conta da própria vivência do mesmo.

Digamos que a história da condição feminina nos esteja sendo contada dessas mais diversas formas. Ou seja, socialmente é assim que ela se apresenta, quando falamos de sua forma pedagógica de difusão. Em termos do aprendizado colocado em ação sabemos que suas conseqüências podem ser violências e desigualdades das mais diversas ordens, como já discutido.

As construções sociais não são coisas estanques que detectamos teoricamente. Elas não seriam construções sociais sem seus meios de divulgação, sem serem contextualizadas culturalmente, sem produzirem atravessamentos, sem terem uma relação com o modo de andar a vida, como disse Canguilhem (1978).

Vários estudos procuram chamar a atenção sobre essas questões, trazendo reflexões que passam tanto pela mitologia quanto pelos dias atuais, o que nos evidencia essas construções sociais.

Quando nos reportamos às artes visuais, no período do século XVII ao século XX, encontramos segundo Loponte (2002) construções imagéticas de mulheres em posições que caracterizam passividade, seja em quadros ou esculturas.

A autora faz referência a Rodin com sua escultura “O Beijo” onde o homem encontra-se em posição ativa, envolvendo a mulher. Em contraponto, faz referência a escultura “Vertumne e Pomone” de Camille Claudel, onde um homem está numa posição inclinada diante da mulher como que reverenciando-a e implorando algo.

De acordo com Higonnet (1994) era claro na obra de Rodin a diferença estabelecida na sua forma de encarar a sexualidade feminina e a masculina. Mesmo fazendo distinções entre modelos femininos de posições sociais diferentes, não cabia, na obra de Rodin, nenhuma mulher que pudesse adquirir o status de “Pensadora”.

Claudiel, de acordo com Loponte, “atreve-se a representar um nu masculino que se inclina diante da mulher, que por sua vez entrega-se mostrando a reciprocidade do desejo erótico”. (LOPONTE, 2002, p.295)

Loponte acrescenta:

“A maioria das esculturas esculpidas por Camile Claudel é de figuras femininas, revelando a preocupação com sua própria condição sexual. Nas suas representações do corpo feminino, nega-se a dividir as mulheres entre virgens e prostitutas, como era comum. Em seus nus, corpos não idealizados fisicamente segundo os cânones da época, os faz passar do estado visual de objeto passivo ao de sujeito desejante”. (LOPONTE, 2002, p.295)

Estes dois exemplos são significativos para Loponte, pois trazem dois olhares diferentes, de um homem e de uma mulher, tornando-se ilustrativos da reprodução de ideologias através das imagens.

Também podemos ver em Berger (1999), o quanto a imagem feminina de submissão e passividade é solidificada pela representação das mulheres na arte ocidental.

Num estudo em que procuram discutir as representações sobre as relações de gênero na mídia, Trotta & Carvalho (2003) apontam a propaganda como uma das práticas sociais capazes de materializar as relações de gênero e acrescentam:

“A propaganda é um objeto semiótico de interação social. Ela pode assumir várias formas, no que diz respeito à mídia, por exemplo: o de

ser impressa (em revistas, jornais, panfletos), o de ser eletrônica (rádio, TV, internet...) e qualquer que seja a forma que ela possa ter, sempre será uma representação. Ela representa ações para atingir um determinado objetivo, seja de informar, vender, comprar, oferecer serviços ou entretenimento. Mas, o que interessa é o que mais se pode olhar nelas [...] As linguagens são o que permitem o reconhecimento dos padrões usados sobre as relações de gênero” (TROTТА & CARVALHO, 2003, p.1)

Baudrillard (2000) já havia afirmado que através da publicidade a sociedade oferece sua imagem para ser vista e consumida. De fato, a propaganda produz subjetividades e ao mesmo tempo se constrói em cima do que já está construído, ou seja, tanto pode criar, quanto reproduzir e materializar hegemonias, mas sempre embasada numa cultura, cultura esta entendida aqui como um autêntico sistema de sentidos e não só como repositório de formas simbólicas. Desta forma, capaz de “representar o mundo, de criar entidades novas, de orientar a ação e de evocar sentimentos” como afirma Petterle (2005, p.13).

Se a mídia é capaz de criar imagens hiper reais da mulher, imagens não humanas, como diz Keske (2002), a fim de propagar uma imagem ideal de mulher, levando a uma corrida estética desenfreada pautada numa idealização do corpo feminino, imaginemos a quantidade de signos e símbolos que nos são constantemente reproduzidos, na mídia ou não, dentro de uma visão estabelecida e atualizada em anos e anos sobre as relações de poder sobre o corpo feminino.

Para Petterle (2005, p.12) “o anúncio é uma narrativa codificada” que pode se traduzir em palavras, cores, imagens e movimentos e ser vista como sagrada. E a análise dessa narrativa para ele, pode levar à compreensão de idéias sobre o feminino em nossa sociedade, pois, afirma, a identificação dos signos que compõe cada representação é também a identificação de traços de uma cultura.

Dessa forma, afirmamos que esses símbolos, signos, a propaganda, a mídia em geral, são narrativas de algo. Querem nos “contar” algo. Algo que está inscrito na

cultura e que, somente com essa visão, posso tornar aquilo passível de ser assimilado.

De fato, esse limite muitas vezes tênue das diversas formas de narrar nessas instâncias parece que tem se dissolvido um pouco. Temos visto hoje, mais especificamente nas artes, uma adesão clara da técnica narrativa na intenção colocada no objeto a ser narrado. Por exemplo, pensar a fotografia exposta, ou a pintura, ou uma instalação temática, como uma narrativa.

Tem sido preocupação constante dos estudos relacionados à violência e abuso sexual contra mulheres, a questão da memória, o trauma e a propagação ou transmissão disso nas famílias e sociedades.

De alguma forma, os códigos sociais, a relação significado – significante, as representações decorrentes deles, são reproduzidos tanto em termos macro quanto micro no espaço social. Captamos e reproduzimos as informações do meio, crítica ou acriticamente. O fato é que interagimos com elas. E isso não é uma coisa simples.

Trata-se de transitar no espaço social, onde as relações de poder se inserem e se difundem trazendo efeitos sobre a vida pública e privada dos sujeitos e portanto, sobre as relações de poder que envolvem a condição feminina, construída nas relações hegemônicas de gênero. Bem como, dos seus possíveis efeitos na vida de mulheres, em particular, de mulheres de camada desfavorecida, e ainda, seus possíveis efeitos revelados através da narrativa memorial - oral e corporal.

Num mundo globalizado e movido pelas tecnologias da informação, não podemos negar o atravessamento intercultural. Pode parecer complicado falar em difusão cultural de hegemonias e representações, pois isso remonta a inúmeras discussões sobre as diferenças entre nações e mesmo sobre aspectos que vão

sendo absorvidos transnacionalmente. No entanto, não podemos simplesmente retirar as especificidades culturais locais. Cada país molda sua cultura a sua forma, mesmo que esse molde tenha a força da colonização no passado.

Esta é uma discussão interessante, pois dentro do que nos propomos neste tópico, coloca pelo menos em evidência, diversas formas de olhar para o mesmo tema. Antes mesmo do boom das tecnologias, já havia pela via das artes em geral, (como já exemplificamos aqui) uma troca entre culturas e junto com isso uma difusão de um modo de ser e pensar.

Dessa forma temos claro que, nas construções sociais que se estabelecem ao longo do processo de vida de cada um em particular e de todos nós em sociedade, as representações e assimilações dos constructos que se produzem nas relações sociais vão sendo formatadas com os atravessamentos das relações de poder estabelecidas.

No entanto, isto não significa dizer que, de uma forma absoluta, somos um modelo rígido dessas construções hegemônicas. Mas sim que podemos reproduzi-las como se de fato naturalizadas fossem.

Não sabemos até que ponto foi a força dessa difusão cultural em termos das hegemonias de gênero por exemplo, mas podemos inferir com certeza que ao menos certas imagens reforçaram papéis já estabelecidos mundialmente, cada um a sua maneira de propagar, mas contudo, com semelhanças ideológicas gigantescas.

2.2 Sobre as narrativas

Narrar histórias é milenar e a figura do narrador (a) ainda tem vida hoje, em diversas formas e meios de expressão. A imagem do trapeiro retirada por Benjamin

(1991) de “As Flores do Mal”⁶ de Baudelaire, faz jus ao que falamos. O narrador como um trapeiro, como um catador de sucatas, de cacos, como aquele que recolhe restos. Movido pela pobreza, sim. Mas também pelo desejo de não deixar nada se perder ou ser esquecido. Aquele que apanha tudo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância nem sentido.

Dessa forma, narrar seria também não deixar cair no esquecimento. Assim como narrar seria passar, através da memória, fatos, experiências, aprendizados, lembranças, enfim, coisas que foram, de alguma forma, formando nossa identidade e constituindo-nos enquanto sujeitos. Seja através das histórias que ouvimos de nossos pais e avós, seja através das diversas narrativas do cotidiano que fomos assimilando no decorrer de nossa vida.

Narrativas são portanto, uma forma de comunicação com o meio. Nesse sentido, as narrativas memoriais tomam força como reveladoras das relações sociais, pois que permitem que o sujeito discorra sobre sua visão de mundo, suas representações. Elas expressam alguma visão de mundo.

Quando essa expressão se faz através de grupos, toma dimensões que passam pela questão do público e do privado, provocando reflexões importantes sobre o que temos apontado até então. Se a narrativa pode revelar aspectos das construções sociais hegemônicas, também pode revelar aspectos bem particulares das emoções de cada um. No entanto, nem sempre esse limite pode ser percebido. Talvez porque não haja realmente e não seja possível fazer efetivamente essa distinção, pois não somos isentos de nossa cultura.

Da mesma forma, a narrativa em grupo parece ter um efeito político, de retirar de um lugar privado para por em outro, público, com objetivos bem específicos na

⁶ Livro de poemas de Charles Baudelaire lançado pela primeira vez em 1857, título original “Les Fleurs du Mal”. Comparação entre o trapeiro e o poeta no poema de título “O Vinho dos trapeiros”.

interação com o meio. Como aponta Baptista (2006), para quem as narrativas permitem a análise das relações sociais e significados de gênero na vida das mulheres e na sociedade:

“O trabalho narrativo permitiu uma reflexão sobre a importância dos grupos em contextos comunitários como “espaços de transição” pelos quais as mulheres fazem a passagem do âmbito privado, da vida doméstica familiar, para o universo público. E essa travessia faz-se não apenas através do ato narrativo, o “contar-se posto em prática”, mas, principalmente, porque no processo de contar sobre si mesmas e suas experiências pessoais, suas narrativas de vida tornam-se res pública, adquirindo, assim, a qualidade de testemunhos de vida. E seus testemunhos são tudo o que elas têm para se posicionar socialmente e, enfim, conquistar uma “voz”. (BAPTISTA, 2006, p.13)

A importância do testemunho reconhecido na sociologia e antropologia como possibilidade de dar voz aos silenciados foi trazido por D'Ávila Neto (2006a) enfatizando a situação de mulheres de grupos desfavorecidos. A autora ainda acrescenta que “as histórias individuais das mulheres se fundem na opacidade de milhares, milhões de histórias de tantas outras mulheres, brasileiras, latinas, africanas, asiáticas, tantas vezes silenciadas” (D'ÁVILA NETO, 2006a, p. 2).

O sentido de testemunhos de vida também passa efetivamente pelo terreno da memória. Ricoeur (1997) Sarlo (2007) e Bosi (2006) afirmam não ser possível narrar uma história sem essa ancoragem na memória. A narração no presente evoca a memória do passado testemunhado por si mesmo, apontam.

Nessa lógica, existem dois aspectos narrativos. O tempo em que se narra e o tempo que é narrado. Para Ricoeur (1994) a reconstrução das mediações requeridas conecta a questão da narrativa com a questão do tempo. Segundo ele, as narrativas codificam e assim, preservam a memória do que precisa ser recordado. A temporalidade é para Ricoeur elemento constitutivo na construção do recito.

As narrativas estão sempre inseridas num contexto sócio-histórico e só podem ser compreendidas relacionadas a tal contexto. Ao mesmo tempo trazem como prerrogativa aquilo que é experienciado como real por aquele que narra uma história.

Nesse contexto, Bruner (2002) enfatiza o enredo como aquele que determina o poder da narrativa como história, independente de serem verdadeiros ou falsos os elementos dessa história. Nesse aspecto, afirma, há um mundo no qual a história se desenvolve, é contada, e um outro mundo relacionado ao universo da consciência do narrador, atravessado por seus pensamentos e sensações.

O sentido que o enredo empresta a narrativa é o fator responsável pelo que deve ou não ser dito. Assim, afirmam Jovchelovitch & Bauer:

“... as narrativas se prolongam além das sentenças e dos acontecimentos que as constituem; estruturalmente, as narrativas partilham das características da sentença sem nunca poderem ser reduzidas a simples soma de suas sentenças ou acontecimentos que as constituem. Nesta mesma perspectiva, o sentido não está no “fim” da narrativa; ele permeia toda a história. Deste modo, compreender uma narrativa não é apenas seguir a seqüência cronológica dos acontecimentos que são apresentados pelo contador de histórias: é também reconhecer sua dimensão não cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo”. (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2007, p.93)

Sarlo (2007), afirma que é preciso ter cuidado com a ênfase dada ao uso da memória coletiva como registro verdadeiro de um passado. Para a autora, o eu de quem recorda é a fenda que está entre as duas partes da porta, assim, o olhar está atravessado pela experiência do eu e vai ver aquilo que o eu quer ver. Ao mesmo tempo, aponta, os testemunhos articulam-se contra o esquecimento e lutam por um significado que dê um sentido coerente, mais unificado à interpretação. O

testemunho opera uma reconciliação, reconfigura o futuro, porque é ao mesmo tempo um ato reparador da subjetividade.

Nesse sentido, acrescenta D'Ávila Neto:

“...mas ainda assim, ou talvez mesmo por isso, os testemunhos encontram suas singularidades na expressão de autênticos testemunhos. E aí é que vamos encontrar o específico que os distingue. Um específico que restabelece a comunidade perdida, que reforça o laço social de confiança para nos fazer compreender e legitimar nossa pretensão de memórias coletivas”. (D'ÁVILA NETO, 2006a, p.2)

Ou seja, nessa discussão podemos afirmar que verdadeiro ou falso não é o que determina a importância do relato. A constatação do eu como uma fenda entre o meio social e o subjetivo, não descaracteriza a formatação e propagação de construções sociais hegemônicas de um mundo da consciência do narrador e um mundo no qual a história se desenvolve. Importa observar que narrativas se constituem dessa forma.

O meio social não existe por si só, estanque, nem tão pouco nossas percepções são isoladas e desprovidas de afetos. Existe uma relação constante. E aqui é importante observar, situações ou símbolos, como já dito, são captados e interpretados, bem como, construídos e reconstruídos. O eu nunca verá em estado puro. “Tudo o que pode se enunciar de um indivíduo possui uma espécie de generalidade” enfatiza Ricouer (1997, p.245).

Da mesma forma afirma Riessman (1993) que os narradores falam em termos que parecem naturais, no entanto, podemos analisar como eles são histórica e culturalmente contingentes. O que significa dizer que a cultura transparece na história narrada e com isso, é possível que se examine as desigualdades de gênero, a opressão social e outras práticas de poder.

A narrativa portanto, atravessa culturas, fronteiras; sendo assim transcultural, trans-histórica, como afirma Barthes (2003). E ainda encontra-se nas fábulas, nas lendas, na história, na mitologia, nas conversações, está em tudo, em todo tempo, em todo lugar, em toda sociedade. Passado, presente e futuro estão articulados.

Quando as pessoas contam suas experiências, podem não apenas relatar e recontar essas experiências e acontecimentos. No ato de narrar, novos acontecimentos poderão levar à novas reflexões sobre experiências subjetivas relacionadas ao contexto social, podendo conduzir à remodelações de perspectivas anteriores. A narrativa embora contenha uma dimensão cronológica, tem a característica da não linearidade.

Se as narrativas traduzem como possível verdade aquilo que é contado por um sujeito social, então essas memórias traduzidas estão intrinsicamente relacionadas à estrutura da experiência desse sujeito, em como interage com seu meio social e com a evocação de suas memórias, ou seja, o que significa para ele, quais os simbolismos, como representa, vivencia e desenha a estrutura social a que pertence e que lhe atravessa desde o processo histórico - através das memórias evocadas - até o presente - pelas relações sociais atualizadas - e ainda por uma possível construção futura. Nesse sentido, as narrativas trazem no seu esteio, quase que uma representatividade do que entendemos como psicossocial.

2.3 Narrativas e estudos com mulheres: uma perspectiva pós-colonial

Em tópico anterior falamos sobre as diversas formas de difusão que reportam ao que nos é transmitido socialmente como “natural” e que assimilamos no nosso modo de vida.

As narrativas vem sendo apresentadas como importante fonte de informação sobre aspectos culturais difundidos entre gerações e em particular nos estudos com mulheres, a respeito da naturalização do feminino. Enfatizamos que é importante olhar para as narrativas como um meio significativo e possível de revelar hegemonias, ou mesmo difundi-las.

Nas últimas décadas, estudiosas feministas têm procurado redefinir cultura através de uma perspectiva da mulher, levando em conta seus trabalhos, suas histórias, suas ações. De acordo com Hirsch (2002) esse é um período de grande produção literária e cultural em diversos aspectos e com mulheres em diferentes linguagens e culturas, com significativa influência em muito da formação de uma memória cultural no final do século XX.

Junto a isso, agregam-se os estudos sobre a narrativa, onde diversas autoras, como Devreau (2000), Francis (2002) e a própria Hirsch (idem), entre outras, que dedicaram trabalhos - alguns relacionados à memória e identidade narrativa - com a crença de que essa articulação, possa revelar aspectos significativos da naturalização e opressão atribuída às mulheres.

A compreensão e análise dos estudos sobre a identidade narrativa, que antes davam-se sobre uma perspectiva filosófica e puramente teórica e ainda portadora de um patrimônio intelectual e cultural através de esquemas avaliativos, vem sendo questionada. Para que se aproveite a riqueza do que a narrativa possa trazer, é necessário que se estabeleça uma intersecção entre essa perspectiva filosófico/teórica e diversas formas expressivas, através das quais emergem novas maneiras de se entender e representar a identidade, afirma Francis (2002)

Para a autora esse é um momento importante, pois esse é um caminho sem volta, já que coloca a perspectiva teórica confrontada com os regimes inéditos do

imaginário, com as descrições textuais inimaginadas ou insuspeitas do ser e do outro, que são abordadas como experiências vivas e portanto, suscetíveis de enriquecer os modelos de análise.

É interessante notar como essa discussão tem se ampliado. Temos visto uma adesão à narrativa para além dos estudos acadêmicos. Na arte, por exemplo, onde procura-se pensar o objeto de transformação artística como narrativa e trabalhar nele a partir desse foco.

O que em princípio pode parecer óbvio pela própria definição do verbo narrar, toma outras dimensões quando coloca-se a narrativa como fonte de análise. Ou seja, embora tudo que esteja a nossa volta tenha um significado, uma informação ou uma representação, muitas vezes a partir de alguma forma de expressão específica como a escrita, ou a pintura, por exemplo, quando lhe atribuímos um sentido narrativo, temos que olhar na sua direção com outros focos, como a não linearidade do tempo, os atravessamentos culturais, ou as construções hegemônicas das relações de poder.

Segundo Lefèvre (2006) a experiência comum ou a trajetória coletiva é materializada através de uma primeira pessoa (coletiva) do singular, que é um eu sintático, que ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva, na medida em que esse eu fala pela ou em nome de uma coletividade.

Trabalhar a narrativa nesse sentido, ampliando para os seus recursos visuais e corporais, foi bastante enriquecedor do ponto de vista que pretendíamos nesse trabalho, que são os estudos por uma perspectiva psicossocial.

Ao colocarmos nesta pesquisa a narrativa tanto como um caminho, um método para se chegar a algo, quanto como objeto de estudo, intencionamos nos

aprofundar nas noções trazidas pelas reflexões teóricas, através da pesquisa de campo com mulheres. Mulheres ditas de carne e osso, no sentido dado por Braidotti (2000), ou seja, saídas do plano teórico para a “vida real”.

Para Jovchelovitch & Bauer (2007), mesmo a narrativa sendo considerada um método importante de pesquisa nas Ciências Sociais, ela é muito mais que uma técnica. Nesse aspecto, a narrativa vem sendo abordada tanto como forma discursiva, quanto como história, histórias de vida e societais.

Se a narrativa, como indicam estes autores, permite a organização das experiências, a possibilidade de encontrar as explicações para as mesmas e também articular os acontecimentos que fazem parte da vida individual e social, então ela flui, como a própria vida, que é sempre constituída num plano social, cultural e político.

De fato, tem havido também uma intersecção entre os estudos acadêmicos e a arte em geral, o que tem enriquecido e favorecido a ampliação do debate sobre a importância das narrativas no aspecto estudado nesta pesquisa.

A perspectiva pós-colonial trabalha com narrativas, através de uma discussão e articulação com o pensamento e questionamentos contemporâneos, como a crítica ao essencialismo e o pensar sobre os novos lugares num mundo globalizado, onde a própria globalização é alvo acirrado de críticas. Ou seja, o diálogo do pós-colonial com as teorias feministas, como bem apontou Bahri (2006), repensa visões e noções significativas, atualizando-as.

Nessa interlocução, as autoras que se articulam dentro da perspectiva pós-colonial, chegam a desconstruir noções importantes do pilar do movimento de mulheres, sem contudo negar a história da opressão sofrida e seus ainda existentes efeitos no cotidiano das mulheres. Apontam para uma outra perspectiva, onde se

tornou necessário pensar qual o lugar da mulher intelectual feminista e qual o lugar das mulheres de carne e osso - de quem tanto se fala ao se construir a discussão feminista.

Da mesma forma, apontam para se pensar no deslocamento, na visão eurocêntrica e nas relações de poder sobre o ponto de vista colonizador/colonizado, que ainda refletem nas diferenças entre mulheres; pensar na questão do reconhecimento a partir de sua articulação com a redistribuição e ainda, pensar numa visão transnacional, que não abandone as demandas regionais ou culturais.

O trabalho com a narrativa na discussão pós-colonial engloba literatura, arte, performances, fotografia, abrindo caminhos para uma análise ampliada e deslocada do verbal apenas.

Francis (2002) e Hirsch (2002) trazem exemplos de narrativas visuais e/ou corporais provenientes da literatura e da arte pela performance, articuladas às artes plásticas, à fotografia e a instalação temática. Dali brotam inúmeras reflexões provenientes das narrativas que se apresentam, seja através da ficção literária, seja através da performance artística e seus derivados, ambas focadas numa realidade diaspórica.

Há portanto, noções muito ricas que foram se estabelecendo na literatura feminista, nesse diálogo apontado entre os estudos pós coloniais e os estudos feministas, a partir da inclusão das narrativas como meio de análise, diferenciando-se de acordo com a perspectiva teórica de suas interlocutoras.

Nesta pesquisa, utilizamos estas noções para nortear nossa discussão. Da mesma forma, pretendemos contribuir ao lançarmos essas noções na prática, estabelecendo um diálogo entre a produção oriunda das mulheres pesquisadas, de “carne e osso” e a produção oriunda do pensamento intelectual.

Francis (2002) utiliza o exemplo da escritora Leila Sebbar, algeriana que migrou para a França ainda adolescente, no seu romance *Sherazade*, a fim de ilustrar essa fecundidade mútua da teorização e do objeto estético, ou seja, a interface cada vez mais estreita entre programa de decodificação e exemplo de invenção identitária. O que significa dizer que não há mais espaço para se pensar a identidade narrativa apenas através da decodificação do discurso, mas sim, associada a outras narrativas, advindas do que ela chama de uma abordagem criativa e portanto, de invenções identitárias produzidas por elas.

Nessa perspectiva, na sua reflexão da obra de Sebbar, Francis (2002) discorre sobre a questão do recito, focando na narrativa corporal de sujeitos culturalmente minoritários, em particular, o sujeito feminino, apontando as ressonâncias da questão da alteridade como obra de ruptura: “essa alteridade tem ressonâncias na obra pós-colonial, que, enquanto obra de ruptura em busca de uma expressão suscetível de traduzir experiências de vida radicalmente diferentes de uma tradição europeia, está articulada a um retorno às formas primitivas da sensibilidade e da imaginação”⁷.

Estamos falando de um campo amplo, onde nele se encontra a fecundidade mesma da narrativa em geral. A análise narrativa vem sendo utilizada há muito com eficácia nas Ciências Sociais, tomando como objeto de investigação a própria história. Esta traz consigo uma contextualização cultural, com signos sociais das experiências relacionais vividas.

Não foi à toa que as estudiosas feministas se aproximaram disso e viram na análise narrativa a possibilidade estratégica de se aglutinar histórias de vida, a partir dos relatos advindos da memória das mulheres. Com isso abriu-se um leque repleto

⁷ Tradução livre da autora

de informações significativas sobre a formatação das histórias de opressão do feminino. E agora ainda mais, a partir da percepção da importância de outras formas de narrar.

Um olhar sobre essas narrativas, atento ao contexto em que emergem, a forma como são trazidas para aqueles que ouvem e por aqueles que narram, pode permitir uma compreensão de como as mulheres que as contam se situam enquanto mulheres pelo que foi estabelecido socialmente, traduzindo aprendizados que vem atravessando gerações. Neste sentido, ouvir e/ou observar, os relatos contados, seja de que forma, pelas próprias mulheres, pode ser bastante revelador de aspectos sociais e culturais da condição feminina.

Hirsch (2002) relata um interessante trabalho fotográfico feito por Lorie Novak nos USA em 1988, cujo título é “Self Portrait”. Este trabalho faz uma alusão a Ellis Island, local primeiro de entrada de gerações de imigrantes e refugiados da Europa para os USA.

A fotógrafa procurou fazer, segundo Hirsch, uma analogia entre o retrato de Ellis Island e o “auto-retrato” de Ellis Island, onde a própria autora se enquadra, na qualidade de imigrante e de quem também teve parentes que passaram por lá. O objeto narrado na fotografia exposta e na sua projeção nas paredes procura jogar com essa ambigüidade e a ambigüidade da situação dos migrantes. Neste trabalho, a figura da própria Novak é projetada, dando ênfase também ao gênero e a mistura dela com o local.

A imagem de Novak é uma ação da memória, coloca Hirsch e acrescenta:

“Novak, a artista, torna-se uma testemunha retrospectiva que abriu uma porta para o passado e convidou os espectadores a se juntarem a ela em sua exploração. Fê-lo no espaço que é em si uma porta de entrada para uma nova casa, marcado pelos traumas e as nostalgias, conectando aqueles que passaram por lá aos lugares

que haviam deixado. Novak projetou-se no espaço do passado, um espaço que estava vazio, até que ela trouxe lembranças a ele. Permitiu que memórias fossem inscritas em seu próprio corpo, assumindo assim as suas cargas. Permitindo que seus próprios limites corporais desaglutinem-se, ofereceu-se como um agente de transmissão da memória. Nesta posição ocupada, ela é ao mesmo tempo o descendente e o ancestral mediando a memória das gerações futuras.” (HIRSCH, 2002, p.2).⁸

Alonso (1998) também se apropria da obra de Leila Sebbar a fim de fazer uma releitura feminina através da representação da mulher oriental por meio da pintura. De fato, ela se utiliza da obra de Sebbar e também de Assia Djebar, escritora da mesma forma, de origem argelina.

De acordo com Alonso (1998) Sebbar faz um contraponto entre o significante afrancesado Shérazade e o significado Shéhérazade, nome da protagonista das “Mil e uma noites”, com o objetivo de criar uma heroína mítica. A Shérazade de Sebbar goza da biculturalidade de sua origem. É mestiça e essa mestiçagem evidencia-se no seu nome e descrição física.

Sebbar faz questão de jogar com essa biculturalidade, com essa dualidade, parece querer mostrar a duplicidade da identidade ou mesmo a ambiguidade da mesma. A começar pela forma com que trata o nome da protagonista. Alonso (idem) coloca que, mesmo que o nome Sherazade tenha perdido sua vogal mais oriental, a remete ao mais famoso livro de literatura árabe e ainda, a protagonista tem os olhos verdes como os de uma odalisca.

A Sherazade de Sebbar é uma heroína mítica, vestida de calças de couro (vestimenta ocidental) e vai se transformar na heroína de seu povo - que são os filhos de imigrantes argelinos residentes na França - através de um filme que vai rodar.

⁸ Tradução livre da autora.

Para isso, frequenta museus, aproxima-se da literatura da cultura árabe e magrebi de expressão francesa, bem como da literatura oriental francesa e da pintura. As pinturas que contempla nos museus são quadros de pintores franceses, como Matisse, Manet, Delacroix, entre outros. E é exatamente no museu que descobre, pela primeira vez, quem são e o que representam as odaliscas, ficando incompreensivelmente atraída por elas. (ALONSO, 1998)

A atração e ao mesmo tempo a curiosidade por essas mulheres odaliscas, comprovam o orientalismo de Sherazade, ou como enfatiza Alonso, o seu neo orientalismo. Analisando a descrição da protagonista e as semelhanças encontradas com as mulheres dos quadros, Alonso coloca que Sherazade evoca o neo orientalismo na representação da odalisca do século XX e enfatiza:

“Para Leïla Sebbar, o olhar para os quadros dos pintores franceses do século XIX faz parte de um fenômeno mais amplo que alguns estudiosos chamam de neo-orientalismo. Leïla Sebbar encarna um novo tipo de escritora com raízes estrangeiras e estabelecida num país ocidental. Trata-se portanto, de reivindicar uma nova identidade “cruzada”, bicultural, abrangendo ambos os lados do mediterrâneo. Os retratos das mulheres orientais, junto com algumas leituras, são o único acervo cultural que tem uma jovem argelina, filha de imigrantes, para conhecer a cultura de seus pais. A odalisca simboliza não somente o modo como viam a mulher árabe no século passado, mas também como seguem vendo do ponto de vista ocidental. Nossa Shérazade contemporânea lança um olhar retrospectivo sobre seus antepassados com o desejo de que os reconheçam tanto em um quanto em outro país e sobretudo, que se reconheça que esta jovem é descendente daquelas mulheres e que sua origem magrebi, longe de representar uma desvantagem num país ocidental, é uma prova de enriquecimento cultural”. (ALONSO, 1998, p.193)⁹

A obra de Djébar também analisada por Alonso (1998) é o livro “Femme d’Alger dans leur appartement”, escrito em 1980. Não é à toa que o livro tem o

⁹ Tradução livre da autora

mesmo nome do quadro de Delacroix, que data de 1834. No seu livro, afirma Alonso, Djébar joga com a intertextualidade, apoiando-se na narrativa do quadro como pano de fundo para a sua própria narração.

A narrativa da pintura de Delacroix traz algumas mulheres orientais, com seus rostos a mostra e roupas bem à vontade, com certos decotes e pernas de fora, sentadas no chão algo sensuais, sob um belo tapete oriental, como que conversando e confidenciando entre si despojadamente. Essa pintura foi inspirada na visita de Delacroix ao harém de um corsário turco na Algéria no ano de 1832.

De acordo com o site [histoire-image.org](http://www.histoire-image.org)¹⁰ - que se baseia em diversas bibliografias, que vão desde o Orientalismo de Said até a bibliografia e outras edições sobre Delacroix - autores como Cézane, Baudelaire e Renoir exaltaram a pintura, chegando Renoir a considerá-la o mais belo quadro do mundo.

A despeito da beleza realmente inquestionável da pintura, o que está em jogo aqui é o entrelaçamento cultural e a análise narrativa vista nessa perspectiva. Há que se sinalizar também que mulheres num harém, ainda que despojadas pela sua nudez e sensualidade, sugerem uma cumplicidade diante da posição imposta de objeto masculino.

Tanto Djébar quanto Sebbar, afirma Alonso (1998), procuram através do orientalismo francês, traduzido aqui pelas pinturas expostas nos museus, proporcionar uma releitura da mulher islâmica. Procuram desconstruir a visão exótica exposta, pela visão delas próprias. Um olhar feminino de quem tem suas origens no lugar de inspiração daqueles pintores.

Como escritoras que se utilizam dos registros visuais, as mulheres expostas nos quadros significam muito para elas, pois além de representarem a prova de que

¹⁰ <http://www.histoire-image.org> O site trabalha com várias categorias como cultura, economia e sociedade e política, sendo realizado pela iniciativa do GrandPalais, do Ministère Education Nationale e do Ministère Culture e Communication francês.

elas, Sebbar e Djébar, tem um passado, denunciam um enclausuramento e um silêncio que ambas intencionam acabar através da escrita (ALONSO, 1998). Anulam o olhar masculino substituindo-o pelo da mulher argelina, tirando a mulher da condição de simples objeto e colocando-a na condição de sujeito falante.

De acordo com Alonso (1998), para Sebbar e Djébar, a imagem do corpo é o ponto de partida para a sua escrita. Escrever como símbolo de tomada de poder. O corpo fala, o corpo escreve, narra algo. Como afirmou Bordo (1997) o corpo como textualidade. Sendo aquelas mulheres admiradas como objeto de desejo, o corpo objeto se converte em voz denunciadora. Da mesma forma, Novak fez uso do seu corpo na arte, como vimos, colocando o corpo como fonte de memória e inspiração. Em ambas podemos ver os corpos como fonte de rebeldia e auto afirmação.

Estes exemplos ilustram a riqueza de possibilidades do trabalho narrativo com as mais diversas inserções. Dentre elas, como as narrativas podem afetar a audiência e como podem ser afetadas por ela. Como as narrativas podem trazer aspectos formados em uma cultura, seja hegemonicamente ou não e como se abrem as perspectivas para reflexões a partir desses contextos.

A intertextualidade é fundamental nesse aspecto. De fato, podemos sugerir que toda narrativa se pauta num intertexto. Como vimos lá no trapeiro de Baudelaire, aproveitado por Benjamin (1991) anunciando que narrar é não deixar esquecer. Como vimos em Sebbar e Djébar que metamorfosearam, através das personagens de seus romances, as narrativas dos quadros que “encontraram” pelo seus caminhos em museus. Como vimos em Novak, que de fato estava constituindo-se, ela própria, em um intertexto, para uso de outros. E o mesmo podemos afirmar das autoras que as trouxeram como via de expressão dos seus pensamentos.

Já em 1989, D'Ávila Neto sugeriu a utilização do vídeo como registro visual para se captar o discurso de mulheres como importante, principalmente com grupos desfavorecidos. Exemplificou, colocando que nas relações de poder e opressão, muitas vezes as mulheres “falavam” através de seus corpos.

De fato, a forma de se contar não se traduz apenas na narrativa oral. O corpo traz marcas de nosso processo de vida. Bordo (1997) já apontou o corpo como texto, ilustrador de uma textualidade de experiências opressoras para as mulheres. Para ela, o corpo nesse contexto, funcionaria como um canal de protesto e revelação dessas duras experiências. Para D'Ávila Neto (1994a, p.6) “o corpo das mulheres em uma sociedade de raízes patriarcais como a nossa é o ponto de convergência das estratégias de poder”.

Assim como esse recurso pode nos proporcionar um outro olhar diante das várias formas de “se contar” das mulheres, também pode ser utilizado como recurso de feedback, na tentativa de restituição, para elas, da sua própria narrativa. E ainda, da sua narrativa na relação do coletivo, ou seja, inclusas aqui, a dialética do afetar e ser afetado pelo outro.

Hoje, com a experiência de algumas pesquisas (BAPTISTA, 2006; NAZARETH, 2010; D'ÁVILA NETO & all, 2010) já não consideramos mais o vídeo como necessariamente um recurso a mais a ser utilizado para complemento do trabalho, mas sim um meio de informação importante na compreensão do conjunto da performance narrativa.

Por isso enfatizamos direcionando nosso olhar para as autoras relatadas aqui, trazendo suas experiências na literatura, nas artes. São autoras migrantes, que fazem parte das “ausências” citadas por Santos (2006) referidas no capítulo 1, que procuraram representar a si mesmas ou a sua cultura, jogando com personagens

criadas por elas. Isso quebra com a perspectiva binária e essencialista, e no mínimo, a denuncia.

2.4 Nomadismo e narrativas ou narrativas nômades

Os “intertextos” citados no tópico anterior apontam aspectos do que Homi Bhabha (2005) chamou de *unhomely*, que significa desenraizado ou mesmo sem lar. A intenção é justamente fazer oposição a palavra *homeless*, que significa sem teto. A definição de Bhabha dimensiona a situação dos “desenraizados” de forma clara, focando nos meandros da subjetividade dessa experiência.

Para o autor, o *unhomely* ou desenraizado, traz no seu contexto um sentimento ou sensação que, sem que o sujeito espere, toma conta dele, como se fosse sua própria sombra. Este sentimento leva o sujeito a encarar o seu próprio lar com certo terror, mas ao mesmo tempo, provoca uma abertura que leva a uma expansão de possibilidades, já que, o que lhe era íntimo e privado no seu espaço doméstico, torna-se lugar de invasão da história.

De fato, o que se pode ver é que nesse deslocamento privado/público, ambos se misturam, deixando o sujeito desorientado. No entanto, essa confusão de sentimentos aponta para outras possibilidades. Para Bhabha (idem) todo esse processo está vinculado ao estranho do literário e aos efeitos culturais das relocações culturais.

A abertura para uma expansão de possibilidades, foi isso que Lorie Novak buscou com a transposição de seu corpo na sua arte. Foi isso também que Sebbar e Djébar aludiram através dos seus livros. A intenção de Novak foi provocar na audiência um estranhamento capaz de, num momento posterior, ser desfeito ou

mesmo aglutinar a sensação de pertencimento a uma determinada cultura. No caso das protagonistas das autoras acima, essa experiência foi vivenciada por elas próprias.

De fato, a força dessas ações aponta para uma corporização, aludindo ao que Braidotti (2002) chamou de “mulheres de carne e osso”, ou seja, saindo do plano teórico para as experiências da “vida real”. Aplica-se aqui, a noção de sujeito nômade, que representa a renúncia e desconstrução de qualquer sentido de identidade fixa. “A eleição de uma figura iconoclasta e mítica como a do sujeito nômade é, em consequência, um movimento contra a natureza estabelecida e convencional do pensamento teórico e especialmente, filosófico” (BRAIDOTTI, 2004, p-215)¹¹

O que as autoras acima fizeram e o que Braidotti sinaliza com suas mulheres de carne osso, é exatamente essa ruptura no fixo, no estabelecido. Ao provocarem o estranhamento, tão bem caracterizado por Bhabha, elas rompem com pensamentos ou práticas endurecidas, dando um corte que as lança, bem como sua audiência, na fluidez do processo.

A noção de pensamento e sujeito nômade proposta por Braidotti, diferencia-se totalmente da noção de migrante e exilado. A autora faz questão de frisar essa diferença para que não se caia no equívoco devido a sutileza da proximidade dos conceitos. Sua intenção é deixar claro seu projeto político nômade, que atribui inclusive, a novos modos de ser das feministas em geral.

As definições das noções acima são assim descritas por Braidotti:

“O itinerário clássico do migrante é composto por lugares fixos: da “casa” para os países “anfitriões”, em uma série de deslocamentos consecutivos. ... o migrante – como figura das duras condições

¹¹ Tradução livre da autora.

econômicas – tende a se apoiar nos valores “natais”, enquanto tenta se adaptar àqueles do ambiente anfitrião (um corte congelado de história). O exilado, por outro lado, marca a separação radical de – e a impossibilidade de retorno ao – ponto de partida. Mais frequentemente, mas devido a razões políticas, o exilado não conhece vindas periódicas, e idas e voltas de dois lugares comparativamente fixados. O nômade, por outro lado, se posiciona pela renúncia e desconstrução de qualquer senso de identidade fixa. O nômade é semelhante ao que Foucault chamou de contra-memória, é uma forma de resistir à assimilação ou homologação dentro de formas dominantes de representar a si próprio. As feministas – ou outros intelectuais críticos, como sujeitos nômades – são aqueles que tem uma consciência periférica; esqueceram de esquecer a injustiça e a pobreza simbólica: sua memória está ativada contra a corrente; elas desempenham uma rebelião de saberes subjugados. O estilo nômade tem a ver com transições e passagens, sem destinos pré-determinados ou terras natais perdidas. Assim, o nomadismo refere-se ao tipo de consciência crítica que resiste a se ajustar aos modos de pensamento e comportamento codificados. É a subversão do conjunto de convenções que define o estado nômade, não o ato literal de viajar. (BRAIDOTTI, 2002, p,5)

Braidotti (2004) coloca a noção de sujeito nômade no pensar das feministas e outros intelectuais, como proposta para um novo modo de ação. Isto permite a coexistência de várias figurações que possam representar uma coisa só, ou seja, a coexistência de modos diferentes de compreender a subjetividade feminina. Sem a fluidez da consciência nômade, acredita a autora, isso não seria possível.

Isto se aplica também a um outro modo operandis do sujeito em geral. A possibilidade da desterritorialização não como caos, mas como um processo dinâmico que evita o congelamento, o endurecimento e a cristalização, evitando o conformismo e a estagnação (DELEUZE & GUATARRI, 1997). A noção de sujeito nômade está diretamente vinculada aos processos de desterritorialização, de mobilidade.

Em todos os momentos de nossa vida estamos constantemente, em tese, territorializando e desterritorializando. Dizemos em tese, porque podemos simplesmente cristalizar concepções ou modos de vida, traduzidos por uma fidelidade única e inabalável. É preciso territorializar, como é preciso desterritorializar.

No fluxo da vida, o dentro e o fora, o sujeito e o social, coexistem, afetados um pelo outro, dando corpo a nossa subjetividade. Nesse sentido, a desterritorialização representa uma desacomodação, a partir dos atravessamentos provenientes da não separação entre o dentro e o fora, como apontaram Deleuze & Guatarri (1997).

De fato, toda essa questão está vinculada ao que ambos chamaram de pensamento nômade, noção esta que levou Braidotti a concepção de sujeito nômade e que refere-se segundo os autores:

“a um pensamento às voltas com forças exteriores em vez de ser recolhido numa forma interior, operando por revezamento em vez de formar uma imagem, um pensamento-acontecimento, hecceidade, em vez de um pensamento sujeito, um pensamento-problema no lugar de um pensamento essência ou teorema, um pensamento que faz apelo a um povo em vez de tomar por um ministério. O pensamento nômade que recusa uma tal imagem e procede de outra maneira. É que ele não recorre a um sujeito pensante universal, mas ao contrário, invoca uma raça singular; e não se funda numa totalidade englobante, mas, ao contrário, desenrola-se num meio sem horizonte, como espaço liso, estepe, deserto ou mar.” (DELEUZE & GUATARRI, 1997, p.48)

Braidotti aprofunda essa noção, objetivando justamente a mobilidade e fluidez do pensamento, conseqüentemente dos sujeitos, como verdadeira ferramenta para mudanças efetivas, tanto no pensar quanto no agir. De fato, o nomadismo desterritorializa o essencialismo.

A autora coloca desta forma o que envolve a noção de sujeito nômade no seu projeto feminista:

“Este projeto transformador começa com a renúncia aos hábitos de pensamento historicamente estabelecidos que, até agora, tem fornecido a visão “padrão” da subjetividade humana. A renúncia a isso tudo, seria uma posição confortável, em favor de uma visão descentralizada e multidimensionada do sujeito como entidade dinâmica e mutante, situada em um contexto, em transformação constante.” (BRAIDOTTI, 2004, p. 9-10)

Assim, nomadismo significa fluidez e passagens, onde não há destinos pré-definidos ou determinados e ainda, a quebra da exigência de um pensamento binário.

Fica claro que Braidotti (2000), tal qual as outras autoras vistas anteriormente, também propõe um afastamento do essencialismo. Importa para a autora uma nova figuração da subjetividade, conseqüentemente de um modo multidiferenciado do hierárquico. Nesta nova figuração da subjetividade encontra-se a sua proposta de se constituir o pensamento feminista nômade.

O ponto central dessa proposta é sair do lugar comum e enraizado de anos colocado à mulher e ao conceito mulher, e mostrar que a teoria feminista pode ir além da crítica ao universalismo do sujeito. Saindo deste lugar, o feminismo se impõe também como um movimento da “afirmação positiva do desejo das mulheres de manifestar e validar formas diferentes de subjetividade” ¹²(BRAIDOTTI, 2000, p185).

O foco de Braidotti são as mulheres da vida real. Focar na necessidade das mulheres de “carne e osso”, como chama, na necessidade de situá-las em posições de subjetividade discursiva. Por isso Braidotti dá ênfase à corporização e as raízes corporais da subjetividade e ao desejo de reconectar a teoria com a prática.

Esta questão está intimamente agregada a uma visão diferente do sujeito pensante. Este não é mais único em sua essência, mas sim plural e repleto de outras possibilidades.

Braidotti (idem) afirma as diferenças – diferenças entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e diferenças dentro de cada mulher – sem contudo considerá-las instâncias separadas, para assim atribuí-las o caráter fluído de seu

¹² Tradução livre da autora

projeto político nômade. Com isso, atribui um caráter positivo à diferença sexual, permitindo a elaboração de formas alternativas da subjetividade feminina.

Num momento de tantas discussões teóricas, de figurações diversas propostas pelo movimento de mulheres transnacionalmente, a figuração nômade proposta por Braidotti aparece como uma forma de se analisar e pensar essas discussões retirando delas o essencialismo e principalmente tendo em vista que a transformação só pode acontecer através da corporização estrategicamente reessencializada ou seja, reelaborando as estruturas multiestratificadas do si mesmo corporizado de cada um, acrescenta. (BRAIDOTTI, 2000).

Enfim, a diferença sexual como projeto político nômade, coloca a diferença sexual como um “conceito que oferece localizações flutuantes para as múltiplas vozes corporizadas de mulheres feministas”¹³(BRAIDOTTI, 2000, p205).

A noção de nomadismo proposta por Braidotti é diferente da idéia de nomadismo na pós-modernidade referida por Mafesoli (2001). Para este autor a tendência desta nova era seria o nomadismo e a errância. Constitui-se assim para diferenciar do fechamento de um tempo individual típico da modernidade e para caracterizar a pluralidade de valores e papéis atribuídos na pós-modernidade.

Mas não é uma pluralidade nômade, no sentido dado por Braidotti (2002), que permite jogar com as diferenças, onde quer que elas se encontrem, colocando o sujeito numa posição política. O nomadismo e a errância de Mafesoli, surgem como uma espécie de “denúncia” (e talvez por isso se constitua como uma idéia e não um conceito) do modus operandi do sujeito pós-moderno.

Para o autor (2001) o sujeito pós-moderno está impregnado de errância, evidente nas migrações relacionadas ao trabalho e ao consumo, bem como nas

¹³ Tradução livre da autora

migrações induzidas pelas desigualdades econômicas. Isso implica, segundo ele, uma não fixação numa identidade ou trabalho, numa busca do Graal, daquilo que nem se sabe o que é. Algo que lembra um pouco as discussões de Bauman (1999,2001,2004) em muitos dos seus livros, mas apenas pela referência à fluidez.

Embora seja uma fluidez que mais se assemelhe a uma total ausência de território, que coloca os sujeitos em lugar nenhum. Se o sujeito pós-moderno vem se constituindo num contexto híbrido, para Mafesoli (2001) isso não parece ter relevância. Não está em discussão essa questão. A crítica de Mafesoli é uma crítica ácida.

De fato, Bauman procurou trazer a fluidez a partir da globalização, dando seguimento a uma série de discussões a esse respeito, acompanhando as mudanças e tendências mundiais. Nesse sentido, vem espelhando as consequências desse processo, apontando as relações entre as nações, os sujeitos em “trânsito” no mundo globalizado. Foca atenção especial aos chamados migrantes, que efetivamente encontram-se em outro lugar que não o seu, bem como aqueles que são considerados assim pelo simples transitar propício do mundo atual.

Nesse sentido, podemos dizer que a fluidez de Bauman não chega a ser nômade, no sentido de Braidotti e nem tampouco a errância estabelecida por Mafesoli. A fluidez de Bauman seria um retrato do mundo globalizado, que tem no deslocamento uma forte tensão. Bauman espelha, conceitua e critica as contradições desse movimento.

Recentemente, o autor (2004) enfatizou sobre as relações estabelecidas com os migrantes de todo o mundo, que são colocados como bodes expiatórios. Bauman foi claro em sinalizar a estratégia dos países desenvolvidos, que, sem saber como assumir os efeitos do fracasso de políticas perversas globalizantes e neo liberais,

apontam o dedo para os migrantes, como se estes pudessem ser, eles próprios, os responsáveis pelo fracasso econômico daqueles países onde optaram por tentarem reconstruir suas vidas. Em meio a tanta xenofobia, isso seria uma estratégia de fácil adesão.

A concepção política do pensamento nômade, apropriada por Braidotti na noção de sujeito nômade, colocando inclusive, a relação sobre o pensar num outro lugar, permite-nos percorrer nossa discussão, desde a construção histórica da naturalização do feminino, passando pelas formas de difusão da opressão, até as narrativas, que julgamos ser um instrumento eficaz de denúncia das relações hegemônicas. O sujeito nômade desterritorializa o essencialismo.

Dessa forma, termos um olhar mais abrangente e aberto para nossas análises presentes e futuras, onde possamos, como afirma Braidotti, entender que “não pode haver mudança social sem a construção de novos tipos de sujeitos desejantes, entendidos como moleculares, nômades e múltiplos”.¹⁴(BRAIDOTTI, 2000, p.204).

¹⁴ Tradução livre da autora

Capítulo 3: Os caminhos da pesquisa

3.1 Apresentação da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada com mulheres que fazem parte do Projeto Grupo de Mulheres da Unidade de Tratamento de Alcoolistas (UTA) do Instituto Municipal Philippe Pinel (IMPP), em Botafogo, Rio de Janeiro.

Sendo nosso objeto de estudo a narrativa de mulheres de camada social desfavorecida e o modo como as relações de gênero aparecem nessa narrativa, partindo do pressuposto de que as narrativas, sejam elas orais, visuais ou corporais, revelam as construções sociais, utilizamos neste trabalho métodos da pesquisa qualitativa, considerando que este instrumento tem por objetivo traduzir e expressar os fenômenos do mundo social.

Como aponta Minayo (1992), ao mesmo tempo em que os modelos culturais interiorizados são revelados numa entrevista, eles refletem o caráter histórico e específico das relações sociais. Nesse contexto, optamos pela análise narrativa, por ser a narrativa o centro deste trabalho, associada às construções hegemônicas de gênero.

A técnica de entrevista narrativa tem sido muito expressiva quando se trata de projetos que associam relatos de vida e contextos sócio-históricos. De acordo com Jovchelovitch & Bauer (2007), esta técnica é particularmente útil quando as histórias pessoais expressam contextos históricos e sociais mais amplos e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam.

Entendemos que a metodologia da análise narrativa pode proporcionar às mulheres do grupo estudado, a possibilidade de se deparar com a dialética que permeia o social e o individual nas relações de poder que envolvem a construção da identidade de gênero.

É uma técnica que objetiva gerar histórias, sendo aberta quanto aos procedimentos analíticos que se sucedem à coleta de dados. Propicia uma situação em que o entrevistado é estimulado a contar uma história, sem interrupção, a não ser que seja necessário algum esclarecimento que não tenha sido compreendido pelo pesquisador.

As regras para a análise narrativa segundo Jovchelovitch & Bauer (2007), trabalham com a tradução das questões exmanentes - que são aquelas que refletem os interesses do pesquisador, suas próprias formulações e linguagens, em questões imanentes - que são os temas, tópicos e relatos de acontecimentos que surgem durante a narração trazidos pelo informante. Para os autores, o ponto crucial da tarefa é fazer essa tradução ancorando questões exmanentes na narração e fazendo uso exclusivamente da própria linguagem do entrevistado.

No decurso da entrevista, no entanto, afirmam os autores, “o entrevistador deve focar sua atenção nas questões imanentes, no trabalho de tomar anotações da linguagem empregada e em preparar perguntas para serem feitas posteriormente em tempo adequado” (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2007, p. 97-98). Características para-linguísticas, como a percepção do tom de voz, as pausas, também são analisadas, pois que funcionam como facilitador no estudo da versão das histórias, tanto no seu conteúdo quanto na sua forma retórica.

Essas regras no entanto, referem-se ao foco na fala. De acordo com o objetivo da pesquisa, os procedimentos para a análise das histórias coletadas pode

variar. Para Riessman (1993) é importante que se fique atento ao modo como a narrativa é organizada e que se procure perceber os componentes que estão por trás da narrativa e que as fazem ser construídas daquela maneira.

Como nossa atenção estava focada para além da fala, para nós, o modo como a narrativa é trazida, as expressões corporais que a acompanham e os recursos utilizados por aqueles que narram, foram bem significativos. Seguimos uma análise menos convencional, dando o mesmo grau de importância à fala e aos discursos provenientes dos recursos visuais.

Nesse sentido, não houve questões exmanentes que explicitassem algum direcionamento específico do interesse da pesquisadora através de alguma pergunta pronta, mas sim, para a entrevista narrativa foi solicitado que as participantes falassem de sua infância, adolescência e vida adulta, deixando o caminho livre para a elaboração da narrativa de cada uma.

No decorrer da narrativa houve algumas pontuações por parte da pesquisadora a fim de evitar o distanciamento total dos nossos objetivos. As questões imanentes foram as que surgiram através das escolhas do que narrar pelas entrevistadas.

Assim, na escuta e observação das narrativas no momento da análise, nos atemos à algumas questões tais como: procurar compreender o contexto e as construções sociais implícitas ou explícitas nas narrativas; o modo como a narrativa é trazida pelas entrevistadas, a sequência escolhida para o seu narrar, o grau de importância do conteúdo narrado, a repetição de conteúdo, situações de vida ou temas que foram eleitos como narrativa inicial, postura corporal no momento do narrar, movimentos ou mudanças corporais e de posturas que poderiam surgir diante

de determinado tema, supostas contradições entre a fala e o corpo, ou algo novo, imprevisível, que pudesse surgir no contexto da entrevista.

Embora o grau de importância do conteúdo atribuído pela entrevistada tenha sido significativo para nós, não o colocamos como ponto de partida de nossa busca. Como alerta Riessman (1993), do contrário, poderíamos incorrer na tendência de se buscar na narrativa o conteúdo esperado para corroborar a teoria utilizada.

A análise da narrativa foca também na relação fala/corpo como Novak, Sebbar e Djebbar e a reflexão das autoras pós-coloniais, junto com os aspectos das construções sociais e da difusão das relações hegemônicas.

As entrevistas e o vídeofeedback foram feitos pela própria pesquisadora, que é psicóloga da UTA e desde sua entrada no curso de Mestrado até sua inclusão no curso de Doutorado, afastou-se das atividades que incluíam atendimento psicoterápico, mantendo-se como coordenadora das atividades do grupo de mulheres, com participação efetiva no mesmo todas às quartas feiras, inclusive pelo fato da pesquisa ser realizada no grupo.

Embora não houvesse por parte da pesquisadora, uma relação terapeuta/cliente, o convite para a participação na pesquisa foi criterioso e cuidadoso, devido à relação já existente no grupo, no sentido de esclarecer as entrevistadas que poderiam a qualquer momento abandonar a participação na pesquisa caso se sentissem prejudicadas por algo ou incomodadas, ou simplesmente decidissem desistir, sem que houvesse nenhum prejuízo as mesmas.

Isto consta do termo de consentimento, modelo em anexo. Este procedimento adequa-se às normas do Comitê de Ética do IMPP, de onde a pesquisadora obteve sua liberação para a pesquisa em questão na instituição.

As entrevistas foram realizadas na sala do grupo, com cada uma individualmente, através de gravação audiovisual. O vídeofeedback também foi realizado individualmente, porém sem nova gravação audiovisual. Ambos os procedimentos tiveram o consentimento prévio das participantes através do termo de consentimento, como já dito. Foram observadas e garantidas todas as questões éticas de acordo com a Resolução 196/96.

3.2 O campo da pesquisa

O Grupo de Mulheres da Unidade de Tratamento de Alcoolistas foi criado em julho de 2001 sob o regime de gestão compartilhada, desenvolvendo processo de reconstrução da própria imagem, elaborada pela diversidade de ações criadas pelo grupo, em direção à saúde e à autonomia.

O objetivo do projeto é fortalecer as habilidades e capacidades das participantes e como consequência, fortalecer a capacidade do grupo de atuar coletivamente, tendo como norte a problematização das questões de gênero, os determinantes sociais que as anunciam, e ainda pretende-se um espaço de promoção da saúde vinculado às ações públicas de saúde mental. É um espaço facilitador para ações que envolvam a participação e responsabilidade das integrantes sobre sua saúde.

Nesse aspecto, suas ações suscitam uma inserção diferenciada das mulheres, tanto no seu tratamento, quanto nas suas vidas e relações sociais de um modo geral, provocando um reforço da auto-estima e empoderamento.

As reuniões são semanais, com 3 horas de duração, com atividades que vão desde a formação de oficinas de geração de renda, quanto produção de vídeos,

performances teatrais, grupo vocal e fotografia, com apresentações externas e debates públicos.

As atividades são realizadas pelo próprio grupo ou em parcerias. Neste caso, o grupo propõe a parceria ou profissionais externos ao serviço propõem o trabalho. A proposta de parcerias é norteadada pela estratégia da intersetorialidade, visando a eficácia das ações, sua sustentabilidade e o empoderamento das participantes.

O uso de recursos audiovisuais em algumas atividades tem sido importante aliado nas discussões do grupo, favorecidas pelo feedback proporcionado pelas narrativas de cada uma em particular e pelo conjunto. Isso tem proporcionado mudanças pessoais e também favorecido que as ações que se apresentam, funcionem como agente transformador e multiplicador de mudanças externas, a partir do momento em que envolvem o entorno social diante da questão do alcoolismo e das questões de gênero, pela via da saúde e não da doença.

O Grupo de Mulheres pertence ao ambulatório e hospital dia da Unidade de Tratamento de Alcoolistas do Instituto Municipal Philippe Pinel . A UTA é um serviço especializado do Instituto, situado em Botafogo – RJ, que visa ao tratamento e prevenção dos problemas decorrentes do uso abusivo de bebidas alcoólicas. Iniciou suas atividades em agosto de 1985, com a intenção de atender a grande demanda de usuários alcoólicos que procuravam a emergência do IMPP.

A UTA prioriza a ambulatorização e trabalha com o enfoque da política de Redução de Danos. Com isso, pretendemos oferecer alternativas para o atendimento dos alcoolistas eliminando assim o quadro excessivo de internações, estas agora, vinculadas apenas a casos de desintoxicação ou situações agravadas pelo uso do álcool que possam colocar em risco a vida do usuário, exigindo portanto, uma avaliação mais demorada.

No ambulatório da UTA são realizados os seguintes atendimentos: psicoterapia individual, em grupo, terapia medicamentosa, grupos de família e grupos operativos com usuários (as) do serviço internados (as).

No Hospital Dia são realizadas atividades que se dividem entre oficinas e espaços: Oficina de Vídeo, Oficina do Livro (Biblioteca e Grupo de Leitura), Lian Gong (ginástica chinesa), Oficina de Restauração de Móveis, Oficina de Jardinagem, Espaço Musical e Oficina de Dança.

As pessoas que procuram o IMPP são avaliadas inicialmente pela equipe da recepção integrada e posteriormente encaminhadas. No caso de encaminhamento para a UTA, a equipe do setor avalia as propostas de tratamento. Nos casos em que não há indicação para internação, é feita, caso necessário, desintoxicação ambulatorial. Independente ou não deste procedimento, a pessoa já se encaixa no modelo de tratamento da Unidade.

A UTA também vem atuando como campo de ensino e pesquisa na formação de estagiários e residentes que procuram o IMPP para dar continuidade a sua formação profissional.

3.3 Os sujeitos da pesquisa

As cinco entrevistadas foram selecionadas pensando-se no tempo de participação e adesão à proposta do grupo. A razão disso é que a entrevistada já teria um engajamento com as outras mulheres, tendo uma participação coletiva efetiva naquele espaço. Assim sendo, optamos por mulheres que estavam há pelo menos três meses no grupo.

Considerando o fato do grupo ser constituído como um espaço que visa a articular a situação de sofrimento das mulheres com as questões de gênero focando-se na troca de experiências entre mulheres, entendemos que este critério foi fundamental, pois que leva em conta o estar inserida na proposta do grupo, que vai de encontro ao nosso objeto de investigação.

Após pesquisa feita em prontuário sobre a situação econômica das entrevistadas, filtrou-se a escolha pelo perfil de situações desfavorecidas, como consta de nosso objetivo.

Com o início das entrevistas, a pesquisadora se deparou com o fato de uma das entrevistadas ser de classe média, o que deve ter ocorrido por alguma informação incompleta no prontuário. Apesar disso a entrevista foi concluída. Já de posse das cinco entrevistas completas, considerando o fato da narrativa desta entrevistada ter sido a única dissonante com relação à violência doméstica, optou-se por manter seus relatos na pesquisa como dado significativo para outros debates, sem que houvesse prejuízo para o trabalho. Ao contrário, entendemos que essa diferença enriqueceu a pesquisa, no sentido de lançar futuras questões.

Perfil das entrevistadas:

Laís: Tem 54 anos. Morena. Nasceu no interior do Piauí. Vem de uma família de classe desfavorecida de 7 irmãos, sendo 4 mulheres e 3 homens. Era a terceira filha e sempre que sua mãe ficava grávida esta chorava muito lamentando para Laís o fato de ter mais uma boca para sustentar. Como o pai era analfabeto e pedreiro, Laís costumava ajudá-lo com medidas para o seu trabalho. Tinha sonhos de fazer comunicação. Aos 17 anos foi estuprada pelo primo. O pai tentou expulsá-la de

casa, sendo impedido pela mãe. Sofreu discriminação das pessoas que conhecia, principalmente na Igreja evangélica que frequentava. Isso a abalou muito, principalmente a não aceitação do pai. Foi então para Fortaleza morar com uma irmã. Lá, começou a sofrer de depressão. Voltou para a cidade Natal e decidiu por migrar para o Rio de Janeiro, pois não aguentou a pressão. No Rio, cidade onde mora há 34 anos, trabalhou como faxineira e posteriormente governanta de hotel. No meio desse percurso casou-se e começou a beber tornando-se alcoolista. O problema do alcoolismo acompanhou toda a sua história de vida no Rio de Janeiro. Durante alguns anos, o alcoolismo não chegou a afetar seu trabalho diretamente, conseguindo inclusive dar cursos como governanta. Afirma que a depressão e o alcoolismo sempre atormentaram a sua vida, após a saída radical da terra natal em função do estupro. Viveu 22 anos com o primeiro marido, de quem sofreu violência doméstica durante todo esse tempo. Com ele teve sua única filha. Viveu 5 anos com o segundo marido, também sofrendo violência. No período do segundo casamento internou-se pela primeira vez devido ao alcoolismo, tendo perdido o emprego e não mais restabelecido sua vida laborativa, tendo várias internações. Atualmente vive bem com um companheiro. Está em tratamento para depressão e alcoolismo já há alguns anos, com resultados compensatórios. No grupo de mulheres exerceu várias atividades de liderança e foi restabelecendo sua auto-estima.

Milena: Tem 60 anos. Branca. Nasceu no Rio de Janeiro e por alguns anos morou em vários lugares diferentes devido ao pai ser militar. Vem de família de classe média de 6 irmãos sendo ela a mais velha. Tentou vestibular para Economia, mas não passou. O pai a incentivou a trabalhar depois disso, o que concordou, tendo descoberto que tinha muita afinidade com o serviço de secretária. Terminou a

carreira como secretária executiva bilingue, sendo aposentada como servidora pública federal. Considera o trabalho importantíssimo na sua vida. Casou-se e viveu com o marido por 12 anos tendo um filho planejado por ambos. Após a separação continuou amiga do ex-marido. Perdeu um irmão muito novo e após alguns anos, de 2002 em diante, passou a ter crises de angústia, tendo começado a ter problemas com a bebida. Bebeu muito. No entanto, o alcoolismo não chegou a prejudicar sua rotina de trabalho regular, que preservava e mantinha com grande prazer. Após a aposentadoria voltou a trabalhar, tendo parado após demissão devido a uma internação. No momento encontra-se em tratamento, estabilizada e em abstinência total.

Maria: Tem 46 anos. Branca. Nasceu no Rio de Janeiro. Vem de família de classe desfavorecida de 3 irmãos. Morou em comunidade durante muitos anos. Hoje mora na mesma região na parte baixa que fica fora da comunidade. Pai falecido. Era violento, alcoolista, agredia a mãe com frequência. Sofreu violência física por parte do pai durante anos e agressões também por parte do irmão, tendo chegado a dar parte de ambos na Deam mais recentemente. Também sofreu abuso na adolescência por parte do pai. Com a morte do pai a violência doméstica acabou, embora ainda tenha problemas de agressão verbal por parte do irmão. Sempre morou com a mãe. Teve um relacionamento de 22 anos com um amante, que veio a falecer. Após este fato, fez vários cursos ligados ao artesanato que considera sua vocação e profissão. Não chegou a trabalhar. Mantinha no amante a possibilidade de ter uma vida melhor financeiramente. Foi a partir dos 40 anos que começou a ter problemas com a bebida. Também teve transtornos alimentares, bulimia, e posteriormente passou a comer compulsivamente. Eliminado o quadro dos

transtornos alimentares, manteve a compulsão ao beber chegando a internação na UTA há 3 anos. Concluiu o ensino médio e aos 42 anos voltou a estudar, fazendo curso técnico em estilismo no Senai. Faz artesanatos em casa e no grupo. Está em tratamento e estabilizada.

Betânia: Tem 56 anos. Branca. Nasceu em Olaria no Rio de Janeiro. Vem de uma família de classe desfavorecida de 4 irmãos. Teve infância e adolescência difíceis. Pai separou-se da mãe quando era muito pequena, não chegando a ter quase nenhum contato com o mesmo. Teve um irmão doente, que depois veio a falecer e teve que cuidar do mesmo durante sua infância e adolescência. Na difícil condição da mãe, passava vários finais de semana na casa da tia. Lá era abusada pelo tio, todas as vezes. Contou para a mãe que disse não acreditar ameaçando colocá-la num colégio interno caso ela não quisesse frequentar a casa da tia. Aos 17 anos ficou grávida de um namorado, sendo forçada a casar pela irmã mais velha. Sofreu violência doméstica sexual e física por parte do marido com quem viveu por cinco anos nesta condição. Após separar-se dele, foi morar em outro bairro, onde começou a beber, iniciando um histórico longo de alcoolismo. Casou-se novamente, tendo vivido com o segundo marido por 20 anos. Tinham algumas brigas que associa aos momentos em que estava alcoolizada. Desde que se separaram tem uma boa relação com ele, que atribui ser uma relação de gratidão. É ele quem sustenta sua casa em termos dos itens essenciais como comida, transporte, contas. A casa pertencia aos dois. Sua primeira internação foi na UTA há 10 anos. Trabalha vendendo cloro aos sábados e atualmente faz bolsas e artesanatos no grupo. Está em tratamento e estabilizada.

Sofia: Tem 48 anos. Branca. Nasceu em Teófilo Otoni, Minas Gerais. Vem de uma família de classe desfavorecida de 13 irmãos. É a nona filha. Teve uma infância desestruturada com muitas brigas e violências tanto na família nuclear quanto com parentes próximos. Pai era violento e alcoolista. Ela e quase todas as irmãs sofreram violência sexual (estupro) por parte do pai na infância. Quando mais velhas, as irmãs conversaram sobre esse tema. A violência acabou quando ela tinha 10 anos devido ao falecimento do pai. Durante a adolescência ficou na roça ajudando a mãe no trabalho até os 17 anos, quando migrou para o Rio de Janeiro para morar com uma irmã e trabalhar. Está no Rio há 29 anos. Começou a beber logo que chegou ao Rio, tornando-se alcoolista desde então. Aos 18 anos casou-se e está casada há 25 anos. Desde o início do casamento sofre violência doméstica por parte do marido, com quem teve 4 filhos. Chegou a dar parte do marido na Deam, tendo retirado a queixa posteriormente. Proibido de agredi-la fisicamente, as agressões verbais por parte dele aumentaram. Diz-se apaixonada ainda por ele e a queixa na Deam só aconteceu porque estava bêbada. Tem medo que ele seja preso ou a deixe e ela não terá onde morar nem como ser sustentada e sustentar os filhos.

Perdeu a guarda das duas filhas menores pois estava com elas na rua alcoolizada e foi levada por um guarda municipal ao juizado. Mesmo tendo perdido judicialmente a guarda das filhas, ela mora com o marido e todos os filhos, incluindo as meninas. Há 4 anos internou-se na UTA iniciando tratamento.

Em anexo segue tabela com este perfil sócio demográfico das entrevistadas.

3.4 Sobre os procedimentos metodológicos

Como já dito, no decorrer do trabalho utilizamos como método de pesquisa, a entrevista e a análise da narrativa, com o registro feito através de gravação audiovisual. Também utilizamos o vídeofeedback como técnica adicional para nossa análise.

A técnica do vídeofeedback vem sendo utilizada por alguns autores, com noções e propostas diferentes. Maguire et al. (1986) e mais recentemente Nilsen e Baerhein (2005), conceituam a técnica como vídeofeedback interativo e a tem utilizado principalmente como estratégia no ensino das habilidades de comunicação entre estudantes estagiários dos cursos de medicina, a fim de se procurar aprimorar essas habilidades na prática clínica futura.

Seu procedimento consiste na gravação de entrevistas com pacientes reais e/ou dramatizados e feedback interativo por meio do exame do material gravado. Posteriormente reúne-se o grupo de estudantes e/ou professores numa sala, onde é transmitido o vídeo com todo o material gravado, a fim de se proceder a discussão da representação e percepção de cada um sobre o conteúdo gravado.

D'Ávila Neto (1989, 1994a) sugeriu a necessidade de se utilizar o registro visual para se captar o discurso de mulheres, especialmente com grupos desfavorecidos ou minoritários culturalmente. A idéia que norteia essa concepção é o fato de que, para a autora, o corpo das mulheres em uma sociedade de raízes patriarcais como a nossa é o ponto de convergência das estratégias de poder.

Nos registros históricos da cultura brasileira, aponta D'Ávila Neto (idem), aprendemos que as mulheres do Brasil Colônia, eram ensinadas a se calarem diante dos mais velhos, especialmente os homens, sendo o patriarca senhor absoluto de

seus domínios, onde se incluíam entre suas propriedades os escravos e a própria família.

Para D'Ávila Neto (1989, 1994a), as mulheres caladas diante da autoridade do senhor, falavam através de seus corpos. A autora exemplifica ilustrando um caso relatado em sessão de videofeedback (ou retorno de imagens através do vídeo), proposto por ela, quando as mulheres que dele participavam, realizam jogo de papéis, onde eram representados um patrão com sua família e uma empregada sendo repreendida.

Revedo o vídeo da dramatização, ao serem perguntadas sobre o que achavam, imaginava-se que as mulheres fossem se ater ao diálogo estabelecido entre a família, que no caso, estava representada pelo patrão e pela empregada. No entanto, o grupo demonstrou que a postura corporal da empregada, de cabeça baixa, era o ponto mais significativo do episódio.

Dentro desse contexto, D'Ávila Neto (1989) define videofeedback, como um recurso importante de utilização dos registros visuais nas pesquisas com mulheres, que tem como finalidade proporcionar um outro olhar diante das várias formas de “se contar” das mulheres, bem como ser utilizado como recurso que, ao proporcionar o feedback, possibilita uma tentativa de restituição, para as mulheres, da sua própria narrativa.

Neste trabalho utilizamos a perspectiva conceitual de videofeedback de acordo com a explicitada por D'Ávila Neto.

As entrevistas foram realizadas através de registro audiovisual com duração média de 1 hora. Foram feitas com cada uma individualmente, em dias previamente marcados. De início, foram propostas as seguintes temáticas: infância e adolescência e vida adulta.

As entrevistadas iniciaram seus relatos sem qualquer interferência por parte da pesquisadora. As entrevistas terminaram quando as entrevistadas sinalizavam não terem mais nada a acrescentar.

Nesse aspecto, não houve indução da pesquisadora para que dessem continuidade à narrativa. Isto de fato poderia até ocorrer sem prejudicar a lógica da análise e entrevista narrativa, desde que não se pontuasse a continuação de algum tema específico trazido por elas. No entanto, no nosso caso isto não foi necessário, dado que todas expuseram suas narrativas num tempo razoável para se trazer vários temas.

Após as entrevistas, foi realizado o vídeofeedback, que também foi feito individualmente em horários previamente agendados. Como corresponde à técnica, o material audiovisual gravado nas entrevistas foi transmitido a cada uma, que assistiu e ouviu a sua própria narrativa. Durante esse processo, a pesquisadora observou e anotou no ato, as falas, expressões e reações das entrevistadas enquanto audiências de si mesmas.

No momento do vídeofeedback, houve poucas falas, várias expressões de emoção e muita concentração no ato de assistir. Quando as falas surgiam, faziam referências as suas narrativas ou modos de falar, bem como as suas expressões ou posturas.

Tanto o material audiovisual como as reações expressas foram analisadas. Como pretendíamos investigar como as relações de gênero apareceriam nestas narrativas, os temas trazidos que apontavam aspectos relevantes e significativos da opressão de gênero que podem estar invisíveis socialmente, mas ativos na fala das mulheres, foram selecionados como material a ser ilustrado na análise narrativa

desta pesquisa, justamente por estarem diretamente relacionados às nossas questões e ao nosso objeto de pesquisa.

As expressões, as posturas corporais, o tom de voz, foram analisados dentro de todo o conjunto, onde pudéssemos ter pistas que apontassem para contradições com a fala, ou opressões/alegrias por situações vividas, etc. De fato, observamos se essas expressões e posturas não estariam ligadas à opressão de gênero, seja como consequência do passado ou de situações ainda presentes.

A análise do material das entrevistas narrativas resultou em 4 categorias de análise, a saber: violência doméstica, trabalho, maternidade e nomadismo. Ambas serão melhor discutidas no decorrer do desenvolvimento da análise das narrativas, mais adiante.

Assim sendo, após definirmos as categorias e observarmos aspectos das relações hegemônicas de gênero evidentes de forma algumas vezes bem enfática, demos prosseguimento ao segundo momento da análise, direcionando nosso foco para esse material, a fim de elaborarmos uma discussão efetiva dentro dos nossos objetivos.

3.5 Sobre a análise das narrativas

As entrevistas foram feitas na sala do grupo que funciona como ateliê e para reuniões. Contém objetos de trabalho das mulheres, produções de artesanatos e moda em geral com o qual vem obtendo renda, fotografias diversas relacionadas ao percurso do grupo e às atividades realizadas dentro e fora da instituição, caracterizando momentos específicos de cada uma em particular e do conjunto.

A entrevista foi realizada tendo como pano de fundo alguns desses objetos, utilizados ali como elementos cênicos a pedido das entrevistadas, pela importância que tem no percurso do grupo. Os objetos escolhidos foram bolsas artesanais, bijouterias, caixas artesanais com pinturas e colagens em uma parte da sala, que caracteriza bem o ateliê como espaço conjunto do trabalho.

Segundo as entrevistadas, tudo isso representa para elas, a possibilidade concreta de voltar a vida criativa e laborativa, indicando mudanças pessoais importantes, depois de terem sido consideradas por outros como mulheres falidas, irresponsáveis nas suas funções e incapazes, devido ao alcoolismo. A câmera portanto, ficou estática, de frente para a entrevistada, com uso de três planos diferentes no total da entrevista, a fim de poder registrar com precisão, a representatividade do conteúdo e daquele espaço, para elas.

A experiência da entrevista narrativa com todos esses detalhes mostrou-se particularmente rica neste trabalho de pesquisa com as mulheres em questão, onde insistimos em usar o termo de Braidotti (2002) “mulheres de carne e osso”, enfatizando mais uma vez a proposta da autora em saltar do plano teórico para a prática, com as dezenas, centenas de mulheres que circulam cotidianamente e sobre quem e para quem, procuramos criar noções sobre as relações hegemônicas de gênero.

De fato, observamos que a narrativa das entrevistadas nos informou contextos expressivos do ponto de vista das relações de gênero no social. Disparada pela iniciativa de um caminho prévio, onde foi sugerido que se falasse um pouco da infância, adolescência e vida adulta, a narrativa começa a fluir, adquirindo contornos próprios, sem uma aparente lógica temporal.

Não houve linearidade, como já era de se esperar no contexto narrativo. Dentro dessa ausência de linearidade, chamou a atenção o que foi trazido de imediato. Ou seja, houve um tema escolhido por cada uma delas que deu início às suas narrativas, sem necessariamente ter uma sequência cronológica que começaria na infância e assim sucessivamente.

A análise da narrativa tem proporções semelhantes ao momento em que sentamos para ver um filme ou uma peça teatral. No caso destes, o relato das protagonistas ou coadjuvantes traz os meandros da história, passando muitas vezes por situações individuais da existência das personagens que são parte daquele todo. Através daquela personagem, de suas tristezas ou alegrias, do mote que rege seu percurso, a história toma força.

De fato, as personagens são a ponte para o tema principal, ou seja, é através da trama que as envolve que chegam aos aspectos fundamentais que norteiam a história e que podem ser identificados com qualquer outra personagem da vida real, num plano de questões sociais e culturais. No entanto, algumas histórias traduzidas na experiência da personagem são tão fortes, que também saímos de lá com o pensamento focado naquela emoção particular, na construção tão sensível das angústias ou contradições humanas. E aí está a beleza e amplitude de uma narrativa.

No caso por exemplo, de um filme, a audiência é conduzida por caminhos indicados pela posição da câmera, pelo plano e contra plano roteirizado pelo olhar e intenções da direção. No teatro, pela marcação das posições, bem como pela utilização de outros recursos, como iluminação, que conduzem a audiência para o mote da história. No entanto, não há como se ter controle sobre como a audiência é afetada por tudo isso. Na verdade não se busca esse controle. Pelo contrário, a

compreensão da intenção da história pode vir acompanhada de dezenas de outras questões sobre o tema e aí também está a força da narrativa.

No caso de uma pesquisa, quando analisa-se as entrevistas, com falas e imagens, a proposta é semelhante. O relato das entrevistadas pode trazer particularidades com carga emocional forte, que nos conduz à sua vida privada e seus percursos. Se quiséssemos poderíamos concentrar nossa atenção nesses percursos em particular, mesmo sabendo da relação público/privado, ou seja, sabendo da existência dos atravessamentos sociais em suas questões individuais.

O intuito é que se possa acompanhar a análise narrativa com uma visão geral de cada uma, favorecendo assim a compreensão da nossa discussão sobre o contexto narrativo, tanto no plano individual quanto no conjunto. Em seguida, focaremos, através da análise, nos diversos caminhos e olhares que a narrativa pode nos conduzir.

A análise foi feita a partir da observação de todo material proveniente da entrevista narrativa, incluindo o vídeofeedback.

Os nomes das entrevistadas apresentados não são seus nomes verdadeiros. Em princípio, elas manifestaram despreocupação quanto à identificação de seus nomes. Posteriormente, pelo fato de ter imagens gravadas, dúvidas apareceram, embora não houvesse unanimidade. A razão da dúvida estava mais focada no problema do alcoolismo do que nas outras questões. Após conversarmos sobre o assunto, decidimos então por substituir os nomes.

3.6 Análise das narrativas

Num primeiro momento, foram feitas as transcrições dos relatos das cinco entrevistadas e procedeu-se a uma análise de conteúdo onde os temas comuns que emergiram foram a violência, o trabalho e a maternidade. Posteriormente foi realizada a análise das narrativas incluindo a análise das expressões não verbais. No momento seguinte, foi empregada a técnica do videofeedback, para aprofundar a análise da pesquisadora quanto ao conteúdo e as formas narrativas, como para oportunizar a dialogia entre as entrevistadas e a pesquisadora e a tomada de consciência dos sujeitos pesquisados quanto a sua própria realidade.

3.6.1 As narrativas e as relações hegemônicas de gênero

Para as cinco entrevistadas os conteúdos iniciais de suas narrativas foram respectivamente: violência doméstica por parte do marido e violência sexual na infância por parte do pai; infância difícil financeiramente e estupro por parte do primo; abuso sexual cometido pelo tio; um amante por 22 anos e violência física/abuso por parte do pai; amor pelo trabalho. Estes temas foram recorrentes no decorrer da entrevista, em maior ou menor escala. Quatro portanto, sofreram algum tipo de violência ou abuso.

Observamos que a partir da análise de conteúdo, as quatro entrevistadas que sofreram violência, de imediato verbalizaram esse fato em suas vidas. Como a narrativa é livre, o fato de iniciarem seus relatos apresentando essas situações, indica um grau de importância na constituição do narrar, que nos direciona para a ênfase nos aspectos das relações de gênero. Mesmo que para algumas a violência

sofrida esteja agora distante de suas vidas, no momento da narrativa ela ressurgue como uma marca representativa dos aspectos hegemônicos dessas relações de poder.

Destacaram-se portanto, nas narrativas colhidas, algumas categorias relacionadas às relações e opressão de gênero. São elas: violência doméstica, trabalho e maternidade. A relevância dada a essas três categorias, apontou para as invisibilidades sociais que nos referimos no nosso objeto, bem como para a importância da narrativa nos estudos com as mulheres de “carne e osso”.

Sem dúvida alguma, a violência doméstica foi o aspecto mais grave, traduzido pelas narrativas, sendo por isso considerado nosso principal indicador das relações hegemônicas de gênero. A maternidade e o trabalho, como referido anteriormente, são indicadores secundários, o que não exclui sua importância em apontar a questão dos papéis de gênero atribuídos socialmente. Nota-se que aparecem associados ao tema da violência.

Violência doméstica na infância e vida adulta

Quatro das entrevistadas sofreram algum tipo de violência desde a infância até a vida adulta e uma delas ainda se encontra nesta situação. As violências sofridas foram caracterizadas pelas narradoras como estupro, abuso sexual, violência corporal e violência verbal, elementos constitutivos da opressão contra a mulher.

No relato de Sofia, que durante toda a sua entrevista trouxe outros elementos do narrar, sugerindo, através da manutenção de uma postura corporal de alguém que carrega uma opressão muito grande, devido ao corpo inclinado para frente, a

cabeça meio baixa e a voz num tom baixo, encontramos elementos que sugerem opressão, pois narra ter sido estuprada várias vezes pelo pai na infância, com um tom de voz e postura de aparente passividade. Tal fato só teve fim com o falecimento do pai, quando ela tinha 10 anos de idade.

“Violência, muita briga (na infância), no caso até eu cheguei, eu fui até, como é que fala, abusada pelo meu pai, eu tinha 9 anos de idade. Abuso (referindo-se ao estupro) pelo meu pai. Com 9 anos de idade”. [...] “Todas as irmãs sofreram abuso do meu pai. [...]“Várias vezes. Acho que desde a época, porque quando eu comecei a lembrar eu já tava com 9, 10 anos, então eu acho que isso aconteceu muito, desde pequenininha. Agora, minhas irmãs mais velhas falam pra mim que isso também aconteceu com elas né, entre a gente elas falam, que isso aconteceu com elas também. É isso.” (Sofia)

A narrativa corporal foi apontada por Francis (2002) como vimos, a respeito de sujeitos culturalmente minoritários, em especial o sujeito feminino. Para a autora, não é possível pensar identidade narrativa somente através da decodificação dos discursos. É preciso que haja uma relação entre a decodificação e exemplo de invenção identitária, caracterizada pela visão que se tem do objeto estético, ou seja, da associação com outras formas narrativas.

“A minha mãe a gente não contou pra ela não, ela não sabia. Mas eu acho que era por medo de apanhar também. Talvez ela até soubesse, mas tinha medo né de apanhar do meu pai. Meu pai era muito violento. Brigava muito, batia nela. Eu penso né, que seja por isso. [...] “ acho que ela (a mãe) tinha medo também. Eu não vou dizer que a minha mãe, a minha mãe era uma ótima mãe, muito, cuidava muito bem da gente, mas em relação a isso do meu pai, essa coisa que ele fazia com a gente, pra ela era como se não existisse, acho que era medo também, medo de apanhar, só podia ser. Mas era uma boa mãe, sempre foi, até hoje é”. (Sofia)

Sua narrativa sugere uma ambiguidade a respeito da postura da mãe sobre a violência que ela e as irmãs sofreram na infância por parte do pai. Naquele momento, quando relata que para a mãe era “como se aquilo não existisse” e depois reporta-se a mãe como uma “boa mãe”, ela começa a mexer os braços, com os ombros levantados na direção das orelhas, puxando para frente repetidamente sua blusa de manga comprida, na direção das mãos.

Betânia sofreu abuso sexual por parte do tio aos 6 anos de idade. Relata esse fato, trazendo-o como uma lembrança que ainda tem marcas significativas. Sua narrativa diante desse relato sugere desconforto, evidenciado pela mudança no semblante, numa expressão onde os senhos ficam franzidos, os olhos voltam-se para baixo e num certo momento, vacila como se não quisesse continuar a relatar o ocorrido, mas em seguida posiciona-se firme e continua.

Esse tema foi colocado no início, e no decorrer da entrevista diz que até hoje há momentos em que se lembra da situação. Ao mesmo tempo, fala de modo firme, apresentando uma consciência clara sobre o que passou.

“Minha infância não foi muito boa não. Depois eu tive que ir morar com uma tia (nos finais de semana) (...)Ele fazia certas coisas que eu não entendia o que era aquilo, mas eu sabia que não era coisa boa porque ele só fazia [...] quando a esposa dele não estava presente. [...] Eu tinha 6 anos. Eu não gosto muito de falar sobre isso porque isso foi uma coisa muito horrível na minha vida. Ele me pegava no colo, [...] e me esfregava nele.” [...]Durou muito, foi uma das piores coisas da minha vida. Porque depois que eu fui entender o que era aquilo. (Betânia)

Tanto Sofia quanto Betânia enfrentaram a violência sexual e o abuso com frequência na infância. Da mesma forma que Sofia, Betânia se reporta à mãe em relação ao abuso sofrido pelo tio, questionando-a. A diferença é que fala com a cabeça erguida, levantando as sombrancelhas, voz firme, que parecem caracterizar

um raciocínio crítico que está sendo articulado naquele momento, como se estivesse tentando compreender as atitudes da mãe, fazendo questão de sinalizar que essa visão da mãe ela tem hoje, já adulta.

“Falava com minha mãe, [...] com minha mãe sempre falava, mas ninguém acreditava em mim. Achava que eu tava inventando. Eu dizia, não tou inventando nada, mas era difícil acreditar em mim. Pra mim foi horrível aquelas época. Minha mãe disse pra mim que se eu não ficasse lá ela ia me botar num colégio interno e eu não queria ir prum colégio interno porque eu não gostava de ficar longe de minha mãe.[...] Pra me botar medo pra eu ir pra casa da minha tia, ela me ameaçava. Talvez se ele fizesse alguma coisa pior do que ele fazia alguém acreditava em mim. Hoje eu penso assim. [...] No meu pai mesmo eu nem cheguei pra falar nada, porque minha mãe dizia “não fala nada com seu pai, seu pai não te sustenta”. Eu não sei, eu não sei até que ponto, não é que ela deixava aquilo acontecer, mas é que ela não acreditava em mim, então eu ficava, hoje eu fico querendo entender o por quê daquela atitude dela. Não sei se é porque ela tava precisando de eu ficar lá, entendeu, ela tava precisando de eu ficar lá, que a minha tia dissesse assim, deixa a Betânia ficar aqui comigo que eu vou criar a Betânia. Porque ela precisava de ajuda. [...] Se a minha tia dissesse assim [...] que eu vou criar a Betânia, Deus me livre! Acho que hoje eu não estava viva. (Betânia)

Não teríamos elementos aqui para afirmar quais os motivos que levaram as mães citadas pelas duas narradoras acima a serem omissas, segundo os relatos, com a violência sofrida pelas filhas, mas não podemos ignorar que essas mães, enquanto mulheres, desprovidas inclusive de recursos financeiros, também eram atravessadas pelas opressões de gênero.

Como apontamos na discussão sobre as difusões das relações de gênero no social, percebemos que todo esse contexto que engloba os efeitos perversos da opressão contra a mulher, proveniente da noção imposta de naturalização do feminino, ainda atravessa a vida das mulheres em geral, de alguma forma.

“Eu sofri duas violências. A da perda da virgindade, a violência sexual e a da minha família. E isso fez com que se modificasse toda a história de uma vida”. (Laís)

Um deles, a violência sexual/doméstica toma mais relevo, pois que está presente nas mais diversas culturas, mudando de forma de acordo com o grau de visibilidade e permissividade social ou não que lhe é atribuído. Lembremos de Mies (1993), quando aponta-nos que a luta contra a violência sexual e doméstica, é o ponto comum entre as mulheres do Norte e do Sul, independentemente das suas diferenças culturais.

Nas relações de gênero provenientes da opressão, a violência é considerada um elemento constitutivo, acompanhada da subordinação da mulher que se apresenta de diferentes formas, sejam elas, física, psicológica, moral ou mesmo simbólica. A violência física acaba por ser legitimada pela própria cultura de determinada sociedade, pelo fato de que esta, por sua vez, legitima a violência moral.

A legitimização da violência, seja ela moral ou física, acaba por introjetar valores sexistas nas próprias mulheres, chegando em alguns casos a gravidade de justificar e validar, para elas próprias, os abusos sofridos como se os merecessem. O fato da maioria das violências físicas ocorrerem no espaço doméstico aumenta a gravidade da situação.

Vejamos que outra narradora sofreu violência física por parte do pai e afirma que a mãe não podia fazer nada pois que também era vítima dele. Além de apanhar do pai, também sofreu abusos.

“Meu pai era um homem muito violento, agredia muito a minha mãe, até ela grávida. Eu presenciei. [...] Com a morte dele a violência doméstica em casa acabou. Até os 40 anos ele era violento comigo. Bêbado passou a mão nos meus seios, eu reclamei.” (Maria)

Observa-se nos relatos que três das quatro narradoras que sofreram violência ou abuso na infância e adolescência, posteriormente sofreram violência doméstica

por parte de seus maridos. Dessas três, uma delas, Sofia, ainda permanece nesta situação.

“Aos 18 anos eu vim aqui pro Rio e me casei com esse meu esposo e também, aí sofria muita violência, ele me batia muito [...] Depois tive meus 4 filhos como eu já falei. Desde aí pra lá minha vida virou praticamente um inferno. Ele me batia sempre. Sofri muito com essa coisa de apanhar, vivia de olho roxo. [...] Desde que eu comecei a morar com ele que a gente já brigava, mas aí com o tempo eu não sei se ele começou a usar a bebida como desculpa pra bater em mim, ele sempre foi violento.” (Sofia)

“Aí casei, minha irmã me obrigou. Um homem irresponsável como ele era. Com vinte e um dias que eu estava de resguardo meu útero inflamou que eu não caminhava. [...] Ele me obrigou a ter relações com ele. [...] Eu tive uma infecção muito grande.” (Betânia)

As narrativas sugerem também uma ambiguidade nas violências sofridas em família e na continuidade dessas violências com os maridos. Uma ambiguidade que aparece também vinculada ao fato da falta de um emprego e, de certa forma, sentirem-se refém dos maridos.

“Até hoje eu sou muito apaixonada por ele, gosto muito dele, quando ele fala em separar de mim eu choro muito, sofro muito, porque eu gosto muito dele. Quando casei com ele tinha muito medo de ter relações com ele, de transar. Com o tempo isso foi melhorando. Quando ele fala que vai separar de mim me dá um aperto. Agora ele fala que quando ele deixar o emprego ele vai pegar os quatro filhos dele e vai embora e vai me deixar sozinha, ele fala isso o tempo todo. [...] É como se ele fosse pra mim um pai, né? Tinha ele assim como um pai, assim, tudo ele, pegar, apertar ele. É por isso que eu acho que ele me chama de parasita. Tem algumas coisa nele, a violência dele, o jeito dele brigar e xingar as crianças isso eu não gosto, mas tem coisas assim que ele faz, assim, às vezes ele tem um jeito assim, assim, como é que se diz, uma maneira de cuidar das coisas dentro de casa [...] com os filhos, que não deixa faltar nada pros filhos. Pra mim a única coisa que ele faz é comprar comida pra casa e eu como lá. Pra mim ele não faz nada. Mas eu acho que sou apegada também a ele por falta de, eu amo muito ele, sou muito ciumenta, mas porque eu também não tenho um emprego [...]. Alguma coisa me segura, me segurar, ter uma segurança, acho que é isso. Mas eu gosto muito dele sim. Eu tenho medo que ele pegue meus filhos e vá embora. Morro de medo disso. Aí fico sem criança, sem casa, sem nada.” (Sofia)

Os relatos apresentam situações cotidianas que ainda são vivenciadas por dezenas, centenas ou mesmo milhares de mulheres, como apontam os institutos de pesquisa nos dados descritivos deste trabalho. Observa-se que as narrativas reconstituíram memórias dolorosas que atravessam as relações de gênero. Dolorosas principalmente por parecerem insolventes.

Em situações de violência, as ambivalências são ainda maiores. O texto trazido pelo contexto narrativo aponta a gravidade vivida por muitas mulheres, tendo que dar conta, dentro dessas situações além dos limites, de toda suposta obrigação doméstica que é delegada às mulheres, incluindo o satisfazer os maridos ou companheiros.

As narrativas apresentam sentimentos contraditórios vividos por mulheres vítimas de violência, em particular a violência na infância, pois que acabam por se sujeitar às imposições vindas de fora que lhes foram atribuídas pela violência sofrida, onde tiveram seus corpos invadidos como se não existissem enquanto sujeitos.

Dentro do contexto das relações de opressão, não é dado crédito às crianças abusadas e violentadas, representando uma situação de gravidade que ainda atravessa o caminho de muitas mulheres, acabando por lhes inculcar culpa, responsabilidade e conivência. Isso é ainda mais evidente quando se trata de adolescentes e mulheres adultas vítimas de estupros, ou seja, a responsabilização e culpabilização das vítimas pelos papéis de gênero atribuídos.

Sentimentos contraditórios e sensações de inadequação referentes aos papéis atribuídos à mulher no plano privado e ao que lhe é atribuído na vida pública, associado ao cuidado da casa e filhos, também estão implícitos nas narrativas. Esses sentimentos parecem ser compatíveis com a naturalização do feminino, tão

bem explicitados pelas teóricas feministas, como vimos, que vem sendo, ao longo de décadas, difundidos e sendo encrustados nas mulheres, como se invisíveis fossem.

Essas invisibilidades também podem ser detectadas através da ausência de reconhecimento social exposta por Honneth (2003), como vimos. As situações de violência evidenciadas no narrar das entrevistadas, apontam para as três importantes dimensões que caracterizariam situações de reconhecimento, se presentes fossem nas relações primárias e em sociedade. Suas narrativas de fato, sugerem o que Honneth estabelece como violação do amor, dos direitos e da estima social.

Para o autor, as situações de desrespeito levam às desigualdades que acabam por serem tratadas como uma questão moral, justamente pela ausência de reconhecimento. A ausência de reconhecimento seria um reflexo das violências sofridas, onde estas seriam um reflexo da ausência do amor, do direito e da estima social. De fato, temos uma sequência de violências, que corporificam a opressão contra a mulher, numa relação direta com a ausência dessas três dimensões.

Através das observações feitas, pudemos também perceber entre as narradoras, diferenças de posturas corporais e no modo de falar. Aquela que ainda hoje sofre violência doméstica, apresenta uma postura corporal encurvada, com a cabeça e a voz baixa. As outras narradoras, que também sofreram violência e não se encontram mais nessa situação, apresentam uma postura ereta, com gestos fortes com os braços, voz firme, principalmente quando afirmam que não se submeteriam mais à violências por parte de companheiros.

Ao mesmo tempo, o resgate desses registros em suas memórias, principalmente relacionado aos abusos e/ou violência sexual cometidos na infância e adolescência, vem acompanhado de uma mistura de tristeza e dor, com uma

necessidade de distanciamento, parecendo apontar as marcas de duras experiências que jamais se apagarão. São expressões que se anunciam seja por olhos lacrimejantes e tristes, seja por uma mudança imediata de uma expressão facial aparentemente leve para uma expressão dura, algumas vezes com a face visivelmente contraída.

Observou-se nos relatos, que o alcoolismo passou a fazer parte da vida das entrevistadas que sofreram violência, relativamente cedo. Laís e Sofia começaram a beber antes dos 20 anos, Betânia com 22 e apenas uma, Maria, com idade acima de 30, da mesma forma que Milena, que não sofreu nenhuma violência doméstica.

Não se pode afirmar que as violências tenham responsabilidade direta sobre o problema do alcoolismo na vida dessas mulheres, mas também não se pode ignorar este fato como significativo.

Trabalho e violência

As narrativas apontam que a única entrevistada que não sofreu violência e teve seu processo de crescimento e entrada na vida adulta relativamente organizado, mesmo se deparando com o alcoolismo alguns anos depois, vem de uma família de classe média, onde, segundo seus relatos, recebeu apoio e incentivo da família, principalmente do pai, para trabalhar.

Coloca-se como uma mulher realizada sexualmente, atribuindo ao trabalho que realizou na sua vida, uma importância inquestionável. Mesmo quando passou a ter problemas com a bebida, não permitiu que isso interferisse diretamente nesse contexto. Chegou a se aposentar, voltou a trabalhar e só então perdeu o emprego devido a uma internação. Sua narrativa expõe um rosto sorridente, ao falar de suas

relações amorosas e satisfação pelo sucesso que se atribui na vida laborativa. Seu sorriso parece indicar contentamento, posicionando-se de maneira ereta na cadeira.

“Sempre trabalhei, sempre fui boa naquilo que fiz. Fui uma excelente secretária executiva [...] Me vejo uma mulher realizada. Sexualmente eu sou realizada.” (Milena)

A narrativa exposta nas suas expressões muda um pouco quando relata sobre não mais ter podido trabalhar, como dito:

“O que me derrubou foi eu ter perdido meu trabalho. Tudo na minha vida! Tudo na minha vida! (o trabalho).” (Milena)

Mesmo sabendo que a violência doméstica não faz distinção entre classes sociais diferentes e que as relações hegemônicas de gênero não são “privilégio” das classes desfavorecidas, as narrativas apresentadas reportam-nos a um contexto amplo sugerindo uma reflexão em trabalhos posteriores, sobre como essas hegemonias atravessam o cotidiano das pessoas em suas diferenças sociais e econômicas.

Nesse sentido, como vimos, no caso das mulheres de nossa pesquisa, observamos que a única entrevistada de classe média, não sofreu violência doméstica e conseguiu se estabelecer com independência no trabalho fora de casa, tendo inclusive apoio familiar.

Como dito, a razão da não violência não se encontra na classe social. As pesquisas, como as que apontamos neste trabalho, indicam que a violência atravessa todas as classes, pois que a violência doméstica passa pelas construções dos papéis de gênero estabelecidos socialmente provenientes de noções patriarcais.

Dessa forma, com os dados de nossa entrevistada, Milena, podemos inferir que numa situação de conforto emocional e financeiro que favoreça seguir caminhos para uma independência enquanto mulher, trabalhando, etc., isso poderia, de alguma forma, facilitar a situação de não se tornar refém da violência doméstica. No entanto, não temos material suficiente para afirmações precisas nesse caso, pois que essa entrevistada em particular não sofreu violência desta ordem e diz que nem admitiria isso.

Em quatro relatos as mulheres apontam para uma concepção tradicional do lugar construído socialmente para a mulher, no qual este não visaria uma vida laborativa fora do âmbito privado, tendo em vista que estão desempregadas ou se dizem do lar. Milena, que diferentemente de Betânia, Maria e Sofia, buscou construir um espaço de atuação fora da esfera doméstica, e ainda com incentivo do pai, apresenta uma atitude positiva com relação a conquista desse espaço e a autonomia financeira, demonstrando maior autoestima e realização.

Não trabalhar fora, está ligado aos ideais tradicionais de gênero, que vem sendo passados por gerações, o que também pode ser associado às posturas passivas no passado das narradoras quanto à busca por um trabalho.

As narrativas não apontaram aspectos significativos dessas dificuldades relacionados à cor da pele de nossas entrevistadas (como citado nas pesquisas). Entre as nossas narradoras, quatro são brancas e uma morena. As narrativas apresentadas pelas entrevistadas, no entanto, sugerem nem ter havido situações que pudessem ser avaliadas nesse prisma, considerando que a maioria delas não procurou efetivamente um trabalho remunerado, como vimos.

“No momento agora eu tou vivendo um sufoco danado porque meu marido diz assim: se eu te deixar você vai virar mendiga, você não tem renda nenhuma, não tem emprego não tem nada, é uma

parasita” [...] Por isso que eu to querendo ver se eu arrumo um emprego, alguma coisa, posso aprender a sobreviver sozinha porque esse tempo todo eu dependo dele. Fazia minhas faxinas mas dependia dele pra tudo.” (Sofia)

“Sempre morei com minha mãe. Tinha um companheiro há 22 anos. Eu sempre tinha uma vida que eu achava que eu ia me dar bem com ele, ter uma estabilidade, com ele, porque eu sonhava com a tal estabilidade, pra sair da mão do meu pai. Sair da minha casa, ter meu próprio canto, levar minha mãe comigo. O fato de ser sustentada pelo meu companheiro, eu me acomodei. [...] Eu me apaixonei por ele e pelo contracheque dele. ...Se ele não morresse eu não teria estudado, não estaria com essa cabeça que eu to hoje. Eu tenho a frustração de não ter tido meu lado financeiro estabilizado, mas eu me acomodei.” (Maria)

A falta de um trabalho remunerado parece colocar as mulheres como reféns de situações familiares de violência. Ao mesmo tempo, os dados da ONU que descrevemos anteriormente, apontam que, mesmo mulheres bem remuneradas e com profissões bem sucedidas, em escala mundial, submetem-se às violências domésticas, permanecendo sobre o mesmo teto de seus agressores.

Isto aponta para uma complexidade diante das questões de gênero, que parece indicar outros aspectos da opressão feminina, pois que de fato, com remuneração ou sem, muitas mulheres ficam presas, muitas vezes por anos, a essa grave situação. Na nossa análise das narrativas trazidas, observamos o medo de ser morta, como um fator significativo para a submissão.

[...] “Foi quando eu resolvi me separar dele, mas foi muito difícil me separar, porque onde ele me via era agressão. [...] Em qualquer lugar que ele me visse ele me agredia. Levei ao conhecimento da minha família, mas da polícia não porque eu tinha medo dele me matar, porque uma vez ele me enforcou. Cinco anos juntos. Ainda dei essa chance pra ele.” (Betânia)

Seguido a isso vem a relação com o trabalho, associado às obrigações delegadas às mulheres em casa, caracterizando dupla jornada, ou mesmo

quádrupla, como apontou D'Ávila Neto (2006), ou a relação de não obrigatoriedade no trabalho fora de casa, como se naturalmente pertencesse ao homem essa missão, vinculada em muitos momentos à imposição destes.

Observamos nas narrativas que o trabalho ou a expectativa com a realização em alguma profissão não era prenhe para todas, ao contrário, somente duas delas pensaram nisso durante sua adolescência.

“Eu queria fazer comunicação”. (Laís)

“Eu cheguei a fazer vestibular, mas não passei, então fui trabalhar como secretária e me apaixonei pela profissão, como amo trabalhar. Me tornei secretária bilingue e funcionária pública federal”. (Milena)

“Nunca pensei em trabalhar, isso não passava pela minha cabeça”. (Betânia)

“Não tinha sonho nenhum”. (Sofia).

Como vimos, apenas uma narradora conseguiu se estabelecer financeiramente do seu próprio trabalho. A vida da outra, que tinha sonho em se formar, tomou outro rumo após o estupro, a saída forçada de casa e da cidade natal. Embora tenha conseguido trabalhar por alguns anos de forma estabelecida, a entrada precoce no alcoolismo, segundo suas narrativas, acabou por desestabilizá-la completamente, prejudicando definitivamente seus caminhos nessa área.

Não podemos esquecer também que a maioria de nossas entrevistadas sofreu algum tipo de violência, como já relatado, o que pode ter contribuído até mesmo para a ausência total de qualquer expectativa. Assim como todas elas acabaram por ter em comum o grave problema do alcoolismo em suas vidas.

A condição social desfavorecida agravada pela situação de violência, também é outro fator que pode prejudicar qualquer tentativa de articulação de planos e projetos para o futuro. Se nos reportarmos aos dados das pesquisas apresentadas em tópico anterior, veremos que mulheres de classes desfavorecidas, ainda encontram obstáculos para mudanças em suas vidas, que também são encontrados pelas mulheres em geral, quando comparadas aos homens, mas que no caso delas, as estatísticas de avanços são menores.

Trabalho e Maternidade

A maternidade aparece com contradições típicas das relações hegemônicas de gênero, como culpas, abdições, freios para tomar outros rumos, corroborando a atribuição imposta pelos papéis sociais de gênero à mulher, como se a ela pertencesse a obrigação em torno dos filhos.

Nas narrativas pudemos observar que a relação com a maternidade e com o trabalho também acompanha os atravessamentos do contexto sócio cultural, através da introjeção de valores que vão sendo assimilados das mais diversas formas e igualmente, acabam por legitimar algum tipo de violência.

“Eu acho que se eu fosse homem eu não taria passando por tudo isso. Eu tou passando por isso porque eu tenho que ficar ali perto dos meus filhos, tenho que criar meus filhos. Só por isso eu aguento tudo, tudo quanto é tipo de humilhação. Eu acho que se fosse um homem não aguentaria isso. Eu acho”. (Sofia)

“Meu lado feminino, em relação ao meu lado mulher, eu tive que me submeter a torturas porque eu não tinha parentes aqui no Rio de Janeiro. Eu dependia dos parentes do meu ex marido e pra proteger minha filha, não expor ela, não deixar ela em qualquer lugar, eu deixava ela com meu sogro e minha sogra e, pra ter essa proteção pra minha filha até ela ficar maior de idade, eu me submeti a essas torturas, a essas sessões de pancadaria, como um modo de evitar problema pra minha filha. Porque eu já tinha trauma de ser deflorada sem querer. Tinha medo de que alguém, qualquer pessoa, fizesse

qualquer coisa com ela. Então por isso que eu me submeti a essa tortura toda. [...] Meu lado feminino ficou muito afetado, eu me sentia assim o último dos moicanos. [...] A gente se sente, como é que se diz, humilhada e não pode fazer nada. Esse problema na minha vida foi uma constante. Me sentia totalmente impotente". (Lais)

Nota-se nos relatos que, mesmo a mulher trabalhando, não houve naquele momento, um rompimento com a violência, devido, segundo os relatos, à questão da maternidade.

A questão da maternidade portanto, aparece apontando a dualidade com que se encontram as mulheres através do que lhes é cobrado socialmente nos seus papéis de mães. Isso parece gerar uma ambivalência capaz de paralisá-las, até mesmo diante da ruptura com a violência.

Com relação à opressão de gênero, a maternidade parece ser mais significativa do que o fato de trabalhar fora ou não, quando falamos em submissão à violência. A cobrança imposta às mulheres em geral é muito forte, passa por diversos canais de expressão social e cultural, como abordamos na difusão de subjetividades hegemônicas. Inclusive pelo fato de que, já apontado por Costa (1995) anteriormente, desde o final do século 19, a maternidade ter sido a ponte inaugurada pela medicina, para a naturalização do feminino. Ao passo que o trabalho remunerado, no contexto da opressão de gênero, não pertencia à mulher.

Esses valores portanto, foram sendo introjetados nas mulheres de alguma forma, através de signos e símbolos sociais, como já discutimos e também muitas vezes, passando de mãe para filha, até o momento de nem mais precisar ser dito qualquer coisa. Os estereótipos de gênero já estavam tão arraigados na cultura e no social, que eram assimilados subliminarmente e naturalmente.

Por isso tratamos esses aspectos como invisibilidades sociais. A violência doméstica, a relação culpabilizada e repleta de normas ditas femininas com a

maternidade, a relação de submissão ou mesmo distanciamento em relação ao trabalho, as contradições entre o trabalhar fora e os cuidados do lar, passando principalmente pelo cuidado dos filhos. Tratamos como invisibilidades, pois que estão aí no cotidiano de milhares de mulheres, fazendo parte de suas rotinas, mesmo daquelas que trabalham, de forma tão “natural”, por isso “invisível”, ainda nos dias de hoje.

Observações a partir de sessões de videofeedback

Analisando-se as narrativas provenientes do videofeedback, também observamos aspectos significativos das relações hegemônicas de gênero, pois que em alguns momentos favoreceram a continuidade ou mesmo a repetição das histórias de violências sofridas.

“Ouvir tudo isso é muito ruim, eu não gosto de ter que ficar falando disso. Ninguém acreditava em mim. E eu tinha que passar por aquela situação de pavor com meu tio, sempre que ia pra lá”. (Betânia)

O videofeedback como definido por D’Ávila Neto (1989) é um recurso capaz de provocar nas entrevistadas, um retorno de sua própria narrativa, onde a audiência passa a ser a própria pessoa. Isso pode trazer efeitos expressivos, principalmente pelo audiovisual, de alguém que assiste a sua própria história.

Nessa técnica, a mulher tem a oportunidade de se ver espelhada, diante das possíveis contradições entre fala e corpo que a sua narrativa possa ter trazido. Bem como tem uma visão do todo que ela mesma produziu. É um recurso forte.

Nesse contexto, ao mesmo tempo - e é isso que é mais representativo em termos de videofeedback – em que foi composto pelas narradoras a “repetição” das

histórias que observamos, as narrativas apresentaram reações às condições de vida adversas trazidas nos relatos e as suas próprias expressões, tanto oral quanto corporal.

Uma das entrevistadas, olhando atentamente para a sua própria cena, olhar expressivo e atento à tela, relata:

“é como se eu estivesse voltando bem lá trás na minha vida, assistindo um filme de terror”. (Laís)

Nós, que fazemos parte da audiência e estamos “de fora” da história de vida da narradora, assistimos às suas narrativas assimilando delas a história da opressão de gênero vivida por tantas mulheres, que Laís nomeia de “filme de terror”. No caso das entrevistadas, esse recurso permite que as mulheres reflitam suas histórias por outros ângulos que são favorecidos por elas mesmas. Em seguida a mesma narradora enfatiza:

“Mas você vê este rosto aí na tela? Não é o rosto da minha juventude, de quando tive que fugir de tudo. É o rosto de uma mulher que olha pro outro de frente e pode dizer que nunca mais, mais nunca mais, vai se submeter à violência de novo. Hoje estou em paz, com muitas privações, mas em paz.” (Laís)

De um modo geral, como vimos acima, as narrativas trazidas no momento do vídeofeedback, apresentaram reações às falas e posturas corporais do registro audiovisual apresentado.

“Esse olhar triste é só pra contar e lembrar. Eu duvido que hoje minha neta passaria pelo que eu passei. Ela é esperta demais, as crianças de hoje em dia são espertas. Ela ia contar pra mãe dela e a mãe dela ia acreditar nela. Ia denunciar. Mas minha cabeça tá erguida.” (Betânia)

“Não consigo nem ouvir minha voz. A senhora me ouviu? Só falta eu me encolher na cadeira doutora!” (Sofia)

Na nossa discussão da perspectiva pós-colonial a partir de trabalhos realizados por mulheres, observamos aspectos que se assemelham, de certa forma, ao vídeofeedback, em termos do que pode provocar na audiência. Como vimos, os trabalhos nessa perspectiva, tem sua origem nos estudos literários.

Nos exemplos citados a partir de Francis (2002) e Alonso (1998) sobre a obra de Leila Sebbar e Assia Djebar, estas autoras utilizam-se de personagens ficticiais em seus livros, onde estas suas personagens se deparam na sua história, com momentos de identificação sobre suas origens e a condição da mulher nesse contexto a partir disso, através de quadros expostos em museus.

Interessante notar o jogo triplo que forma-se nesse contexto. As personagens de Sebbar e Djebar, podem ser lidas por muitas mulheres, da mesma origem oriental que elas ou não. Essa leitura pode provocar nas mulheres em questão, uma identificação com as personagens do livro, de forma semelhante à identificação ocorrida pelas personagens em relação às mulheres dos quadros.

Ao mesmo tempo, como discutimos anteriormente, Sebbar e Djebar, através das suas construções literárias, apropriam-se da inspiração dos pintores, desconstruindo a visão exótica exposta por eles, aplicando um olhar feminino, denunciando o silêncio daquelas mulheres através da escrita. Utilizando-se dos recursos visuais no seu trabalho, as autoras utilizam-se da imagem corporal para iniciar seus textos e torná-los objeto de denúncia.

O efeito de provocar algo na audiência, seja esta audiência as autoras dos livros, ou as personagens dos mesmos, ou as leitoras, é um efeito semelhante ao provocado pelo vídeofeedback. Este recurso, não só pode afetar a própria mulher

que construiu sua própria narrativa e tem o retorno da mesma, como pode afetar outras audiências que possam vir a assisti-lo.

Dentro do contexto do trabalho narrativo, observamos que são propostas significativas no trabalho com mulheres. Estas reflexões também apontaram em nossa análise, a proximidade com a questão do sujeito nômade proposta por Braidotti que trataremos a seguir.

3.6.2 As narrativas e o nomadismo

Procuraremos neste momento, ilustrar alguns trechos das narrativas, tanto as das entrevistas quanto as geradas a partir do vídeofeedback, que poderiam indicar uma possibilidade de expansão nômade, no sentido de um possível rompimento com identidades fixas, binárias e essencializadas.

Os trechos exemplificados, apontam para o que Braidotti sugere em seu projeto político nômade, que é o deslocamento de um lugar estabelecido para outro. Algumas narradoras podem não querer e não gostarem de falar sobre os fatos, mas falam, deslocam-se, colocam-se em outro lugar.

Nesse sentido, naquele momento podem sair do estático para o fluido, pois que, ao falarem, aqueles registros deslocam-se no tempo narrativo, podendo adquirir outras lógicas e sensações, inclusive pelo fato de saírem do lugar de segredo, um segredo que ninguém acreditava, para um espaço público, onde, sabem, muitos vão “ouvir” suas duras experiências.

“Eu não gosto de falar sobre isso não, mas eu vou falar. Meu tio fazia coisas comigo.” (Betânia)

Para o projeto político nômade de Braidotti (2000) este seria um passo importante. Tira-se a mulher de um determinado lugar e não precisa colocá-la ou estabelecê-la em algum outro. Afirma-se com isso a especificidade da experiência vivida, corporalmente feminina, renunciando a diferença sexual descorporificada e essencializada.

Lembremos de Bhabha (2005), a partir de sua definição de “unhomely” (desenraizado), onde este traz no seu contexto um sentimento que se apodera do sujeito, como se fosse sua própria sombra. De acordo com o autor, como vimos, esta sensação produz sobre o sujeito dois efeitos diversos e significativos. Faz com que o sujeito encare o próprio lar com certo terror e concomitantemente provoca uma abertura, que leva a uma expansão de possibilidades. Esta expansão é indicada, pelo fato de que, o que era íntimo e privado no espaço doméstico do sujeito, acaba por tornar-se lugar de invasão da história.

“Quer saber, é muito bom poder falar isso aqui. Sei lá pra quem a senhora vai mostrar, mas se puder ajudar outras mulheres [...] E pensar que muita gente vai saber. Esquisito né? Mas é bom.”
(Betânia)

“As pessoas pensam que a gente só fazia beber, né? Mas olha aí, quanta coisa pior dentro da gente que vão descobrir. E vão ver que a gente deu a volta por cima.” (Maria)

Na discussão anterior, ao abordarmos as perspectivas ampliadas no trabalho narrativo das autoras citadas, Sebbar e Djébar, pudemos sinalizar que também estava ali implícita, essa expansão de possibilidades. De fato, seja pelo sentimento de estranheza das personagens ou das nossas narradoras entrevistadas, pode-se inferir que seus espaços privados foram invadidos pela história. Não apenas a história de suas próprias vidas, mas a história de dezenas ou milhares de mulheres, atravessadas pela opressão de gênero.

“Eu sei que eu me acomodei, esperando viver do salário do meu companheiro, eu sei. É por isso que hoje eu levo a sério o grupo, aprender, fazer artesanato, cursos fora daqui também. Porque eu quero minha independência, que eu não tive porque me acomodei” (Maria)

As narrativas sugerem que, seja através do feedback ou da narrativa inicial, esbarrar-se no contexto da opressão social e cultural de gênero, poderia provocar nas narradoras essa expansão de possibilidades, por provocar um contato com algo escondido e supostamente adormecido, que mantinha invisível a opressão. No caso do feedback, isto é ainda melhor detectado pela oportunidade de verem e ouvirem seus relatos dessa opressão, como vimos anteriormente.

“Não consigo nem ouvir minha voz. A senhora me ouviu? Só falta eu me encolher na cadeira doutora!” (Sofia)

Entendemos que essa expansão de possibilidades, conecta-se ao que Braidotti (2004) chama de sujeito nômade, onde, nesta condição, renuncia-se e desconstrói-se qualquer sentido de identidade fixa.

No trabalho narrativo utilizado numa pesquisa, como esta por exemplo, podemos investigar e tirar conclusões mais específicas sobre os efeitos deste trabalho narrativo sobre o ato de permitir que as opressões invisíveis, como as violências sofridas, apareçam. No entanto, no caso da proposta nômade isto é mais complexo, porque refere-se à mudanças que só poderíamos afirmá-las, acompanhando posteriormente, os possíveis efeitos do trabalho narrativo sobre as entrevistadas.

“Mas você vê este rosto aí na tela? Não é o rosto da minha juventude, de quando tive que fugir de tudo. É o rosto de uma mulher que olha pro outro de frente e pode dizer que nunca mais, mais nunca mais, vai se submeter à violência de novo.” (Lais)

“Mas minha cabeça tá erguida.” (Betânia)

“Me vejo mais madura. Com mais cabeça. Se sofresse essa violência agora, não aceitaria não. Iria procurar a justiça.” (Laís)

De fato observamos que, por ser a narrativa livre e por ter apontado, de imediato, conteúdos das relações hegemônicas de gênero, é possível inferir e corroborar a tese das teóricas feministas sobre a importância do trabalho narrativo com mulheres a respeito do tema.

No caso do nomadismo, há aspectos em suas narrativas que poderiam sugerir essa abertura. Como dito, este é um trabalho de pesquisa e não de intervenção, mas não podemos negar que a importância dada às escolhas de suas falas, trazendo experiências por sua própria vontade, já representa ao menos, um pontapé inicial nessa abertura.

Ou seja, nesse sentido, suas escolhas das experiências a serem narradas, já poderiam sugerir a primeira indicação de uma expansão nômade, proposta por Braidotti, como dito, para um possível rompimento com identidades fixas, binárias e essencializadas.

Capítulo 4: Considerações finais

Destaca-se nesta pesquisa, a pregnância dos valores opressivos de gênero, mesmo com tantas mudanças que já ocorreram em relação às mulheres. É grave o quadro apresentado pelo Instituto Sangari, como vimos, que aproxima o número de assassinatos de mulheres no Brasil, ao ritmo de crescimento da população feminina neste país no período de 1998 a 2008. E isto não tem sido muito diferente em outros países como observamos nas pesquisas apontadas. Da mesma forma é grave os dados revelados pelo anuário do Governo Federal/Dieese que constata que 43% das mulheres brasileiras já foram vítimas da violência doméstica.

De fato, como vimos, a violência pode não ser física. Nossa pesquisa aponta que, atrás das invisibilidades sociais, toda sorte de violência pode estar presente na vida de milhares de mulheres de carne e osso. Mesmo que hoje mulheres que foram vítimas de violência sexual/doméstica não vivam mais esta situação, como constatamos em nossa pesquisa, dependendo do rumo tomado e de como o fato foi dimensionado socialmente, violências de outras ordens, como a violência moral e psicológica, incluindo a ausência de reconhecimento e humilhações, podem atravessar suas vidas.

Ou seja, de acordo com os resultados do Instituto Sangari, por exemplo, é como se por trás de cada dez mulheres que cruzamos nas ruas, nos cinemas, teatros, trabalho, nas praças públicas, nos shoppings, etc., quatro delas possam ter sido vítimas de violência doméstica e ainda podem ser. Possam trazer na sua história marcas da opressão, que não estão visíveis na sua face, mas presentes nos seus corpos, mesmo que aparentemente apagadas.

São estas invisibilidades sociais, ou seja, a opressão de gênero que está escondida nos corpos e faces femininos, que dados de pesquisas nos espelham e que pudemos constatar na nossa pesquisa, que entendemos não devem ficar congeladas no status de invisibilidade, tomando corpo quando dados estatísticos a formatam. É preciso que ações sejam realizadas a partir disso.

O trabalho com as narrativas permitiu-nos corroborar a tese das estudiosas feministas sobre ser a narrativa importante instrumento nos estudos com mulheres e verificar a possibilidade de tomada de consciência e empoderamento para espaço de atuação na sociedade. A amplitude apresentada através do contexto narrativo, nesta pesquisa, não deixou dúvidas sobre ser, não apenas a análise narrativa, mas a realização de trabalhos que envolvam essa prática, um caminho significativo nas reflexões e discussões que envolvem as invisibilidades sociais que nos reportamos acima.

A partir dos relatos que surgiram neste trabalho a respeito da estreita relação do narrar com a transparência de tanta experiência opressiva, que estava ali, escondida e levando-se em conta as experiências narrativas de várias ordens que apontamos, trazidas por autoras pós-coloniais, observamos outras formas que ainda são possíveis de lançar mão para se trabalhar com as relações hegemônicas de gênero nesse contexto. Ou seja, é possível pensar-se em utilizar recursos da técnica narrativa para provocar ações que levem à reflexão sobre experiências sofridas.

Levando-se isso para um contexto maior, ou seja, aumentando-se a audiência, supomos que os efeitos possam atingir conotações micropolíticas, no sentido de se poder proporcionar mudanças de contextos. Ou seja, a narrativa sendo usada para se provocar na audiência um retorno a memórias dolorosas, ou

chocá-la com a visibilidade do que parecia finito, ou chocá-la com a visibilidade do que preferimos ignorar, ou simplesmente, obrigar à reflexões. Seja lá como for, o efeito pode não ser em vão, podendo de fato incitar mudanças.

Nos exemplos referidos das autoras pós-coloniais, o trabalho narrativo segue esse caminho. No caso do exemplo citado por Francis (2002) sobre a performance da fotógrafa Lorie Novak, esta usa o seu próprio corpo para provocar a audiência com objetivos pontuais, sem poder assegurar quais serão esses efeitos, mas sem dúvida, colocando a audiência num lugar de reflexão ou mesmo de identificação.

No caso de Sebbar e Djebbar, escritoras, elas usam de suas próprias histórias para construir personagens que carregam histórias que podem ser de muitas mulheres, migrantes e vítimas da opressão de gênero, como vimos (ALONSO, 1998). De fato, podemos colocar o trabalho com narrativas em várias instâncias.

Observa-se que através da experiência sofrida pelas mulheres, pode-se rever a história de outras mulheres. É importante notar que a narrativa não coloca em evidência apenas aqueles que não têm voz, mas também aqueles que possuem uma única voz, convencional.

Como discutimos nas experiências trazidas pelas autoras dentro da perspectiva pós-colonial, algumas na prática outras pelo viés literário, e no vídeofeedback conforme definido por D'Ávila Neto (1989), pode haver um corte com o estabelecido, com a experiência endurecida, onde as próprias mulheres de carne e osso poderiam vir a romper com o binarismo e com o essencialismo, através da subjetividade nômade proposta por Braidotti (2000).

No caso de nossas entrevistadas, como exemplo, há dois aspectos importantes que podemos assinalar. O primeiro é o fato de todas terem em comum o problema do alcoolismo em suas vidas. Como aponta Lenz Cesar (2005) o ato de

beber expresso pelo alcoolismo nas mulheres revela algo da ordem do coletivo, relacionado às relações de gênero. Porém, ao mesmo tempo que o revela tem efeitos destrutivos sobre o sujeito da ação. Neste aspecto, afirma a autora, esta ação pode ser muito mais um grito de socorro. Um grito de socorro que visto coletivamente desvela o social, onde a ação toma proporções de denúncia e dor.

Assim, o alcoolismo feminino produz destruição física e moral, comportando ao mesmo tempo visibilidade, no sentido da denúncia, e invisibilidades, no sentido da dor e da exclusão. Como vimos, essas invisibilidades estão carregadas de experiências de violências graves em suas vidas. Da mesma forma que temos visto, pelas pesquisas citadas neste trabalho, o quanto mulheres (não necessariamente com problemas de alcoolismo) vítimas de violência, trazem essas invisibilidades encobertas.

Nesse contexto, afirma Lenz Cesar (2005) pode-se indagar que lugar ocupa o álcool na vida das mulheres vistas pela sua patologia como transgressoras, mas cuja única transgressão foi a força que encontraram para viver em meio a tantas adversidades. Ou seja, transgredir através do alcoolismo para elas, seria sair da invisibilidade, seria tornarem-se visíveis, mesmo que pagando um preço alto pelo adoecimento.

Neste momento retornamos à Braidotti e a possibilidade da experiência nômade, ou seja, pensarmos no trabalho narrativo como possibilidade de dar outra configuração à denúncia, às invisibilidades e à transgressão, no caso das nossas entrevistadas, bem como a possibilidade de mudança de configuração para outras centenas, milhares de mulheres de carne e osso, pelo mundo.

Observemos que a transgressão no sentido apontado por Lenz Cesar (2005), vivida pelas nossas narradoras, não lhes permitiu uma saída da opressão. A

textualidade de seus corpos, no sentido dado por Bordo (1997), traz marcas do social, corporificadas através do problema do alcoolismo e portanto, essencializadas pela formação de uma identidade única, traduzida pela doença.

Algumas das nossas entrevistadas saíram de sua terra natal em função da violência sofrida, em busca de condições melhores de trabalho, em busca de outras referências. No entanto, ao chegarem ao Rio de Janeiro, não conseguiram, naquele momento, mudar o contexto de suas vidas. Como vimos, o alcoolismo chegou a fazer parte de suas vidas, indicando a impossibilidade de mudanças desejadas.

De fato, como apontaram as narrativas, tanto as entrevistadas que se deslocaram de suas cidades ou as que aqui permaneceram, não conseguiram em princípio, desterritorializar, no sentido dado por Deleuze e não conseguiram uma desterritorialização nômade, no sentido dado por Braidotti (2004). As marcas das violências que permanecem ainda hoje invisíveis em muitas mulheres, pois que intocáveis, podem ter impedido essa desterritorialização, essa mudança de lugar, mantendo seus corpos essencializados e naturalizados, não só na desigualdade social de suas condições, mas na opressão de gênero.

O trabalho narrativo permitiu a expressividade dessas invisibilidades sociais que encontravam-se por trás da vida das narradoras. Assim, como vimos nos exemplos de Francis, ou nos exemplos das experiências literárias de Leila Sebbar e Djébar, bem como na performance de Novak descrita por Hirsch, entendemos que essa expressividade possa abrir caminhos iniciais para que o corpo se desloque da subordinação e opressão, tornando-se livre para a transição processual da figura do sujeito nômade, como aponta Braidotti (2004), portanto, desessencializado, no sentido de não ter mais que ser fiel as marcas das violências, seja de que ordem for.

Como vimos, para a autora, a nova figuração do sujeito feminino, faz parte de um projeto transdisciplinar, onde, afirma, “é preciso um intercâmbio mais efetivo entre teóricas e artistas, acadêmicas e mentes criativas”. (BRAIDOTTI, 2002, p. 194)

De fato, a abertura das entrevistadas para as questões citadas, no momento da narrativa, caracteriza um aspecto importante do trabalho narrativo, no sentido de emprestar a este um lugar propício para acontecimentos que possam favorecer, em princípio, uma desacomodação, um deslocamento de estruturas rígidas e territorializadas, para posições, se não totalmente nômades, ao menos desterritorializadas, pelo fato de saírem de um lugar estabelecido de geração de sofrimento, desconhecido por outros, para um outro lugar, visível e possivelmente fluido.

No caso das milhares de mulheres vítimas de violência que indicamos aqui através de pesquisas, que ainda trafegam entre nós com suas marcas de opressão, a lógica proposta do trabalho narrativo é a mesma, como bem sugeriram as estudiosas feministas.

Assim, sugere-se que este poderia ser um dos significativos passos da importância da narrativa no trabalho com mulheres. Não somente a possibilidade de revelar as relações opressoras de gênero, como também abrir caminhos para que as próprias mulheres de carne e osso, sejam as nossas entrevistadas ou não, possam somar vozes às reflexões, possam sair de lugares rígidos, contribuindo para a desconstrução de modelos estabelecidos.

Nesse sentido, seria interessante refletirmos se poderia a narrativa apresentar-se como uma possível alternativa aos questionamentos apresentados por Spivak (2010), para quem o subalterno não pode falar, pois que a representatividade

de sua voz está naquele que detém a hegemonia. De fato devemos pensar se é possível separar a representação de sua proximidade com o poder.

O trabalho com narrativas, como temos visto, abre um leque de opções. O fato de se ter um vetor para se disparar a situação, seja ele um pesquisador, um artista, um escritor, não implica necessariamente uma representação do outro no sentido absoluto, como também não extingue a possibilidade desta.

Ou seja, é possível não representar? Se não, é possível dar representatividade ao outro, sem que isso implique a exclusão do outro pelos nossos valores, que poderiam vir a ser algumas vezes considerados hegemônicos? Seria possível, com uma perspectiva ampla de provocar na audiência, considerando esta audiência, as mulheres, considerar uma espécie de identificação ou comunhão, que pudesse transformar a opressão pela via da expressão?

Mantendo a discussão no foco desta pesquisa que é o trabalho com narrativas relacionado à opressão de gênero, a reflexão que fizemos sobre a implicação da pesquisadora e sua influência como vetor disparador do processo do narrar das entrevistadas aponta para alguns aspectos, relacionados às questões acima.

De início, podemos excluir a questão que remonta ao objeto de investigação do pesquisador, ou seja, o risco apontado por Riessman (1993) de se buscar na narrativa o conteúdo esperado para corroborar a teoria utilizada. Como dito, utilizamos caminhos da técnica narrativa que excluem essa possibilidade.

Como audiência, na qualidade de pesquisadora, este lugar já se diferencia. Se comparada à média do grupo entrevistado, a pesquisadora pertence a uma classe favorecida, que teve acesso a uma cultura logocêntrica e outros recursos disparados por isso. Em tese, como aponta Spivak (2010), seu olhar, que daria

formato às representações das narrativas, já seria de antemão, um olhar hegemônico.

Na experiência como observadora, ouvinte, audiência, no momento da entrevista, impressionou como a situação foi se formatando, no sentido da prioridade de temas estabelecidos por elas, enfim, como aquelas mulheres colocavam-se e expressavam-se, como se tirassem de algum lugar um roteiro não linear, mas que trazia e jogava para nós uma cena que dizia o quanto ainda temos reflexos da opressão de gênero, apontando para a gravidade da situação.

No momento da análise, refletindo sobre as questões levantadas por Spivak (2010), um aspecto se destacou. Aquelas mulheres de alguma forma, decidiram por expor suas dores quanto às violências sofridas, aproveitando o momento da entrevista para isso. Não seria esse fato, uma forma de ter voz? Como num filme onde a direção é sua, no caso, delas? Como então enquanto pesquisadora, poderia representá-las nesta pesquisa sem descaracterizar suas narrativas? Como assumir a direção do trabalho da pesquisa sem descaracterizar a direção imposta por elas?

Observando o material das entrevistas, nota-se que a narrativa se conta. São testemunhos de trajetórias, da cultura, de escolhas, ou seja, naquele momento, as entrevistadas representavam, de certa forma, a trajetória de grupos desfavorecidos e também experiências de mulheres pelo mundo. A questão então que se coloca é como transpor essas observações para nossa discussão.

A pesquisadora é atravessada pelo fato de ser mulher e vir estudando a questão das relações de gênero há alguns anos, o que a coloca com um saber prévio diante do objeto de estudo. Como mulher, sua responsabilidade aumenta diante de fatos tão expressivos de violência. Como pesquisadora isso não é muito

diferente, acrescentando-se o fato de que é preciso ter o distanciamento necessário que toda pesquisa científica demanda.

E aqui chegamos ao ponto fundamental nas discussões atualizadas sobre os estudos das relações de gênero, onde de um lado Spivak provoca chamando a atenção para o cuidado que se deve ter com a representação e o dar voz ao outro, para que isso possa de fato, provocar ações efetivas, e de outro lado, está Braidotti com seu projeto político nômade.

Neste projeto, Braidotti (2000, 2002, 2004) foca nas mulheres de carne e osso, aquelas que vamos na prática buscar ouvir para repensar nossa teoria, mas também, ao propor uma subjetividade nômade, amplia para todas as mulheres intelectuais. Isso implica dizer que a expressão nômade deve estar em cada uma de nós, o que favorece uma conjunção de saberes que vão se transformando e atualizando e desessencializando as relações, como vimos na concepção de pensamento e sujeito nômade.

A concepção de Braidotti (2000, 2002, 2004) implica que o corpo não pode captar-se ou representar-se plenamente. De fato para a autora, isto vai além da representação. Braidotti afirma que a identidade “é um jogo de aspectos múltiplos, fraturados de si mesmo; é relacional, porque requer o vínculo com o outro; é retrospectiva porque se fixa em virtude da memória e das recordações, em um processo genealógico.” (BRAIDOTTI, 2002, p. 195)

Dessa forma, o caminho da pesquisadora passa a ser atravessado também pelas narrativas expostas, assim como o momento da pesquisa favoreceu o disparar das questões trazidas, a partir do momento que atravessou a vida daquelas mulheres. Nessa relação, houve a possibilidade de uma produção nômade acontecer.

Nesse sentido, sugerimos que o trabalho com narrativas, analisado como descrevemos acima, pode favorecer o deslocamento das questões para o contexto da pesquisa sem cair na hegemonia radical apontada por Spivak e ainda, abrir caminhos para um projeto político nômade, como sugere Braidotti.

Dessa forma, entendemos, como sinalizaram estudiosas feministas, que o trabalho com narrativas, pelas características vistas, pode ser um caminho fértil na pesquisa com mulheres. Observando-se também o que foi assinalado por D'Ávila Neto (1994a, 1997) sobre haver outras frentes de combates e antagonismos que caracterizam o poder disperso, um argumento reforça essa questão.

Para D'Ávila Neto (idem), esse poder é aquele que é observado nas dimensões de uma cultura híbrida, fluida, fragmentada, na maioria das vezes não logocêntrica, tendo sua expressão nos grupos ditos culturalmente minoritários. Ou seja, um poder que emana e existe nesses grupos, expresso pelo seu corpo, suas artes, sua comida, sua música e sua dança.

Isso implica dizer que, olhando-se por outra via que não aquela estabelecida, hegemônica, há muito para se enxergar na expressão de uma cultura. Há muito o que se extrair, inclusive a ambiguidade entre a opressão sofrida e provavelmente a luta por reconhecimento social, exposta na expressividade cultural desses grupos que emanam um poder disperso até então despercebido.

Enfim, o trabalho com narrativas apontou para a importância e a própria expressividade do trabalho narrativo no contexto psicossocial em vários âmbitos. Nesse aspecto, muitos são os caminhos que se pode percorrer, principalmente com grupos ditos minoritários, em especial com mulheres, devido a todo contexto histórico de opressões impressas nas relações hegemônicas de gênero.

Esta pesquisa procurou portanto, apontar que o trabalho com narrativas mostrou-se bastante significativo no estudo com mulheres de grupos desfavorecidos e verificar a possibilidade de tomada de consciência e empoderamento para espaço de atuação na sociedade, tendo como pressuposto de que as narrativas orais, visuais ou corporais, pudessem revelar as invisibilidades sociais provenientes das construções sociais. Observou-se a riqueza do trabalho narrativo, a partir da compreensão da amplitude de campos que ele pode proporcionar.

Considerando a gravidade da opressão sofrida pelas mulheres através das relações hegemônicas de gênero e o fato delas tomarem relevo através das entrevistas narrativas, propomos que se dê atenção especial a esse campo, pela forma com que expõe essa opressão.

Num trabalho sob a perspectiva psicossocial, isso traz contornos que podem levar à futuras ações político sociais, no sentido de se tentar quebrar com o que parece invisível socialmente, mas que pode estar aí, por trás de qualquer mulher por quem cruzamos nas ruas.

Também sugerimos trabalhos futuros que possam contemplar outros atravessamentos das relações de gênero e que se utilize a narrativa para além da pesquisa científica, como nas artes em geral. Embora os meios sejam diferentes, cada qual com suas particularidades, o propósito seria basicamente o mesmo: dar visibilidade a opressão, provocando a audiência para a necessidade de mudanças efetivas.

Referências bibliográficas:

ALONSO, J.B. La Re-presentación de la mujer oriental através de la pintura: una relectura femenina. In: **Beleza escrita en femenino**. Carabí, A. & Montaner, M.S. (orgs) Espanha: Universitat de Barcelona, Centre Dona i literatura, 1998. p. 185 - 194.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BAHRI, D. Le feminisme dans/et le postcolonialisme. In: **Penser les postcolonial: une introduction critique**. Lazarus, N. (org), Paris: Amsterdam, 2006. p 301 - 330.

BAPTISTA, C.M.A. **Das Tramas do Corpo Ferido**: Percorrendo Narrativas de Mulheres. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa EICOS, Rio de Janeiro, 2006.

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**, São Paulo: Cultrix, 2003.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Brasil: Ed 70. 2008.

BAUMAN, Z. **Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____ **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____ **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____ **Vidas Perdidas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

_____. Obras escolhidas III: **Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

BERGER, J. **Modos de ver.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BERMAN, R., Do Dualismo de Aristóteles à Dialética Materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: Jaggar, A e Bordo, S (orgs.) **Gênero, Corpo e Conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 241-262.

BHABHA, H. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2005

BLUME, S. **Women and Alcohol.** JAMA, v.256, 1986, p. 1467 – 1470.

BORDO, S. O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: Jaggar, A. e Bordo, S. (orgs.), **Gênero, Corpo e Conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 19 – 41.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRAIDOTTI, R. Las figuraciones del nomadismo. In: **Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada.** Mexico: Gedisa, 2004, p. 201 - 225.

_____. La diferencia sexual como proyecto político nómada. In: **Sujetos Nómades.** Mexico: Paidós, 2000, p.165 - 205.

_____. **Diferença, diversidade e subjetividade nômade.** Tradução Roberta Barbosa. Labrys. Estudos feministas. Número 1-2, julho/dezembro, Brasília: UNB, p.1 -16. http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/rosi1.html, 2002. Acesso em julho de 2010.

BRUNER, J. **Realidade mental, mundos possíveis.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2002 .

_____. **Pourquoi nous racontons-nous des histoires?** Paris: Retz, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Défaire le genre**. Paris: Amsterdam, 2006.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CANCIAN, R. **Feminismo, movimento surgiu na revolução francesa**. 2008. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/sociologia/feminismo.jhtm> Acesso em setembro de 2010.

COSTA, J. F. A construção cultural da diferença dos sexos. In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro, Publicação semestral, ano 2, n. 3, 1995, p.3-8.

D'AVILA NETO, M.I. **Enquete Participative sur les Femmes dans un milieu défavorisé** - Rapport de Recherche par la Division du Développement Culturel de l'UNESCO, Section des Politiques Culturels, collection ÉTUDES, 1989.

_____. **O autoritarismo e a mulher: o jogo de dominação macho fêmea no Brasil**. Rio de Janeiro: Artes e Contos, 1994.

_____. **Mulheres brasileiras, memórias mutiladas** (estudo monográfico). Documenta Eicos, n.4, Rio de Janeiro, UFRJ/EICOS, 1994a.

_____. Mulheres, cultura e desenvolvimento. In: D'Ávila Neto (org) **Desenvolvimento social – desafios e estratégias**, vol II, Rio de Janeiro: UNESCO/ UFRJ/EICOS, 1995, p. 203 – 226.

_____. **Ecofeminismo: Horizontes Contemporâneos** Documenta Eicos, nº 8, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 9 – 25.

_____. **La participacion ambiguë**. Courier de La Planète, vol. 74, nº 3, França, 2004, p.42-44.

_____. **“Mulheres, Participação e Desenvolvimento”**: Conferência realizada no Fórum Desenvolvimento e Sustentabilidade, promovido pelo Programa EICOS - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Memória feminina, suas práticas e narrativas entre as mães de santo no Candomblé do Rio de Janeiro**. Material não publicado. 2006a.

D'AVILA NETO, M.I.; NAZARETH, J. **Globalization and Women's Employment**, *Peace Review* – A journal of social justice, vol 17, n.2,3, 2005, p. 215-220.

DELEUZE G. & GUATTARI F. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. Vol 1, São Paulo: Editora 34, 1997.

DEVREUX, A. Sociologie contemporaine et re-naturalisation du féminin. In: Gardey, Delphine et Lowy, Ilana (orgs), **Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin, ed archives contemporaines**, Paris: Archives Contemporaines, 2000, p. 125 – 135.

FRANCIS, C. W. **Énonciation, discours et strategies identitaires**: une phénoménologie de l'altérité dans l'oeuvre de Leila Sebbar. Publications Internet, Canadá, Les presses de L'Université Laval, 2002. Disponível em http://www.er.uqam.ca/nobel/soietaut/documentation/publications_ouvrages/wiktorowiczsebbar.pdf Acesso em 14 de janeiro de 2009.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza, Jessé (Org.) **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UnB, 2001, p. 245 – 282.

_____. **Mapeando a imaginação feminista**: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*. 15(2): 240, maio – agosto. Florianópolis, 2007, p. 291 – 308.

_____. **Redistribución y reconocimiento**: hacia una visión integrada de justicia del género. *Revista de Filosofía Política*. México: Universitá Autonome Metropolitana, 1996, p. 18 a 40.

_____. **Qu'est-ce que la Justice Sociale?** Paris: La Decouverte, 2005.

GIFFIN, K. **Pobreza, Desigualdade e Equidade em Saúde**: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fiocruz, n.18 (sup), 2002, p.103 -112.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HAGNELL, O.; TUNVING, K. **Prevalence and Nature of Alcoholism in a Population**. *Soc. Psychiatry*, 7:190-201, 1972.

HALL, S. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HIGONNET, A. Los mitos de la creación: Camile Claudel y Auguste Rodin. In: Chadwick, W.; Courtivron, I. (eds). **Los otros importantes**: creatividad e relaciones íntimas. Madrid, 1994, p. 19 – 58.

HIRSCH, M., Smith, V. **Feminism and Cultural Memory**: an introduction. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 28, n. 1, 2002, p. 1 – 19.

HOCHGRAF, P. B. **Alcoolismo Feminino**: comparação de características sócio-demográficas e padrão de evolução entre homens e mulheres alcoolistas. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo (USP), 1995.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **La société du mépris – vers une nouvelle théorie critique**. Paris: La Decouverte, 2006.

_____. **Entrevista ao Caderno Mais do Jornal Folha de São Paulo**. Setembro de 2009. www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2709200917.htm Acesso em setembro de 2009.

_____. **Domination and moral struggle**: the philosophical heritage of marxism reviewed. *Graduate Faculty Philosophy Journal*, 14 (1), 1991, p. 35-48.

IBGE. **Pesquisa das características Étnico-Raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor e raça. Publicado em julho de 2011. http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1933&id_pagina=1 Acesso em setembro de 2011.

IPEA, PNAD. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, 2008.
Disponível em: <http://www.novo.afrobras.org.br/pesquisas/retrato-desigualdade-3-edicao.pdf> Acesso em setembro de 2011.

JAGGAR, A. Amor e Conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: Jaggar, A. e Bordo, S. (orgs) **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997, p. 157 – 185.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: Bauer, M. & Gashell, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

KELLER, M. **Concepções Sobre o Alcoolismo**. Rev. Associação Bras. Psiquiatria, n.2(2): 93-100, 1980.

KESKE, H.I., **E a mídia criou a mulher**, Sessões do imaginário. Porto Alegre: Famecos/Puc RS, número 8 agosto, 2002, p.59-66.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo - corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEFÈVRE, F.; LEFERVE, A.M.C. **O sujeito coletivo que fala**. Interface, 10(20), 2006, p. 517-524,

LENZ CESAR, B.A. **O beber feminino**: a marca social do gênero feminino no alcoolismo em mulheres. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, Brasil, 2005.

LOPONTE, L., **Sexualidades, Artes Visuais e Poder**: Pedagogias Visuais do Feminino. Revista Estudos Feministas, 2002, p. 283-300.

MAFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós modernas. Rio de Janeiro: Record. 2001.

MAGUIRE, P. et al. **Consultation skills of young doctors**: benefits of feedback training in interviewing as students persist. Br. Med. J. (Clin. Res. Ed.), v.292, n.6535, p.1573-6, 1986.

MATOS, P. **A sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Anna Blume, 2006.

MIES, M. **What unites, what divides women from the south and north in the field reproductive technologies?** Documenta EICOS, Rio de Janeiro: UFRJ, n.1, 1993, p.103-115.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**, São Paulo: Hucitec, 2002.

MONTEIRO et al. **Relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas**, Esc. Anna Nery, v.15, n. 3, Rio de Janeiro, jul/set, 2011.

MOREIRA et al. **Alcohol and domestic violence: a cross- over study in residences individuals in Brazil**. Journal of Family Violence, v. 26, n. 6, 2011, p. 465- 471. Disponível em <http://www.springerlink.com/content/jqn84477m4863522/> . Acesso em dezembro de 2011.

NILSEN, S. & BAERHEIM, A. **Feedback on video recorded consultations in medical teaching: why students loathe and love it - a focus-group based qualitative study**. BioMed Central Med. Educ., v.5, p.28, 2005.

ONU WOMEN. **Relatório anual ONU Women**. Julho 2011. Disponível em: <http://www.un.org/en/globalissues/women/index.shtml> Acesso em setembro de 2011.

PETTERLE, A.P. **Mulheres, sedução e consumo: representações do feminino nos anúncios publicitários**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica- PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

RANGEL, O. & SORRENTINO, S., **Gênero: Conceito Histórico**. Princípios, maio-junho, 1994, p. 47 – 51.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo II. Editora Papyrus. São Paulo, 1994.

_____. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

RIESSMAN, C.K. Narrative analysis. IN: **Qualitative Research Methods**, vol 30, London: Sage Publications, 1993.

SANTOS, B. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortes, 2006.

SANTANA, V.S. & ALMEIDA FILHO, N. **Alcoolismo e Consumo de Álcool**: resumo de achados epidemiológicos. Rev. ABP APAL, 1987, 9:15-22.

SARLO, B. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Editora UFMG/Cia das Letras. Belo Horizonte, 2007.

SILVA, M.A.M., Da colona a bóia fria. In: Del Priori, M. (org). **História das Mulheres no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2000.

SIMÕES BARBOSA, R.H. **Mulheres, Reprodução e AIDS**: as tramas da ideologia na assistência à saúde de gestantes hiv+. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001, p.337-356.

SPIVAK, G. 2010. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOARES, R.L. **Ausências e emergências**: produção do conhecimento e transformação social. Revista Matrizes, São Paulo: Usp, Eca, Paulus, vol.1, n.1, outubro, p. 231-235, 2007.

TAYLOR, C. et all. **Multiculturalismo, examinando a política do reconhecimento**. Lisboa: Piaget, 1998.

TROTTA, T.; CARVALHO, M. G. Representações sobre relações de gênero na mídia. In: **II Semana de Tecnologia**, Curitiba. Anais. Curitiba: CEFET PR, 2003. Disponível em <www.ppgte.cefetpr.br/semanatecnologia/comunicacoes>. Acesso em: 20 jan. 2008.

VANNICELLI, M.; NASH, L. Effect of sex bias on women's studies on alcoholism. In: **Alcoholism: Clinical and Experimental Research**, v.8, 1984, p.334-336.

VARGAS, C.R.M. & DITZ, J.L.G. **Mulheres em situação de abuso e dependência de álcool**: explorando semelhanças. Rev. Tempo Actas Saúde Coletiva, 2010, 4(1), p. 51-58.

WILSHIRE, D., Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: Jaggar, A e Bordo, S. (orgs). **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 101 – 125.

WILSNACK, R.W. **Women's Drinking and Drinking Problems:** patterns from a 1981 National Survey. *American Journal of Public Health*, 1984, v.74, p.1231-1238.

Apêndice I - Tabela com perfil sócio demográfico das entrevistadas:

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade	Formação	Ocupação atual	Ocupação que exerceu	No. de irmãos	Estado civil	No. de filhos	Prof. dos companheiros	Prof. dos pais
Sofia	47 anos	do lar	Minas Gerais	ensino fundamental incompleto	desempregada	Faxineira	13	casada	4 filhos	motorista	do lar e peão de roça
Lais	54 anos	governanta de hotel	Piauí	ensino médio	desempregada	Governanta	7	casada	1 filha	motorista, funcionário de hotel, escritor	do lar e pedreiro
Maria	46 anos	Artesã	RJ	ensino médio	desempregada	—	3	solteira	—	prof do amante: taxista	do lar e jardineiro
Morena	60 anos	funcionária pública federal	RJ	ensino médio	aposentada	secretária executiva	6	divorciada	1 filho	prof do ex marido: funcionário público federal	do lar e oficial da aeronáutica
Betânia	56 anos	do lar	RJ	ensino médio incompleto	desempregada	—	7	divorciada	1 filha	prof dos ex músico e metalúrgico	do lar e autônomo

Apêndice II - Termo de Consentimento

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____

Nome da participante

aceito participar voluntariamente da pesquisa “ As contadoras de histórias: quando a narrativa feminina revela invisibilidades sociais”, que tem por objetivo entender e refletir sobre o trabalho narrativo com mulheres e a condição da mulher. Fui selecionada por ser membro do grupo em andamento coordenado pela pesquisadora.

Foi-me explicado que esta pesquisa faz parte do curso de doutorado da pesquisadora e que essas entrevistas podem vir a ajudar a compreender a questão dos problemas sociais relacionados às mulheres. foi-me informado que quando a pesquisa estiver pronta e o curso terminado, a pesquisadora se reunirá com o grupo de participantes para conversar sobre os resultados do seu estudo.

De acordo com os esclarecimentos prestados, minha participação na pesquisa se dará através de uma entrevista individual com uso de audiovisual. Estou ciente também de que a minha participação não é obrigatória e tenho total liberdade para interromper a minha participação na entrevista a qualquer momento, sem riscos, punição ou qualquer tipo de prejuízo para mim.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2011.

Nome da participante

Nome da pessoa que obteve o consentimento (pesquisadora)

Tel: 2542-3049 ramal 2044, 2045



SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE INSTITUTOS MUNICIPAIS

INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL

Comitê de Ética em Pesquisa – Conselhos Humanos
PARECER CONSUBSTANCIADO CEP PINEL

CEP PINEL
PROTOCOLO Nº 61

As contadoras de histórias: Quando a narrativa feminina revela invisibilidades sociais

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:
Beatriz Aceti Lenz Cesar

INSTITUIÇÃO PROPONENTE:
Instituto de Psicologia da UFRJ

O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Municipal Philippe Pinel reunido em 18 de agosto de 2010 emitiu o seguinte parecer sobre o Projeto em questão:

È um projeto de pesquisa de campo, visando o título de doutora da pesquisadora. O principal objetivo é discutir, através da narrativa feminina, as questões relacionadas à condição feminina e ao reconhecimento social de mulheres de camadas sociais desfavoráveis. A pesquisadora parte do pressuposto de que as narrativas memoriais revelam a construção de subjetividades do meio social onde se insere o sujeito. Assim sendo, as narrativas revelam o invisível dessas construções, oferecendo um espaço de abertura aos seus participantes.

Analisado o protocolo e verificando que o projeto contempla a resolução 196/96 e considerando a pesquisa de relevância para o campo da saúde mental, o comitê de ética aprova o projeto.

O CEP PINEL lembra ainda que a condição de aprovação exige:

- ◆ Que sejam encaminhados ao CEP PINEL um relatório sobre o final de seu trabalho e que sejam enviados a este comitê os termos de consentimento devidamente assinado pelos entrevistados.

Verbena Dias

Verbena Dias

Coordenadora do CEP PINEL
VERBENA DIAS
PSICÓLOGA